



Relatório & Contas 2013



Águas do Oeste, S. A. Relatório e Contas 2013



Em 2013, o grupo Águas de Portugal comemorou 20 anos.

Ao longo das últimas duas décadas, a capacidade de planeamento e de execução, a experiência na gestão operacional e financeira e o forte empenho e a dedicação dos colaboradores das empresas do grupo Águas de Portugal, de norte a sul do País, transformaram-nos no maior grupo empresarial do setor do ambiente em Portugal com impactos muito positivos e concretos na melhoria da qualidade de vida do nosso país.



Relatório do Governo
Societário



Atividade da Empresa



Contas do Exercício de 2013

Índice

Índice	3
Mensagem do Presidente	4
A Empresa	6
Principais Acontecimentos	10

1. Missão, Objetivos e Políticas	17
2. Regulamentos Internos e Externos	21
3. Informação sobre Transações Relevantes	21
3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços	22
4. Modelo de Governo	23
4.1 Órgãos Sociais	23
4.2 Estrutura Organizacional	26
5. Remunerações e Outros Encargos	32
5.1 Mesa da Assembleia-Geral	33
5.2 Conselho de Administração	33
5.3 Órgão de Fiscalização	34
6. Análise de Sustentabilidade	34
7. Gestão do Capital Humano	36
8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação	39
9. Ética e Prevenção da Corrupção	39
10. Controlo de Risco	40
11. Prevenção de Conflito de Interesses	41
12. Divulgação de Informação	42
13. Informação Sintética sobre as iniciativas de Publicidade Institucional	42
14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa	44
14.1 Cumprimento do Estatuto do Gestor Público	44
14.2 Cumprimento de Instruções, Despachos e Legislação Diversa	44
14.3 Cumprimento de Outras Recomendações	46
15. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	47
16. Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho do Administrador executivo da Águas do Oeste, S.A.	52

1. Introdução	57
2. Enquadramento Macroeconómico	57
3. Enquadramento do Setor	58
4. Regulação	60
5. Análise Económica e Financeira	62
6. Atividade Operacional	78
7. Objetivos de Gestão	87
8. Perspetivas para o Futuro	87
9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício	89
10. Sucursais da Sociedade	89
11. Considerações Finais	89
12. Proposta de Aplicação de Resultados	90
13. Anexo ao Relatório	90

Introdução	95
Contas Individuais	96
Notas às Demonstrações Financeiras	99
Certificação Legal das Contas	150
Relatório e Paracer do Fiscal Único	153

Mensagem do Presidente



Carlos Martins

Presidente do Conselho de Administração

Ao longo de 2013 a atividade das Águas do Oeste decorreu num contexto resultante da atual situação económica e financeira do país, a qual determinou um enquadramento específico para as empresas do Setor Empresarial do Estado, colocando limitações e uma grande exigência no estabelecimento das prioridades de execução dos investimentos previstos no plano de investimentos.

Ao longo de 2013 a atividade da Águas do Oeste decorreu num contexto resultante da atual situação económica e financeira do país, a qual determinou um enquadramento específico para as empresas do Setor Empresarial do Estado, colocando limitações e uma grande exigência no estabelecimento das prioridades de execução dos investimentos previstos no plano de investimentos.

As determinações do Orçamento de Estado e as orientações para as empresas do Setor Empresarial do Estado no que respeita a gestão de recursos humanos e despesas com fornecimento de serviços externos vieram, também nesse domínio a condicionar a atividade da empresa em matéria de gestão dos colaboradores e de recurso a meios externos, tendo cumprido a redução de pessoal em 3% face a 31 de dezembro de 2012.

Apesar dessa envolvente contextual, a Águas do Oeste asseguraram o cumprimento da sua Missão e o cumprimento de adequados níveis de serviço, sendo de realçar que para isso a Empresa continuou a contar com uma forte motivação e empenho dos seus colaboradores, com a colaboração e compreensão da generalidade dos acionistas e clientes.

Nesse particular importa realçar a distinção atribuída à Águas do Oeste, que atesta a boa performance em matéria de controlo da água fornecida aos clientes municipais, o selo de "Qualidade exemplar da água para consumo humano".

O investimento na construção de novas obras traduziu-se em mais oito estações elevatórias no sistema de águas residuais, em

mais 16 quilómetros de emissários, infraestruturas que permitiram alargar o serviço a mais cerca de cinco mil e setecentos habitantes.

A atividade da Águas do Oeste ficou marcada por uma redução nas quantidades de água fornecida, baixa que representa 2,6% face a 2012 e um valor 21% abaixo dos valores previstos no Contrato de Concessão.

Este facto tem impactos significativos nos proveitos e consequências relevantes na relação contratual com a EPAL, por efeito dos caudais mínimos contratados.

Por outro lado procurou-se aprofundar a questão da utilização, por alguns clientes municipais, de origens de água próprias, em áreas de exclusividade da Águas do Oeste e as limitações ao uso de origens disponibilizadas pela empresa.

No que respeita a caudais de águas residuais tratados assistiu-se a um aumento, sendo que esse acréscimo pode ser explicado por uma maior cobertura, mas também pela maior afluência de águas pluviais de redes unitárias.

A questão do contrato de fornecimento de água, estabelecido com a EPAL e as suas implicações no que respeita a consumos mínimos assumiu prioridade, aguardando uma revisão que possa vir a encontrar um melhor equilíbrio entre as condições contratuais. Apesar de todo o esforço colocado no tema, não

foi, ainda, possível consumir a revisão contratual, pelo que será matéria a prosseguir em 2014.

O ano de 2013 ficou marcado, também, pela recuperação de valores em dívida, de clientes municipais, prosseguindo a celebração de acordos de pagamento.

Com o envolvimento de todos os colaboradores foi prosseguido um objetivo de eficiência, que se traduz na redução de custos operacionais.

A Águas do Oeste, no âmbito da sua atividade continuou a implementação de um Plano de Educação Ambiental ambicioso e bastante articulado com os parceiros locais, situação que permitiu realizar mais de setenta acções de sensibilização e abranger mais de 4.800 participantes.

Merece particular destaque a colaboração e o apoio institucional que nos foram dados pelos Concedente, ERSAR e Acionista, agradecimentos que são extensíveis à Mesa da Assembleia-Geral e ao Auditor Ernst & Young, pois revelaram-se centrais para o normal desenvolvimento da atividade da Águas do Oeste e para os resultados finais obtidos.

Os colaboradores da Águas do Oeste pela sua dedicação e empenho são credores da nossa confiança e merecedores do nosso reconhecimento.



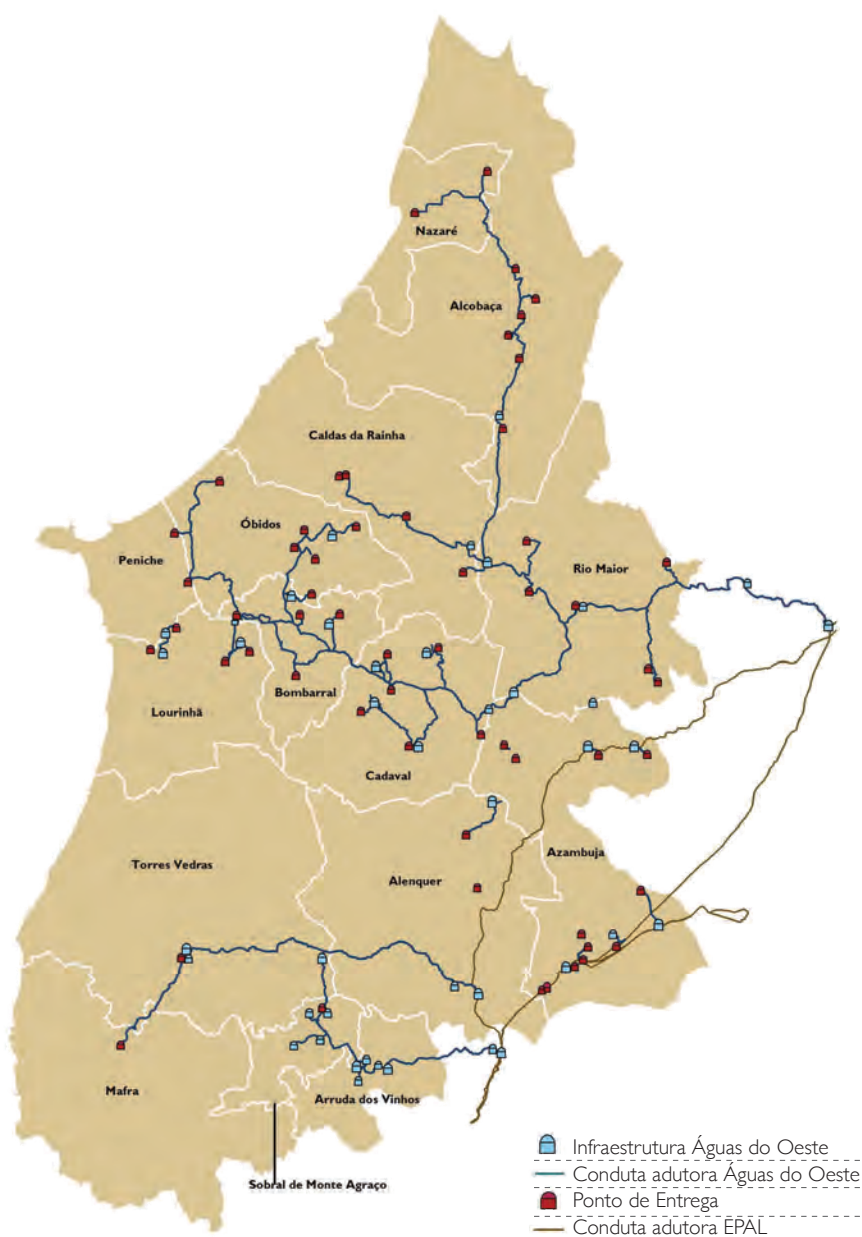
A Empresa

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por AdO ou Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade), criada a 24 de novembro 2000, por Decreto-Lei n.º 305-A/2000, tem como objeto a concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste por um período de 35 anos.

Responsável pela captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e pela recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios da região, a Empresa tem como objetivo a melhoria da qualidade de vida das populações do Oeste e a recuperação da qualidade ambiental, garantindo sempre a qualidade do abastecimento público de água, contribuindo para a despoluição das bacias hidrográficas da região e permitindo a valorização ambiental da região e o desenvolvimento do potencial económico e turístico do Oeste, fatores essenciais para o bem-estar da população.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água

O sistema multimunicipal de abastecimento de água do Oeste serve os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.



O Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais

O sistema multimunicipal de saneamento do Oeste foi concebido para servir os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

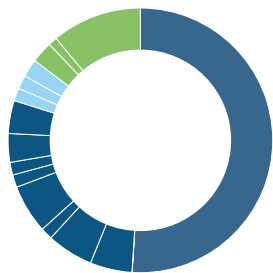


Acionistas

Os seus acionistas são a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., a Comunidade Intermunicipal do Oeste e os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

A Águas do Oeste é uma sociedade de direito privado e capitais públicos em que o Estado Português, através da empresa AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. participa com 51% do capital social, sendo os restantes 49% distribuídos pelos Municípios, conforme evidencia o gráfico seguinte:

Estrutura Acionista



AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	Município de Caldas da Rainha	3,5%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,02%	Município de Lourinhã	4,02%
Município de Alcobça	5,13%	Município de Nazaré	1,56%
Município de Alenquer	5,68%	Município de Óbidos	1,67%
Município de Arruda dos Vinhos	1,47%	Município de Peniche	2,20%
Município de Azambuja	5,95%	Município de Rio Maior	2,63%
Município de Bombarral	1,54%	Município de Sobral de Monte Agraço	1,08%
Município de Cadaval	1,55%	Município de Torres Vedras	10,99%

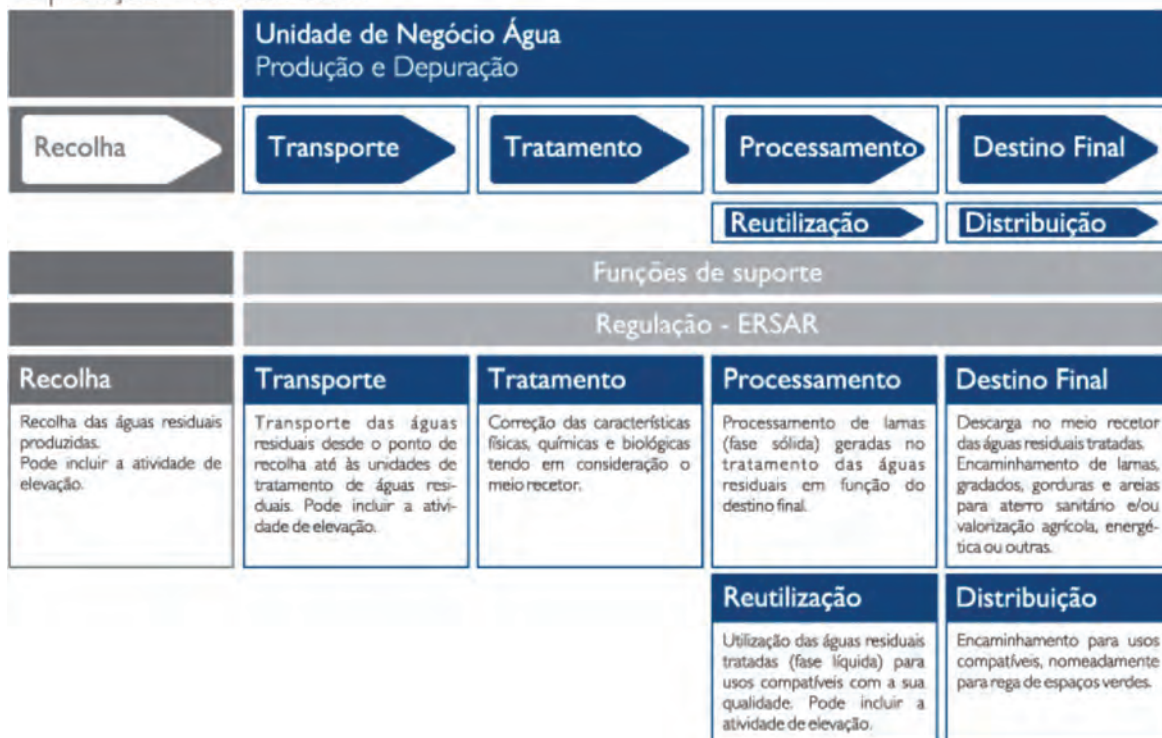
Cadeia de Valor

Ainda que a operação seja a atividade mais visível da Águas do Oeste, a Empresa atua numa extensa e complexa cadeia de valor; agregando um conjunto interdependente de competências, que vão desde a identificação de mercados potenciais até à entrega do produto final ao cliente, contribuindo deste modo, quer para a criação de valor ao capital acionista, quer no cumprimento dos elevados parâmetros de desempenho exigidos.

Nas representações gráficas abaixo apresentadas é exposta a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, bem como a especificação das atividades de operação.



Operação - Saneamento



Indicadores

Unidade: euros

Indicadores Financeiros	2010	2011	2012	2013
Volume de Negócios	26 226 749,95	33 734 658,48	30 003 885,89	31 344 389,74
EBITDA	10 107 996,86	15 266 428,33	11 455 593,39	11 600 250,55
Volume de Investimento	14 359 436,65	6 192 585,89	4 964 119,72	831 521,43
Ativos	308 580 840,15	304 036 686,27	297 088 507,62	284 131 014,43
Resultado Líquido do Exercício	(780 623,94)	395 800,67	(3 168 668,35)	(3 014 830,96)

Unidade: dias

	2010	2011	2012	2013
Prazo Médio de Pagamentos	58	62	84	41

Unidade: dias

	2010	2011	2012	2013
Prazo Médio de Recebimentos	131	193	192	133

Rácios	2010	2011	2012	2013
Liquidez geral	1,90	1,56	1,52	1,68
Solvabilidade	0,08	0,08	0,07	0,07
Cobertura do Imobilizado	9,30%	10,08%	9,08%	8,08%
Autonomia Financeira	7,51%	7,75%	6,95%	6,21%

Indicadores de Atividade

	Unid.	2010	2011	2012	2013
Volume de Água					
Volume de água produzida	m ³	24 931 978,38	27 613 693,00	27 200 538,39	26 193 746,34
Volume de água distribuída	m ³	24 336 271,10	27 097 222,11	26 485 239,64	25 864 978,96
Volume de Efluentes					
Volume de efluente recolhido	m ³	23 600 474,38	22 466 458,91	19 583 206,00	23 542 383,64
Volume de efluente tratado	m ³	20 878 613,38	20 010 870,91	16 900 703,00	20 740 782,64
Municípios Abrangidos					
Abastecimento	-	15	15	15	15
Saneamento	-	14	14	14	14
Municípios Servidos					
Abastecimento	-	14	15	15	15
Saneamento	-	14	14	14	14
População Abrangida					
Abastecimento	Habitantes	355 738	358 636	358 636	358 636
Saneamento	Habitantes	357 300	361 215	361 215	361 215
População Servida					
Abastecimento	Habitantes	307 607	326 271	327 558	327 558
Saneamento	Habitantes	311 775	321 345	341 350	347 084

Principais Acontecimentos

A atividade da Empresa em 2013 continuou a ser desenvolvida num quadro de grandes restrições, quer financeiras quer ao nível dos recursos humanos, decorrentes da legislação e das orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado.

O atraso na disponibilização das verbas do Fundo de Coesão, bem como o atraso no pagamento por parte de alguns utilizadores, acentuou o impacto dos encargos financeiros associados às linhas de financiamento de que a Empresa dispõe e diminuiu a margem para a realização de investimento.

Ao nível dos recursos humanos, a Empresa cumpriu a redução de pessoal, em pelo menos 3% relativamente a 31 de dezembro de 2012, prevista na Lei do Orçamento de Estado para 2013, através da não substituição de colaboradores que pediram a rescisão dos respetivos contratos.

A redução do pessoal, apesar do aumento do número de infraestruturas de saneamento em exploração, bem como a redução de custos em algumas das rubricas de fornecimentos e serviços externos, condicionaram a atividade da Empresa, tendo sido um objetivo permanente, minimizar as implicações ao nível da qualidade do serviço prestado.

Continuou a verificar-se uma redução do volume de água fornecido pela Empresa aos Municípios abrangidos pelo sistema multimunicipal, inferior, em cerca 2,6%, ao do ano anterior; e em cerca de 21% ao previsto no contrato de concessão e contratos de fornecimento, resultado de alterações nos hábitos de consumo e à redução da atividade económica, consequência da situação económica e social que o país atravessa.

Esta diminuição significativa dos proveitos associados à atividade de abastecimento de água não foi acompanhada pela diminuição proporcional dos custos, dado que o contrato de aquisição de água à EPAL estabelece o pagamento de caudais mínimos e, para além do diferencial entre o volume consumido e o volume estabelecido no contrato, está considerado o pagamento de volumes suplementares, devidos por se terem verificado consumos inferiores aos previstos até ao ano de 2009. O valor a pagar à EPAL referente a 2013, correspondente a água não consumida, é de cerca de 1,77 milhões de euros.

Face ao impacto negativo que este contrato de aquisição de água à EPAL tem nas contas e na atividade da Empresa, foi proposto, e aprovado em Assembleia-Geral da Empresa, uma proposta de aditamento ao contrato de fornecimento de água, assinado com a EPAL e a AdP SGPS, S.A. no sentido de acabar com os consumos mínimos, de resolver a questão da faturação emitida pela EPAL associada aos volumes mínimos e aos volumes suplementares, pretendendo-se que também contribua para a desejável resolução da faturação emitida pela AdO aos utilizadores municipais associada aos valores mínimos garantidos. Esta proposta de aditamento foi enviada ao Concedente para aprovação, aguardando-se a decisão.

Como 2013 foi ano de eleições autárquicas, a grande maioria dos municípios manifestou a posição de não considerar adequado, até se iniciar o novo mandato autárquico, qualquer decisão sobre a eventual parceria relativamente à gestão dos sistemas “em baixa”.

Dos principais acontecimentos ocorridos em 2013, destacam-se:

- a aprovação pelo Concedente e a publicação em Diário da República, do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento de Águas Residuais do Sistema Multimunicipal do Oeste;
- a elaboração da proposta de Regulamento de Exploração de Abastecimento de Água, tendo a mesma sido submetida a parecer dos Municípios, para posterior envio ao Concedente para aprovação;
- a manutenção da posição dos municípios de Alcobaça (cliente), Óbidos e Rio Maior de não autorizar a Águas do Oeste a iniciar o fornecimento de água a alguns dos pontos de entrega previstos no Contrato de Concessão;
- a manutenção da situação dos municípios de Óbidos e de Rio Maior de continuarem a utilizar captações próprias em áreas onde a Águas do Oeste detém o exclusivo do fornecimento de água, embora Rio Maior tenha consumido o volume associado ao valor mínimo garantido para 2013;
- a redução do volume de água fornecido aos Municípios, em cerca de 2,6 %, para os cerca de 25,9 milhões de metros cúbicos, comparativamente aos cerca de 26,5 milhões de metros cúbicos fornecidos no ano de 2012, sendo que já nesse ano tinha havido uma redução de cerca de 2% relativamente a 2011;
- a taxa de qualidade da água fornecida, correspondendo a 99,94% de cumprimento dos parâmetros previstos na legislação nacional em vigor, assim como o cumprimento integral do estabelecido no Plano de Controlo da Qualidade da Água;
- a atribuição do selo de “Qualidade exemplar da água para consumo humano”, em novembro de 2013, uma distinção que resulta de uma parceria entre a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) e o Jornal Água&Ambiente, com a colaboração da Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas (APDA), da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB), da Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos (APRH) e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que pretende evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, asseguraram uma qualidade exemplar da água para consumo humano a todos os seus clientes, verificando todos os critérios previstos no respetivo regulamento. É de realçar o facto de diversas entidades gestoras “em baixa” servidas pela AdO, também terem obtido este selo de qualidade.
- o desenvolvimento dos diversos planos de monitorização da qualidade da água, conseguindo-se ainda assim reduzir os custos com a realização de análises externas;
- a manutenção das alterações na exploração de alguns sistemas de abastecimento que permitiram reduzir a percentagem de água fornecida com origem nas captações próprias e aumentar a percentagem proveniente da EPAL, que em 2013 foi de cerca de 94,5 %;
- a continuação da otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de abastecimento que permitiram a redução de recursos humanos e de viaturas, a redução do número de horas extraordinárias, do número de análises externas e das distâncias percorridas pelas viaturas de serviço, com a conseqüente redução de custos;
- a realização de intervenções em algumas estações elevatórias de abastecimento de água, nomeadamente com a colocação dos grupos elevatórios a funcionar em linha, aproveitando a energia piezométrica disponível no sistema, tornando o seu funcionamento mais eficiente;
- a continuação da gestão do funcionamento das estações elevatórias, com o objetivo de potenciar a utilização dos períodos tarifários de energia mais baratos para efetuar a elevação de água;
- um elevado número de furtos em infraestruturas da Águas do Oeste, nomeadamente de Postos de Transformação e tampas de ferro fundido pertencentes a caixas de manobras;
- o aumento do número de infraestruturas de saneamento de águas residuais em exploração, com mais oito estações elevatórias e cerca de 16 km de emissários, correspondendo, no final de 2013, a 74 ETAR, 157 estações elevatórias e cerca de 573 km de emissários em exploração, permitindo aumentar em cerca de cinco mil e setecentos os habitantes da região com águas residuais tratadas;

- o aumento do número de Licenças de Utilização de Recursos Hídricos em vigor; existindo, no final do ano de 2013, 62 ETAR com Licença emitida. Deu-se continuidade à elaboração dos processos para a obtenção/ renovação das licenças necessárias à exploração de todas as infraestruturas;
- a otimização de recursos afetos à operação dos sistemas de transporte e tratamento de águas residuais que permitiram continuar a redução de custos, nomeadamente com horas extraordinárias e consumo de água potável e o aumento da utilização de efluente reutilizado;
- a manutenção de elevados valores da avaliação de conformidade, tendo-se obtido o valor de 99,11%;
- o volume anual de efluente faturado, em 2013, situou-se em 22,9 milhões de metros cúbicos, valor que inclui o caudal tratado e transportado, superior ao do ano de 2012, resultado, no fundamental, de se tratar de dois anos com valores de pluviosidade diferentes;
- o lançamento de diversos procedimentos de contratação pública, cujos contratos estavam em fase final, com destaque para as prestações de serviços associadas à manutenção de infraestruturas, à recolha, transporte e encaminhamento a destino final das lamas e areias produzidas, à manutenção de espaços verdes, à limpeza e higienização de Infraestruturas e ao aluguer de viatura para transporte de efluentes e lamas, limpezas industriais e desobstruções nas infraestruturas de tratamento de águas residuais;
- a manutenção da certificação por entidade externa no âmbito dos referenciais normativos que regulam o sistema de gestão de responsabilidade empresarial, no que se refere à qualidade do serviço prestado (NP EN ISO 9001:2008), ao desempenho ambiental (NP EN ISO 14001:2012) e ao desempenho ao nível da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007/ NP 4397:2008), com o respetivo alargamento do âmbito da certificação;
- o cumprimento integral do programa de auditoria previsto no âmbito do sistema de gestão de responsabilidade empresarial, tendo sido dada continuidade à realização de auditorias a fornecedores;
- a manutenção da estratégia de comunicação, através da implementação do Plano de Educação Ambiental, um projeto que continua a ter uma grande receptividade e procura por parte da comunidade envolvente, tendo, no decorrer de 2013, contado com mais de 4.800 participantes, num total de 71 ações de sensibilização realizadas;
- durante o ano de 2013, foram desenvolvidos um conjunto de trabalhos, envolvendo diversas áreas da Empresa, no sentido de otimizar o funcionamento de algumas instalações e reduzir os seus consumos em energia, com destaque para a desodorização e os sistemas de arejamento/ agitação das ETAR. Estas intervenções, que serão realizadas em mais instalações durante 2014, comportam investimentos de reduzida expressão e com retorno, na generalidade das situações, inferiores a 6 meses. Estes projetos dão corpo a uma estratégia de gestão de ativos, centrada na contenção de custos e, no caso da eficiência energética, com ganhos de vida útil. Pela componente de inovação que estes projectos assumem os mesmos têm merecido apoio técnico de institutos e parceiros privados que se têm associado ao desenvolvimento das soluções.

A empresa desenvolveu toda a sua atividade de uma forma que se pretendeu franca e de cooperação com os acionistas, designadamente com os municípios integrados no sistema multimunicipal, tendo sempre como objetivo a melhoria contínua da atividade desenvolvida e a resolução dos problemas com que a Empresa se debate.



Relatório do Governo Societário





Relatório do Governo Societário

1. Missão, Objetivos e Políticas

Missão

A missão da Empresa, aprovada na Assembleia-Geral de 3 de julho de 2013, nos termos das orientações estratégicas para o mandato 2013-2015, é assegurar a prestação de serviços de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e a recolha, tratamento e rejeição de efluentes dos municípios integrantes do sistema.

Objetivos Estratégicos

- Assegurar progressivamente o abastecimento de água a todos os Municípios do Oeste;
- Completar o investimento necessário para prosseguir a Missão da Águas do Oeste;
- Explorar as infraestruturas necessárias para o tratamento das águas residuais provenientes dos Municípios do Oeste;
- Fornecer um serviço que cumpra as expectativas e necessidades dos Clientes e da Comunidade;
- Cumprir as normas legais e o Contrato de Concessão, nos termos decorrentes da regulação aplicável;
- Prosseguir o equilíbrio económico e financeiro da concessão, assegurando aos Acionistas as condições para a remuneração dos capitais investidos;
- Assegurar a melhoria contínua da eficácia do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde envolvendo os colaboradores;
- Assegurar a proteção e salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, prevenindo potenciais danos decorrentes das atividades desenvolvidas;
- Contribuir para o Desenvolvimento Sustentável da região que a Empresa serve, garantindo a proteção do Ambiente e monitorizando a eficiência ambiental da sua atividade.

A 3 de julho de 2013, em sede de Assembleia-Geral, foram definidas as orientações Estratégicas e definidos e aprovados os objetivos de gestão para o exercício de 2013.

Objetivos e Políticas

Orientações Estratégicas Gerais

Na gestão da Águas do Oeste, S.A. serão observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008, de 22 de abril, que define o enquadramento geral da atuação do Setor Empresarial do Estado, e que determina:

- que a Empresa deve, sem prejuízo da sua independência em matéria de gestão, prosseguir a sua missão e exercer a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas sectoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- que a Empresa deve ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- que a Empresa, sendo prestadora de serviços de interesse económico geral, deve promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes, e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental.

Com base na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, que aprova os Princípios de Bom Governo das empresas do Setor Empresarial do Estado, a administração da Águas do Oeste, S.A., na qualidade de empresa pública, obriga-se a:

- adotar metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes, analisando o perfil e a variação das reclamações e realizando inquéritos que possibilitem avaliar os resultados obtidos nessa matéria (qualidade de serviço);
- conceber e implementar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e a situação económica e financeira da Empresa (política de recursos humanos);
- conceber e implementar planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- implementar políticas de inovação científica e tecnológica consistente, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental (política de inovação e sustentabilidade);
- adotar sistemas de informação e de controlo interno, adequados à dimensão e complexidade da Empresa, que cubram todos os riscos relevantes assumidos, suscetíveis de permanente auditabilidade por parte das entidades competentes para o efeito, designadamente a Inspeção-Geral de Finanças e o Tribunal de Contas (sistemas de informação e controlo de riscos).

A administração da Águas do Oeste, S.A., está, ainda, obrigada ao envio da informação, e em prazos fixados, à Inspeção-Geral de Finanças e à Direção-Geral do Tesouro e Finanças, constante do Despacho n.º 14277/2008, 23 de maio, do Ministério das Finanças e da Administração Pública, para efeitos de acompanhamento e monitorização.

Orientações Estratégicas Específicas

No quadro da missão definida, a administração da Águas do Oeste, S.A. deverá ainda:

- prosseguir com a execução das políticas públicas e contribuir para alcançar os objetivos nacionais para o setor;
- zelar pelo cumprimento dos contratos que a obrigam e prestar os serviços nas melhores condições de qualidade e preço, para o que deve promover a melhoria da eficiência económica, ambiental e energética da Empresa;
- dotar a Empresa com os títulos autorizativos requeridos na lei;
- promover, sempre que economicamente sustentada, outras atividades complementares prestadas pelas concessionárias de sistemas multimunicipais, desde que previamente autorizadas pelo Concedente;
- adotar medidas, de racionalização e economia de meios, tendentes a aumentar a eficiência na prestação dos serviços concessionados, designadamente, promovendo ganhos de escala;
- promover políticas tendentes à redução dos prazos médios de recebimento e de pagamento;
- assegurar a sustentabilidade económico-financeira das operações em que está envolvida, promovendo a correção de situações contratuais desajustadas;
- promover a racionalização dos investimentos necessários à prestação dos serviços, com enfoque no dimensionamento adequado das novas infraestruturas e na conservação das já existentes;
- contribuir no que lhe for solicitado pelos acionistas e/ou Concedente para a reorganização do setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sustentabilidade económico financeira das operações nestes domínios e para a melhoria da eficiência na prestação dos serviços;
- prosseguir a promoção da eficiência, com vista ao agrupamento de sistemas e promoção de soluções integradas para gestão do ciclo urbano da água, de acordo com as instruções dos acionistas e/ou Concedente;
- prosseguir a identificação de soluções que promovam a resolução do défice tarifário, numa ótica de sustentabilidade;

- contribuir para o desenvolvimento sustentável, desenvolvendo as soluções de aproveitamento dos ativos e recursos endógenos, de racionalização de consumos energéticos e de redução ou compensação de emissões;
- promover o desenvolvimento de uma estratégia integrada de I&D, em consonância com os definidos pelos acionistas e/ou Concedente para este domínio;
- a administração da Aguas do Oeste, S.A, tomará em consideração as medidas e as ações que venham a ser emanadas pelo conselho de administração da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em particular aquelas que resultem de orientação do Concedente.

No âmbito das relações com os acionistas, o Conselho de Administração deve:

- Colaborar ativamente com os acionistas, ou os seus representantes no desempenho das suas funções, garantindo a permanente manutenção de rotinas de fornecimento de informação interna, inerente ao controlo acionista;
- Informar os acionistas sobre todos os assuntos em análise com o concedente e com o regulador, designadamente:
 - Orçamentos, Planos de Atividade, Projetos Tarifários, Planos de Actividade e de Investimentos,
 - Alteração da configuração técnica do Sistema Multimunicipal,
 - Avaliação de infraestruturas, e
 - Abertura a novas áreas de negócio complementares;
- Reportar, com a devida oportunidade, todos os aspetos críticos relacionados com o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão e dos respetivos contratos de fornecimento de água e recolha de efluentes.

No âmbito das relações com o grupo Águas de Portugal, o conselho de administração da Águas do Oeste, S.A. obriga-se a:

- garantir a qualidade de toda a informação remetida, nomeadamente informação mensal de controlo de execução do Plano de Atividades, Plano de Investimentos, controlo de gestão e informação financeira;
- celebrar e garantir a execução de contratos de gestão corporativa;
- propiciar o desenvolvimento na Empresa de uma cultura de grupo, que se traduza pela permanente articulação e colaboração com outras empresas concessionárias de Sistemas Multimunicipais e as empresas gestoras de parcerias Estado - Autarquias e as estruturas centrais do grupo Águas de Portugal e das suas empresas instrumentais.

A Águas do Oeste, e a sua administração, pautou a sua atividade no sentido do cumprimento das orientações estabelecidas pelo Concedente e pelos acionistas, e das recomendações emitidas pela Entidade Reguladora do setor:

Objetivos de Gestão

Indicadores	Meta 2013	Modo de Avaliação
Indicadores Financeiros – Eficiência		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)		
1. Plano de Redução de Custos (PRC)	(%) Não permitir um aumento do peso dos custos indicados no volume de negócios na atividade comparável de 2013 com 2012.	PRC 13 > 110% PRC 12 (não atingido) 110% PRC 12 ≤ PRC 13 < 90% PRC 12 (atingido) PRC 13 ≤ 90% PRC 12 (superado)
Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)		
2. Dívida Comercial de devedores municipais (DCDMA)	(%) Não incremento do stock de dívida vencida municipal.	DCDMA > 120% (não atingido) 80% ≤ DCDMA ≤ 120% (atingido) DCDMA < 80% (superado)
3. Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	(%) Não degradação da tesouraria, atendendo à limitação à evolução do crescimento do endividamento e à degradação do PMR a que temos vindo assistir.	DTE > 100% (não atingido) 75% < DTE ≤ 100% (atingido) DTE ≤ 75% (superado)
3. ROCE	(%) +10% do valor atingido em 2012.	ROCE < 0,6% (não atingido) 0,6% ≤ ROCE ≤ 0,8% (atingido) ROCE > 0,8% (superado)
4. Margem EBITDA (ME)	(%) Não redução face ao valor atingido em 2012 para os resultados recorrentes.	[ME 13/ME 12] < 75% (não atingido) 75% ≤ [ME 13/ME 12] ≤ 100% (atingido) [ME 13/ME 12] > 100% (superado)
Indicadores de Serviço – Ambiente		
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)		
6. Qualidade da Água (AQA)	(%) Não deterioração da qualidade da água fornecida nos SMM, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade da água.	[AQA 13/AQA 12] < 97,5% (não atingido) 97,5% ≤ [AQA 13/AQA 12] ≤ 100% (atingido) [AQA 13/AQA 12] > 100% (superado)
7. Qualidade das águas Residuais (AQAR)	(%) Não deterioração da qualidade da água residual tratada nos SMM, efetuando a avaliação nos termos do indicador da ERSAR, mesmo que esta entidade não tenha procedido à auditoria da qualidade das águas residuais.	[AQAR 13/AQAR 12] < 95% (não atingido) 95% ≤ [AQAR 13/AQAR 12] ≤ 100% (atingido) [AQAR 13/AQAR 12] > 100% (superado)
Indicadores de Reporte – Cumprimento de Reporte		
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)		
9. Cumprimento de Orientações Corporativas (GCOC)	(%) Garantir um grau de cumprimento de 100% das orientações corporativas	GCOC = 100% (atingido) GCOC < 100% (não atingido)
8. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias) 0 dias	atraso > 0 dias (não atingido) -3 ≤ atraso ≤ 0 dias (atingido) atraso < -3 dias (superado)

Valores fixados pela Assembleia-Geral de 3 de julho de 2013.

2. Regulamentos Internos e Externos

A Águas do Oeste é uma empresa cujo sistema de gestão de responsabilidade empresarial se encontra certificado, tendo por base a qualidade do serviço prestado à comunidade onde se insere, garantindo a proteção do ambiente e a salvaguarda da segurança e saúde dos colaboradores, monitorizando a sua eficiência em vários níveis. O Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde (SIQAS) desenvolvido na Águas do Oeste, inclui o mapeamento, integração e a interação entre processos estruturais da Empresa, monitorizados numa lógica de melhoria contínua, sustentada em indicadores mensuráveis, com resultados analisados e metas revistas anualmente pela gestão de topo.

A Águas do Oeste tem também implementado um conjunto de regulamentos e manuais internos que ajudam a definir regras, mediante determinadas vertentes de atuação, a saber: Manual de Recursos Humanos Corporativos, Manual de Acolhimento, Manual de Estrutura Orgânica, Manual de Avaliação de Desempenho, Regulamento de Carreiras para as Empresas Participadas UNA-PD, Regulamento Interno para a Atribuição, Distribuição, Manutenção e Conservação de Equipamentos de Proteção Individual, Regulamento Interno de Prevenção e Controlo de Alcoolémia, Política de Atribuição de Donativos e Patrocínios, Código de Conduta e Ética, Código de Conduta Empresas e VIH, Regulamento Interno de Atribuição e Utilização de Viaturas de Serviço, Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, Manual do Sistema Integrado de Qualidade e Ambiente, Manual de Apresentação do SIQAS: Principais linhas orientadoras para uma adequada prestação do serviço, Planos de segurança Internos para diversas instalações, Regulamento de Visitas às Infraestruturas Operacionais da Águas do Oeste, Plano de Contingência – Gripe Pandémica e Manual de Normas de Viaturas – grupo AdP.

O Regulamento de Exploração do Serviço Público de Saneamento do Sistema Multimunicipal do Oeste foi aprovado pelo Concedente, e publicado em diário da república, no dia 19 de agosto de 2013, entrando em vigor no dia seguinte.

No que se refere ao Regulamento de Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água do Sistema Multimunicipal do Oeste, foi concluída a elaboração pela Empresa, tendo por base a proposta de Regulamento de Exploração "tipo" para as atividade de abastecimento de água, elaborada pela AdP em estreita colaboração com a ERSAR, ajustada às particularidades decorrentes da existência de utilizadores municipais com estatuto diferenciado, de forma a atender ao estabelecido nos Contratos de Concessão e de Fornecimento, tendo sido submetido a parecer dos municípios utilizadores/clientes no final 2013 para, posteriormente, ser enviado para aprovação do Concedente.

3. Informação sobre Transações Relevantes

A Empresa, durante o ano de 2013, aplicou os procedimentos decorrentes da legislação em vigor em matéria de empreitadas e de aquisição de bens e serviços. Após o início da vigência do novo Código dos Contratos Públicos, a Águas do Oeste promoveu a adaptação dos seus procedimentos em função das orientações recebidas do grupo Águas de Portugal.

A nível dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), apresenta-se de seguida a lista dos fornecedores que representam mais de um milhão de euros (sem IVA) durante o ano de 2013 ou mais de 5% do universo dos FSE da empresa:

Fornecedor	Montante (€)	% Relativa aos FSE
EDP - Comercial, S.A.	2 643 657,15	29,0%
MANVIA/EFACEC - Manutenção Técnica AdO, ACE	1 336 622,57	14,7%
Iberdrola Generación, S.A.	556 564,08	6,1%
Terrafértil II, Lda	537 766,08	5,9%
EDP - Serviço Universal, S.A.	495 524,54	5,4%
MDS Corretora de Seguros, S.A.	451 500,47	5,0%

Estas cinco empresas, que representam cerca de 70% do total dos custos com FSE, fornecem a energia (EDP e Iberdrola), realizam a maioria da manutenção das infraestruturas (Manvia /EFACEC), recolhem, transportam e enviam para destino final adequado as lamas produzidas decorrentes da atividade normal da empresa (Terrafértil) e fazem a gestão das apólices do grupo AdP (MDS).

Em termos de entidades relacionadas, apresenta-se quadro resumo com os montantes de transações durante o ano 2013:

Unidade: euros

	Rendimentos	Gastos
AdP SGPS	-	(1 895 948,75)
AdP Serviços	-	(227 089,07)
AdP Internacional		(31 593,00)
Aquasis	-	(10 550,60)
Epal	-	(11 179 566,90)
Oeste Comunidade Intermunicipal	-	(51 235,44)
Valorsul	180 838,76	-
Municípios	31 105 722,82	(62 781,29)
Paulo José Salvador Ferreira	-	(4 002,48)

O valor transacionado com a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. corresponde à imputação à Águas do Oeste de Fees de Gestão e Administração, tendo em vista a promoção de um aproveitamento de esforços, assegurar condições de segurança relativamente às atividades desenvolvidas que envolvam riscos estratégicos, nomeadamente riscos de financiamento, obtendo vantagem por via da definição de uma estratégia de partilha de encargos associados.

O relacionamento da Águas do Oeste com a unidade de serviços partilhados do Grupo, a AdP Serviços Ambientais, S.A., funciona no quadro de uma relação “in house” estabelecida com base num modelo relacional aprovado pela AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

A AdO no exercício da sua atividade tem necessidade de recorrer com alguma frequência aos serviços de suporte partilhados pela AdP-Serviços, quando não possui os recursos humanos e técnicos indispensáveis para o efeito. São exemplo, serviços prestados no âmbito de compras e apoio geral, engenharia (designadamente apoio à elaboração de processos de concurso e à apreciação de propostas e acompanhamento de empreitadas), assessoria jurídica aos negócios da empresa, comunicação institucional, de sistemas de informação, recursos humanos, serviços financeiros e de contabilidade.

Com a Aquasis, a AdO adquire serviços de natureza técnica e consultoria, relativos a acompanhamento, fiscalização de fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de telegestão do sistema de abastecimento e saneamento de águas residuais.

Com a EPAL, a relação corresponde à aquisição de água para fornecimento aos municípios utilizadores/clientes da Águas do Oeste.

Com a Oeste Comunidade Intermunicipal, a relação corresponde ao arrendamento das instalações da Sede da AdO.

Com os municípios, os montantes registados como rendimento, dizem respeito a atividade regulada - Serviços em “alta” – abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes.

Com a Valorsul, a AdO prestou serviços de tratamento de efluentes, decorrente de descarga de águas residuais lixivantes provenientes do aterro sanitário do Oeste, em instalações de tratamento a cargo da Águas do Oeste.

O valor transacionado com o Eng. Paulo Ferreira diz respeito a prestação de serviços de responsabilidade de exploração das instalações elétricas, nos termos da legislação em vigor.

3.1 Informação sobre Contratos de Prestação de Serviços

Em matéria de contratação pública, cumpre assinalar que na atividade desenvolvida pela Águas do Oeste, S.A. foi implementada a orientação vertida no Despacho n.º 438/10 - SETF, de 10 de maio de 2010, transmitida pela Comissão Executiva da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., em cumprimento do estabelecido no Ofício Circular n.º 6132, da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, de 6 de agosto de 2010, que determina que nos contratos de prestação de serviços de valor igual ou superior a 125.000 euros (cento e vinte e cinco mil euros) devem ser cumpridas as seguintes formalidades:

- a adjudicação deve ser precedida de justificação da necessidade de contratar, tanto do ponto de vista económico, como da ausência de soluções internas, bem como da explicitação dos objetivos que se pretende alcançar;
- os resultados obtidos sejam objeto de avaliação;
- os desvios quanto à realização temporal e financeira sejam justificados.

Para além do exposto, nos procedimentos desenvolvidos no ano de 2013 para a formação de contratos abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos pela Águas do Oeste, S.A. foram observadas as normas de contratação pública consagradas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril e pelo Decreto-lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

Em cumprimento do disposto no artigo 472.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, até 31 de março de 2014, será submetido à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E., o reporte estatístico relativo aos contratos de aquisição e locação de bens e de aquisição de serviços abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos celebrados pela Águas do Oeste no ano de 2013.

4. Modelo de Governo

4.1. Órgãos Sociais

Nos termos do n.º 1 do artigo 18º dos Estatutos da Águas do Oeste, o Conselho de Administração é composto por três ou cinco Administradores, sendo um Presidente e os restantes Vogais.

4.1.1 Mesa da Assembleia-Geral

A Assembleia-Geral é convocada e reúne nas condições previstas no Estatuto da Águas do Oeste e é dirigida pelo Presidente da Mesa ou, na sua ausência ou impedimento, pelo Vice-Presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia-Geral.

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º do Contrato de Sociedade, a Mesa da Assembleia-Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário:

Presidente: Dr. Paulo Jorge Marques Inácio, Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça;

Vice-Presidente: Dr. Paulo Manuel Marques Fernandes;

Secretário: Dr.ª Ana Cristina Rebelo Pereira.

4.1.2 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia-Geral que designa, também, o seu Presidente de entre os Administradores eleitos. Nos termos do n.º 2 do artigo 11º do Contrato da Sociedade, e à semelhança dos restantes órgãos sociais, o Conselho de Administração exerce as suas funções por períodos de três anos, podendo ser reeleito.

A 20 de maio de 2013, a Assembleia-Geral das Águas do Oeste, elegeu por unanimidade, o atual Conselho de Administração da Águas do Oeste.

Nos termos do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem os poderes de gestão e representação da Sociedade que lhe foram concedidos pela Lei e pelos Estatutos da Sociedade e pelas deliberações dos Acionistas.

Para além do acompanhamento do Presidente do Conselho de Administração da atividade da Empresa, verificou-se a contribuição dos administradores para a atividade corrente da Águas do Oeste.

Administrador-Delegado

Atualmente, o Conselho de Administração é constituído por três membros e, em função da determinação dos Acionistas para a organização do conselho de administração no mandato 2013-2015, a gestão corrente está delegada num único administrador executivo, Eng.º Arménio de Figueiredo, a quem reportam todos os serviços da Águas do Oeste.

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º Carlos Martins

Administrador-Delegado: Eng.º Arménio de Figueiredo

Vogal: Dr. Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

Curriculum Vitae dos Administradores

Eng.º Carlos Martins

Nasceu em Lisboa, em 19 de janeiro de 1956.

Habilitações Académicas

Mestre em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade Técnica de Lisboa (pré-Bolonha) e Licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa e doutorando em Administração Pública, na Universidade de Lisboa.

Pós-graduado em Administração e Políticas Públicas no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Diplomado de Estudos Superiores Especializados em Direção, Gestão e Execução de Obras pelo Instituto Politécnico de Lisboa, Diplomado pela Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa no “Programa Avançado de Economia e Gestão de Empresas de Serviços de Águas”, em 2008 e Pós-graduado em “Direito da Água”, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade de Lisboa.

Membro efetivo da Ordem dos Engenheiros, com nível de qualificação de sénior e outorga do grau de especialista em engenharia sanitária.

Carreira Profissional

Iniciou atividade profissional em 1979 nos Serviços Municipalizados de Eletricidade, Água e Saneamento da Câmara Municipal de Loures, tendo sido nomeado Chefe de Divisão de Estudos e Cadastros em 1982, funções que veio a exercer até abril de 1998.

Foi representante do município de Loures na EXPO '98 para supervisão de estudos e obras de infraestruturas e para apreciação de projetos de redes de água e esgotos dos promotores particulares na zona do PP4 do Parque EXPO.

Foi nomeado por Despacho conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministra do Ambiente para as funções de Vice-presidente do Instituto dos Resíduos do Ministério do Ambiente, que desempenhou entre abril de 1998 e fevereiro de 2002. Integrou a Comissão de Monitorização e avaliação do Protocolo para uma melhoria contínua de desempenho ambiental da Petrogal. Representou o Ministério do Ambiente na Unidade de Gestão do Programa Operacional Saúde XXI.

Entre fevereiro de 2002 e setembro de 2007 exerceu funções de administrador nos Serviços Municipalizados de Loures, onde teve delegadas competências de coordenação de diversas Divisões.

Em 2002 e 2003 prestou assessoria técnica à Direção Regional do Ambiente da Secretaria do Ambiente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

No período de 2004 a 2007 exerceu também funções de administrador não executivo no Conselho de Administração da Simtejo, em representação da Câmara Municipal de Loures.

Exerceu funções de assessor da AMEGA (Associação de Municípios para Estudos de Gestão da Água) no período de 2004 a setembro de 2007 e de Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração da Simtejo, S.A. de 2007 a outubro de 2009.

Membro do Conselho de Administração da Empresa Geral do Fomento, S.A. (EGF), de abril de 2009 a fevereiro de 2012, Administrador da Valorsul, S.A., Presidente dos Conselhos de Administração da Amarsul, S.A. e do ACE EGF & DouroGás. Exerceu também funções de Administrador da empresa Aquasis, S.A. e de Administrador da AdP – Serviços Ambientais, S.A.

Outras atividades

Presidente da APDA – Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas desde 2003 a 2009, exerceu as funções de Presidente da *European Union of National Associations of Water Suppliers and Waste Water Services*, com sede em Bruxelas, em 2005, tendo sido vice-presidente em 2004 e membro da Comissão Executiva de 2004 a 2006, integrou a Assembleia-Geral daquela organização, foi também membro da CNAIA – Comissão Nacional da Associação Internacional da Água.

Coordenador do Grupo de resíduos da APESB de 2002 a 2006 e membro do Conselho Editorial da revista Água e Resíduos.

Integrou as Comissões da Seca, criada por despacho interministerial em 2005, e de Acompanhamento de elaboração do PEAASAR II.

Tem proferido dezenas de intervenções técnicas como participante convidado em seminários, colóquios, *workshops* e sessões em estabelecimentos de ensino superior; autor de mais de três dezenas de artigos técnicos apresentados em

eventos técnicos e publicados em revistas nacionais e internacionais, nomeadamente a convite do Banco Interamericano para o Desenvolvimento.

Funções Atuais

Gestor da Unidade de Negócio de Água – Produção e Depuração (UNA-PD), com responsabilidade de coordenação das empresas: Sanest, S.A., Simtejo, S.A., Águas do Oeste, S.A., Águas do Centro, S.A. e Águas do Zêzere e Coa, S.A.

Presidente dos Conselhos de Administração da Sanest, S.A., da Simtejo, S.A, da Águas do Oeste, S.A. e da Águas do Zêzere e Coa, S.A.

Exerce funções de equiparado a Professor Adjunto no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa desde 1991, lecionando disciplinas no domínio da Organização de Obras, Ordenamento do Território e do Saneamento Básico, sendo desde 2007 coordenador da disciplina de Construção Território e Ambiente da Seção de Transportes e Ordenamento do Território e integrou, de 2004 a 2010, o Conselho Científico do Departamento de Engenharia Civil e, desde 2009, o Centro de Estudos de Engenharia Civil do ISEL.

Eng.º Arménio de Figueiredo

Nasceu em Aveiro, em 19 de dezembro de 1958.

Habilitações Académicas

Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade de Aveiro.

Carreira Profissional

Na área do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, foi membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Loures, de fevereiro de 1991 a abril de 1998, data em que ingressou no grupo Águas de Portugal, onde atualmente se encontra, tendo desempenhado diversas funções, designadamente associadas à constituição de novos Sistemas Multimunicipais.

Desempenhou funções de Administrador executivo da Simlis, - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, S.A., de janeiro de 2000 a março de 2002, e, até março de 2006, foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2000 a março de 2003, foi vogal não executivo do Conselho de Administração da Águas do Zêzere e Coa, S.A. e de março de 2003 a março de 2006 foi Presidente do seu Conselho de Administração.

De julho de 2001 a março de 2007 foi presidente do Conselho de Administração da Águas do Centro, S.A.

De março de 2007 a abril de 2009 desempenhou funções associadas aos estudos técnicos desenvolvidos para a Parceria para a organização dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais "em baixa", abrangendo os Municípios integrados nos Sistemas Multimunicipais da Ria de Aveiro, do Lis, do Oeste, do Baixo Mondego, de Raia, Zêzere e Nabão e do Alto Zêzere e Coa.

De abril de 2008 a maio de 2009 desempenhou funções de vogal do Conselho de Administração da Trevo Oeste - Tratamento e Valorização de Efluentes Pecuários, S.A.

Funções Atuais

Desde 6 de maio de 2009 desempenha as funções de Administrador-Executivo da Águas do Oeste, S.A.

É atualmente membro da Assembleia de Representantes da Ordem dos Engenheiros.

Dr. Carlos Manuel Soares Miguel

Nasceu em 17 de janeiro de 1957.

Habilitações Académicas

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa.

Carreira Profissional

Exerceu advocacia de 1985 a 2002.

Funções Atuais

Exerce as funções de Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras.

4.1.3 Fiscal Único

Nos termos do artigo 24º do Contrato da Sociedade, a fiscalização da atividade da sociedade compete a um oficial revisor de contas ou sociedade revisora de contas.

Enquanto não for concedida a necessária autorização para se proceder à alteração dos estatutos da sociedade, mantêm-se em funções o fiscal único efectivo, Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Dr. Rui Abel Serra Martins (ROC nº. I I 19) e o suplente Dr. Rui Manuel da Cunha Vieira.

4.2. Estrutura Organizacional

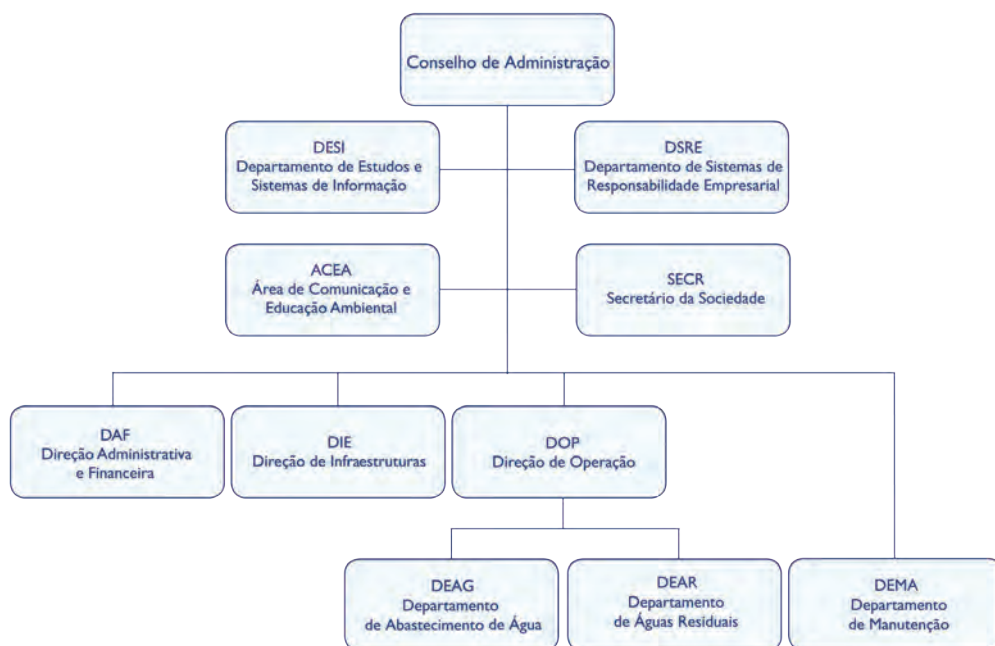
O reporte de todas as Áreas, Departamentos e Direções é feito ao administrador executivo, com base nas atribuições de cada Serviço, aprovadas pelo Conselho de Administração (CA).

Para cada função existente na empresa está feita a determinação clara dos objetivos, supervisão e “rede operacional” de relações internas e externas, bem como a definição das respetivas áreas de responsabilidade.

O Conselho de Administração, para além da delegação geral da gestão corrente no Administrador-Executivo, procedeu também a algumas delegações pontuais associadas à natureza de algumas funções.

Organograma

Para o exercício da sua atividade, a Águas do Oeste dispõe de um conjunto estruturado de órgãos e serviços de apoio à gestão e de suporte à atividade da Empresa, cujo organograma funcional se resume no seguinte:



Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)

Atribuições

- Promover e realizar estudos adequados ao desenvolvimento da Empresa e à plena utilização das potencialidades da sua atividade, bem como estudos adequados à prossecução dos requisitos de funcionamento da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento no plano técnico do EVEL da Empresa e dos estudos e análises necessários para a sua aplicação e evolução;
- Coordenar as atividades necessárias para candidatar a Empresa aos vários programas de financiamento, em parceria com os restantes Serviços da Empresa, e proceder à coordenação da realização das candidaturas aprovadas;
- Estruturar as respostas de natureza técnica relativas à atividade global da Empresa que não decorram de atribuições específicas de outros Serviços;

- Proceder à preparação e resposta de elementos técnicos de suporte à articulação de financiamentos junto do BEI;
- Articular com os Municípios da área de atividade da Empresa as questões relativas ao relacionamento entre os sistemas da Empresa e os sistemas municipais, em especial no que respeita ao redimensionamento das necessidades dos Municípios emergentes de licenciamentos urbanísticos e ao tratamento das consultas recebidas para o efeito;
- Assegurar a gestão global dos sistemas informáticos da Empresa e proceder à sua coordenação e compatibilização;
- Gerir e atualizar os equipamentos informáticos e o sistema de informação geográfica da Empresa;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)

Atribuições

- Apoiar o CA na definição, acompanhamento e revisão dos objetivos estratégicos da Empresa;
- Assegurar o acompanhamento do processo de certificação da Empresa e a gestão e manutenção do Sistema Integrado da Qualidade e Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho (SIQAS) prestando todo o apoio às restantes unidades orgânicas;
- Definir e assegurar a implementação de normas e procedimentos de qualidade na Empresa;
- Colaborar com outras unidades orgânicas na formação dos Recursos Humanos relativamente às normas e procedimentos do Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho (SIQAS);
- Criar condições para a certificação da Empresa em matéria de segurança, assumindo as colaborações adequadas para a sustentação prévia dessas condições e tutelando o respetivo desenvolvimento;
- Assegurar a preparação do PCQA, a realização atempada do seu reporte para a Entidade Reguladora, as demais entidades envolvidas nos termos da lei e os Clientes da Empresa, bem como do suporte dos resultados do PCQA e dos seus eventuais incumprimentos;
- Garantir o tratamento e reporte dos Indicadores de Desempenho à Entidade Reguladora e dos Indicadores de Sustentabilidade à Águas de Portugal, S.A., em colaboração com os serviços;
- Garantir a coordenação dos projetos de Investigação e Desenvolvimento da Empresa, em articulação com os diferentes serviços;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)

Atribuições

- Assegurar as publicações e outros meios adequados à comunicação institucional da Empresa;
- Planear e propor ações de comunicação em concertação com a Comunicação e Imagem do Grupo, de forma a assegurar uma boa imagem institucional da Águas do Oeste e uma perceção correta da sua atividade;
- Gerir as atividades e momentos de comunicação, de forma a cumprir os objetivos propostos;
- Coordenar os instrumentos de comunicação periódica com os Clientes da Empresa e organizar os níveis de avaliação do grau de sua satisfação;
- Preparar, propor e assegurar a realização de ações de educação ambiental relacionados com a atividade da Empresa e dirigidos à população em geral ou, em particular, ao universo escolar;
- Colaborar no desenvolvimento e garantir a implementação na Águas do Oeste do plano de contingência do Grupo, em articulação com a *holding* visando antecipar situações de crise e contribuir para a solução dos problemas detetados, de forma a manter a boa imagem institucional da Empresa e do Grupo;

- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Secretário da Sociedade

Atribuições

- Autenticar os Despachos e decisões do Conselho de Administração;
- Assegurar a divulgação interna dos normativos relevantes para a Empresa;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção Administrativa e Financeira (DAF)

Atribuições

- Assegurar o acompanhamento, no plano económico-financeiro, do EVEF da Empresa e dos estudos e análises necessários para as suas aplicação e evolução;
- Assegurar a elaboração do orçamento da Empresa, propor a sua aprovação e acompanhar a sua execução, com elaboração dos necessários relatórios, de forma a identificar e analisar desvios e contribuir para as decisões de gestão e o cumprimento dos objetivos;
- Controlar a preparação e disponibilização atempada de informação de gestão sobre a Empresa e o seu reporte atempado para os Acionistas e diversas Entidades externas;
- Assegurar a realização das operações e procedimentos relativos à contabilidade, garantindo a correta aplicação dos princípios contabilísticos e o cumprimento das correspondentes normas legais;
- Assegurar a gestão da tesouraria, gerindo linhas de crédito e aplicações financeiras;
- Garantir a correta aplicação e a atualização das tarifas para o fornecimento de água e recolha/ transporte de efluentes, no âmbito dos contratos de concessão;
- Colaborar com a Administração e os outros Serviços na contratação e gestão dos Recursos Humanos da Empresa;
- Assegurar a gestão administrativa da Empresa, nas suas diversas vertentes, designadamente, instalações, frota automóvel e seguros;
- Assegurar a faturação a clientes e acompanhamento da dívida de clientes;
- Assegurar o cumprimento das obrigações fiscais da Empresa;
- Controlar a despesa e instruções de pedidos de pagamento ao Fundo de Coesão;
- Garantir a implementação e atualização do cadastro de infraestruturas e equipamentos;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Sistema de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção de Infraestruturas (DIE)

Atribuições

- Colaborar na elaboração e propor o Plano dos Investimentos, de forma a responder às necessidades de criação/ otimização das infraestruturas do Sistema e garantir o cumprimento dos objetivos definidos pela Administração;
- Assegurar a realização de todos os investimentos da Empresa, com exceção dos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar o acompanhamento da execução de projetos para as obras a realizar pela Empresa;
- Proceder às diligências adequadas para obtenção de licenciamentos necessários para a realização dos investimentos;

- Assegurar a gestão das obras de construção executadas por empreiteiros, em termos de prazos, custos e qualidade, garantindo o cumprimento dos objetivos e assegurar a realização das inspeções/ vistorias para o efeito das receções provisórias;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade da Direção, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar progressivamente a implementação de um sistema de gestão de ativos, com a colaboração dos restantes Serviços;
- Proceder à avaliação funcional das infraestruturas da Empresa e apresentar propostas para melhorar a sua eficácia e eficiência, garantindo a implementação da codificação de localização funcional de todas as infraestruturas, bem como as suas etiquetagem e valoração;
- Assegurar a realização de processos de expropriação e constituição de servidões de prédios necessários para a concretização dos objetivos da Empresa e proceder às diligências necessárias para a sua aquisição ou oneração, bem como ao correspondente registo predial;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, nomeadamente na execução dos investimentos, e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Direção de Operação (DOP)

Atribuições

- Coordenar e dirigir a atividade do DEAG e do DEAR;
- Prosseguir as atribuições do DEAG e do DEAR;
- Assegurar a articulação com os sistemas municipais relativa a todas as questões operacionais da Empresa, incluindo o reporte de todas as situações inerentes ao funcionamento dos sistemas da Empresa, com exceção das que se referem à preparação e aprovação do PCQA;
- Coordenar a gestão de laboratório internos e/ou externos no que se refere à realização das análises necessárias ao cumprimento dos Planos de Monitorização Operacional necessários ao acompanhamento da qualidade da água fornecida;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)

Atribuições

- Assegurar a operação dos sistemas de abastecimento de água, em função da procura existente e dos parâmetros de qualidade exigidos, visando a rentabilidade da Empresa e a prestação do melhor serviço à população;
- Identificar e propor projetos/ obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de abastecimento visando melhorar a sua capacidade e eficiência e assegurar a consecução dos objetivos de médio/ longo prazo da Empresa;
- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de abastecimento e o reporte regulado das ocorrências ao Departamento de Manutenção;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAG, em estreita articulação com o DEMA;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de abastecimento de água da Águas do Oeste e os sistemas que lhe estão associados;
- Garantir a verificação e registo dos consumos, nos pontos de entrega, e o seu reporte à DAF para faturação;
- Colaborar com o DSRE na preparação do PCQA;

- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade, de forma contribuir para a melhoria da eficiência, diminuindo custos e promovendo a qualidade do serviço;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afetas a abastecimento de água;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Departamento de Águas Residuais (DEAR)

Atribuições

- Assegurar a recolha, transporte e tratamento e rejeição de águas residuais a cargo da Empresa;
- Colaborar na erradicação de descargas poluentes nos meios recetores, em cooperação com entidades externas;
- Identificar e propor projetos/ obras de beneficiação e, ou ampliação das infraestruturas do sistema de saneamento de forma a garantir a sua funcionalidade e o cumprimento dos objetivos de médio/ longo prazo da Empresa;
- Assegurar a vigilância e monitorização das infraestruturas do sistema de saneamento e o reporte regulado das ocorrências ao Departamento de Manutenção;
- Assegurar o cumprimento de ações de manutenção preventiva especificamente atribuídas ao DEAR, em estreita articulação com o DEMA;
- Assegurar o reporte, atempado, de dados estatísticos e de gestão relativos à atividade do Departamento, visando aferir o desempenho das atividades e avaliar os resultados alcançados e suportar a tomada de decisão;
- Assegurar uma boa articulação e cooperação entre o sistema de águas residuais da Águas do Oeste e os sistemas que lhe estão associados;
- Garantir a verificação e o registo dos caudais nos pontos de recolha e o seu reporte à DAF para faturação;
- Garantir o controlo analítico do processo e da monitorização da qualidade das águas residuais afluentes, dos efluentes tratados e meios recetores, visando a sua melhoria contínua e o cumprimento da legislação em vigor;
- Garantir a remoção dos resíduos e subprodutos provenientes do funcionamento do sistema e assegurar o seu encaminhamento para destino final;
- Identificar novas soluções a nível tecnológico e do processo, analisar a sua aplicabilidade de forma a otimizar o processo, diminuir custos e promover a qualidade do serviço;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS;
- Assegurar a gestão corrente das instalações da empresa exclusivamente afetas a tratamento de águas residuais (água, luz).

Departamento de Manutenção (DEMA)

Atribuições

- Assegurar o planeamento, orçamentação e execução da manutenção dos equipamentos e infraestruturas da Empresa, de forma a garantir a funcionalidade e a fiabilidade do sistema da Empresa e o cumprimento dos objetivos, incluindo os correspondentes investimentos que não alterem significativamente a configuração pré-existente das infraestruturas e não estejam organizados em empreitadas gerais específicas para o efeito;
- Assegurar a realização atempada de ações de manutenção preventiva, corretiva e condicionada de equipamentos e a limpeza e desobstrução de infraestruturas, de forma a garantir a otimização da sua exploração e a melhor relação entre custos e benefícios;
- Colaborar com a DIE na preparação de projetos tendo em vista a otimização das condições de manutenção, na perspetiva da eficiência associada à implantação progressiva da gestão de ativos;

- Assegurar a monitorização dos consumos energéticos e propor medidas visando a sua racionalização e redução de custo;
- Garantir a gestão eficaz dos materiais e peças sobressalentes e sua correta armazenagem;
- Colaborar na receção de novos equipamentos e instalações;
- Gerir o sistema de telegestão da Empresa, em articulação com as funções de coordenação global do DESI, e proceder à implementação dos novos subsistemas;
- Preparar e assegurar o cumprimento do plano de calibração de dispositivos de monitorização e medição, bem como a sua manutenção;
- Garantir o cumprimento das obrigações legais, bem como das normas e procedimentos da Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho e contribuir para a revisão e atualização do SIQAS.

Relações com *Stakeholders*

É a seguinte a estrutura acionista da empresa (participação do capital em euros):

Entidade	Valor total do Capital
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	15 300 000
Comunidade Intermunicipal do Oeste	5 000
Município de Alcobaça	1 540 190
Município de Alenquer	1 702 670
Município de Arruda dos Vinhos	439 665
Município de Azambuja	1 784 885
Município do Bombarral	462 200
Município do Cadaval	465 230
Município das Caldas da Rainha	1 051 340
Município da Lourinhã	1 206 915
Município da Nazaré	468 505
Município de Óbidos	501 430
Município de Peniche	660 685
Município de Rio Maior	789 820
Município de Sobral de Monte Agraço	324 910
Município de Torres Vedras	3 296 555
Total	30 000 000

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, Concedente, Entidade Reguladora, Acionistas, parceiros, utilizadores e instituições financeiras.

A Águas do Oeste tem procedido ao cumprimento das suas obrigações de reporte e tem solicitado as autorizações e aprovações necessárias previstas no seu Contrato de Concessão, quer em relação ao Concedente, quer em relação à ERSAR, tendo recebido uma profícua colaboração.

Os Acionistas têm procedido a um cuidado acompanhamento da gestão da empresa, tendo as relações de reporte assentado na própria relação dos administradores com os seus Acionistas e, no que respeita à AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. também no apoio em dossiês mais complexos e no acompanhamento técnico e de reporte com base em vários instrumentos específicos.

A Águas do Oeste tem um número limitado de clientes, como decorre da própria natureza da empresa, com uma complexidade resultante da multiplicidade de planos em que se desenvolve o relacionamento Municípios/ Empresa: acionistas, clientes, autarquias em cujo território se efetua o investimento, cedentes de infraestruturas para exploração pela Águas do Oeste.

Apesar dessa complexidade e da especial dificuldade de algumas dessas vertentes, tem sido possível manter um clima de franca colaboração e análise conjunta de todos os *dossiers*.

No que respeita aos prestadores de serviços à Águas do Oeste, a pendência de diversas empreitadas, correspondentes fiscalizações, acompanhamento de projetos e, por outro lado, a prestação de todos os serviços inerentes às múltiplas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento em exploração, são também qualitativa e quantitativamente complexas.

Apesar disso e de um nível de exigência que se tem mantido elevado, não tem havido situações de rotura no relacionamento.

A Águas do Oeste consciente da importância do diálogo com as partes interessadas, tem estruturado ao longo da sua atividade vários processos na área da comunicação, para além dos já previstos na legislação, com o objetivo de estabelecer uma relação de transparência e confiança com o universo de *stakeholders*, nomeadamente, acionistas, clientes, colaboradores, comunidade, Concedente (Estado Português), empresas do grupo Águas de Portugal, entidades reguladoras e fiscalizadoras, financiadores e fornecedores.

Não obstante, a Águas do Oeste cumprir todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*, é seu objetivo criar com eles um nível de envolvimento que se torne num pilar fundamental da sua atividade, valorizando a partilha de informação e indo ao encontro das expectativas, dos mesmos. Por essa razão a comunicação com os Clientes tem nos últimos anos sido encarada na Águas do Oeste como um fator decisivo, quer ao nível da gestão do sistema integrado, quer ao nível da promoção de um clima de transparência e confiança com os municípios servidos. Para tal, a Águas do Oeste avalia anualmente, através de um questionário de satisfação ou de reuniões presenciais, a satisfação dos seus clientes no que se refere ao serviço prestado, para além do acompanhamento contínuo em reuniões periódicas com os diversos serviços da empresa e do acompanhamento e resposta às reclamações e pedidos de informação provenientes dos seus clientes, sempre com o fim de identificar eventuais ações corretivas e preventivas. Também a disponibilização de informação diversa na área reservada a clientes, disponível no *site* da empresa, facilita o processo de comunicação entre as partes, antecipando e correspondendo às necessidades e expectativas, com vista à melhoria do serviço prestado junto dos seus clientes e, indiretamente, do consumidor final.

Tudo isto com o objetivo de uma melhoria dos processos de comunicação existentes, no sentido de uma, cada vez maior e melhor, integração dos seus *stakeholders* com a atividade da Águas do Oeste.

O atual contexto, que limita de forma significativa a gestão dos recursos humanos e financeiros das empresas do Setor Empresarial do Estado, tem obrigado a um esforço muito significativo dos colaboradores da Empresa, sendo da mais elementar justiça realçar o seu desempenho e a postura que têm manifestado, contribuindo de forma decisiva para o desempenho que a empresa teve no serviço público prestado.

5. Remunerações e Outros Encargos

Nos termos da alínea h) do n.º 2 do artigo 17º dos Estatutos da Águas do Oeste, é à Assembleia-Geral que compete, especialmente, deliberar sobre as remunerações dos membros dos Órgãos Sociais, podendo, para o efeito, designar uma Comissão de Vencimentos. A fixação da remuneração dos Órgãos Sociais é a decorrente da deliberação da Assembleia-Geral de 20 de maio de 2013.

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores foram fixadas nos termos do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 2/2012, de 25 de janeiro e do disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março, sem prejuízo de alterações e ajustamentos que venham a ser deliberadas pelos acionistas ou Comissão de Vencimentos, no âmbito das suas competências e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Na Assembleia-Geral de 20 de maio de 2013 foi aprovado que o gestor Eng.º Arménio de Figueiredo fosse autorizado a optar pelo vencimento do lugar de origem, produzindo essa autorização efeitos à data de entrada em vigor do novo estatuto remuneratório do Gestor Público.

Os montantes totais de remunerações em 2013 auferidos pelos membros dos órgãos sociais foram os seguintes:

5.1 Mesa da Assembleia-Geral

Unidade: euros

Mesa da Assembleia Geral Mandato II	2013		
	Presidente	Vice-Presidente ⁽¹⁾	Secretário ⁽¹⁾
Remuneração anual fixa		415,00	
Redução remuneratória*			
Remuneração anual efetiva		415,00	-

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

(1) A remuneração definida para o cargo, acrescida dos encargos sociais, é faturada diretamente pelo acionista à empresa.

5.2 Conselho de Administração

Unidade: euros

	Presidente Não Executivo ⁽¹⁾	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo ⁽¹⁾
Mandato	II	II	II
Adaptado ao EGP (Sim/ Não)	Sim	Sim	NA
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	12 477,00	82 725,53	0,00
OPRLO	NA	Não	NA
Entidade de origem (identificar)			
Entidade pagadora (Origem/ Destino)			
1.1.Remuneração anual	12 477,00	87 612,25	
1.2.Despesas de representação (Anual)		7 333,20	
1.3.Senha de presença (Valor Anual)			
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010		4 213,80	
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011		8 006,12	
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e Natal			
1.7.Reduções de anos anteriores			
1.Remuneração anual efetiva líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	12 477,00	82 725,53	
2.Remuneração variável			
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)			
4.Outras (identificar)			
Subsídio de deslocação			
Subsídio de refeição		1 615,32	
Encargos com benefícios sociais			
Regime de Proteção Social (ADSE/ Seg. Social/ Outros)		16 661,46	
Seguros de Saúde		588	
Seguros de Vida		739	
Seguro de Acidentes Pessoais			
Outros (indicar)			
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Sim	Não	Sim
Entidade (identificar)	AdP		
Remuneração anual			

(*) Diferencial entre (1) e (2) relativo a deslocações profissionais.

(1) A remuneração definida para o cargo, acrescida dos encargos sociais, é faturada diretamente pelo acionista à empresa.

Parque Automóvel	Presidente Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato		II	
Modalidade de utilização		AOV	
Valor de referência da viatura nova		39 470	
Ano início		2 007	
Ano termo		2 013	
N.º prestações (se aplicável)		68	
Valor residual		-	
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço		16 824	
Combustível gasto com a viatura		3 477	
Plafond anual Combustível atribuído		4 668	
Outros (Portagens/Reparações/Seguro)		3 510	
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)		Sim	

Outras regalias e compensações	Presidente Não Executivo	Vogal Executivo	Vogal Não Executivo
Mandato		II	
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis		80	
Gastos anuais com comunicações móveis (*)		483	
Outras (indicar)		333	
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)		Sim	

(*) Decorrente da Lei 55-A/2010 ou da Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

Não tendo sido aprovada em comissão de vencimentos as remunerações dos titulares dos órgãos sociais, a empresa, relativamente à Mesa da Assembleia-Geral e ao Presidente Não Executivo, provisionou valores correspondentes aos praticados no ano anterior.

5.3 Órgão de Fiscalização

Fiscal Único	2011	2012	2013
Remuneração anual auferida	12 000,00	10 200,00	10 200,00
Redução remuneratória*			
Remuneração anual efetiva	12 000,00	10 200,00	10 200,00

* Decorrente da Lei 55-A/2010 ou Lei 64-B/2011, conforme aplicável.

6. Análise de Sustentabilidade

Falar de sustentabilidade é falar, sobretudo, da preocupação diária da Águas do Oeste: fornecer água potável em quantidade e qualidade suficientes a toda a população do Oeste e tratar a água residual adequadamente antes de a devolver ao mar e aos rios, preservando os ecossistemas.

A atividade da Empresa está alicerçada num compromisso que vai ao encontro da estratégia de sustentabilidade definido pelo grupo AdP. Com objetivos bem definidos, a atuação da Águas do Oeste mantém como principais vetores de cariz sustentável, o respeito pela informação das partes interessadas, a monitorização ambiental da sua atividade e a gestão eficaz dos recursos que utiliza, tendo sempre como base os seus acionistas, clientes, colaboradores e restantes *stakeholders*, a comunidade em geral e, obviamente, o ambiente.

A adoção desta postura levou à definição de políticas, estratégias e objetivos que consagram uma prática de gestão que tem em conta, simultaneamente, três vertentes: a recuperação dos capitais investidos (sustentabilidade económica), o respeito e a valorização dos recursos naturais (sustentabilidade ambiental), a proteção da saúde da comunidade e a valorização dos seus colaboradores (sustentabilidade social).

Sustentabilidade Económica - a recuperação dos capitais investidos como uma condição indispensável para a sustentabilidade da empresa.

Sustentabilidade Ambiental - a valorização dos ecossistemas da região, implementando sempre que possível, práticas de gestão que assegurem a correta utilização dos recursos naturais, a melhoria contínua do desempenho ambiental das suas atividades e a prevenção da poluição, contribuindo desse modo na melhoria da qualidade da água dos recursos hídricos da região, enquanto meios recetores, não esquecendo as zonas balneares, e conseqüentemente a preservação dos recursos e dos ecossistemas naturais, assim como a promoção de um desenvolvimento sustentável, quer económico, quer turístico e/ou ambiental da região onde está inserida.

Sustentabilidade Social - a proteção da saúde pública, junto na comunidade onde se insere, através da concretização profissional do trabalho da empresa, e da garantia, em qualquer momento, da qualidade e quantidade de água na torneira abastecida aos seus municípios e as necessárias condições sanitárias na região, com o inquestionável benefício associado à inexistência de doenças veiculadas, direta ou indiretamente, pela água. Também a valorização dos seus colaboradores, pelas tarefas que desenvolvem assentes num árduo e ininterrupto trabalho, num sentido de responsabilidade muito vincado com iniciativa e pró-atividade.

Valores que fazem a diferença e que permitem à Águas do Oeste executar um serviço de qualidade, procurando continuamente a melhoria e a eficiência.

A focalização em todas as sinergias (económicas, ambientais e sociais) e o assumir que operar em regime de monopólio, num serviço de interesse geral, significa ter de ser ainda mais responsável, é a base da inspiração e o que conduz a Águas do Oeste.

Resumindo, em matéria de sustentabilidade económica, ambiental e social, no decorrer do ano de 2013, a Águas do Oeste manteve os seus objetivos estruturantes, numa perspetiva de criar mais-valias para a comunidade, acionistas e para os próprios colaboradores.

Consciente das suas responsabilidades e empenhada em assegurar o contínuo e eficiente abastecimento de água para consumo humano, bem como a recolha e o tratamento de águas residuais, aos clientes da sua área de concessão, a Águas do Oeste tem atualmente bem implementado um Sistema de Gestão Integrado, nas vertentes Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho.

A Águas do Oeste considera que o envolvimento e uma comunicação eficaz com os seus *stakeholders* são primordiais para a sustentabilidade do negócio da empresa. Acresce, o seu importante papel na gestão do Ciclo Urbano da Água e a sua responsabilidade nesse âmbito, prestando assim serviços essenciais ao desenvolvimento sustentável da região e bem-estar das populações onde se insere, procurando melhorar continuamente a sua capacidade de resposta aos desafios, preocupações e necessidades identificadas, incluindo no que se refere à divulgação de informação.

Apesar de nos últimos anos se ter verificado uma diminuição significativa dos custos associados às atividades de educação e sensibilização ambiental, a Águas do Oeste continuou a apostar nos diversos projetos que tem desenvolvido nos últimos anos, considerando-os como vetores fundamentais para a adequada gestão do ciclo urbano da água. Um plano estruturado, implementado desde 2003, que envolveu até ao momento largas dezenas de milhares de participantes.

Das ações desenvolvidas neste âmbito, destacam-se as visitas de estudo e técnicas e os dias abertos realizados às infraestruturas da Águas do Oeste, onde é destacada a importância do tratamento das águas residuais e o seu contributo na preservação dos rios, ribeiras e das zonas balneares da região, para além de outras ações de sensibilização realizadas, na sua maioria desenvolvidas em parceria com os seus acionistas/ clientes, sempre com o objetivo de apelar à preservação e à utilização racional do recurso água, enquanto bem cada vez mais escasso e essencial à vida, independentemente dos públicos-alvo a que se destinam.

Ao nível da política ambiental da Empresa, destaca-se também o envolvimento que esta tem tido, desde 2008, com o Projeto Rios, um projeto nacional coordenado pela Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), enquanto responsável que é pela sua implementação na área geográfica onde se insere, promovendo deste modo a participação pública e a sensibilização da população envolvida, para a necessidade de preservação dos recursos hídricos, um dos objetivos da Empresa.

Ao nível da política social, desde 2009 que a Águas do Oeste integra as iniciativas de responsabilidade social do grupo AdP através da doação de 50 cêntimos por cada postal eletrónico de Natal enviado. Nos últimos anos foram enviadas mais de uma centena de milhares de cartões de Natal eletrónicos, representando uma poupança significativa de recursos associados ao seu envio, e transporte para os destinatários e respetivas emissões de CO₂, caso se optasse pelo formato em papel. A Águas do Oeste é uma das participadas que tem contribuído para o sucesso deste projeto, não só no âmbito da política de utilização racional de recursos, bem como de responsabilidade social, considerando que o apoio a estes projetos reverte para instituições sociais. No ano de 2013, e à semelhança do realizado no ano anterior, a Águas do Oeste apoiou uma vez mais três instituições que, no terreno, de norte a sul do País, ajudam aqueles que passam por momentos particularmente difíceis, nomeadamente:

- a ACREDITAR, na área do apoio a crianças com cancro e seus familiares;
- as Aldeias de Crianças SOS, na área do apoio a crianças em situação de risco;
- a Associação Novos Rostos... Novos Desafios, na área de apoio à redução de riscos e no combate à pobreza.

Para além do apoio a estas instituições, pelo segundo ano consecutivo, em 2013 parte da verba angariada com o envio dos cartões de Natal foi direcionada para a atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior aos filhos dos colaboradores do grupo Águas de Portugal que evidenciaram dificuldades financeiras e que tiveram um aproveitamento escolar excelente no último ano.

Não menos importante, é o reconhecimento público da atividade da empresa ao longo de mais de uma década, por parte de entidades externas, nomeadamente, através da atribuição de prémios, com destaque para o selo da *Qualidade exemplar da água para consumo humano*, atribuído pela ERSAR em 2013, depois do prémio pela *Qualidade de Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas Prestado aos Utilizadores*, em 2008, atribuído pela mesma entidade, e da obtenção da certificação em qualidade do serviço, ambiental e segurança e saúde dos seus trabalhadores. Também o seu desempenho é anualmente reconhecido, quer a nível distrital, considerando que anualmente a Águas do Oeste integra a lista das 250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria, do Jornal de Leiria, tendo em 2013 aparecido posicionada em 36º lugar no *ranking* (publicações editadas pelo Jornal de Leiria), quer a nível nacional, uma vez que a empresa integra também as 1.000 Maiores Empresas, (publicação editada pelo Diário Económico), onde estão incluídas poucas empresas do grupo AdP.

7. Gestão do Capital Humano

(nº colaboradores)

Evolução dos Recursos Humanos (n.º de trabalhadores em 31 de dezembro)				
Ano	2010	2011	2012	2013
Total	130	132	130	125

(nº colaboradores)

Distribuição dos Recursos Humanos por Serviço	2009	2010	2011	2012	2013
Secretariado dos Órgãos Sociais	1	1	1	1	1
Departamento Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	3	3	3	2	2
Departamento Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	5	4	4	3	2
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	3	2	2	1	1
Direção Administrativa e Financeira (DAF)	10	10	10	11	10
Direção de Infraestruturas (DIE)	6	6	6	6	6
Direção de Operação (DOP)	2	2	9	9	9
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	27	29	25	23	23
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	63	63	62	63	60
Departamento de Manutenção (DEMA)	10	10	10	11	11
Total	130	130	132	130	125

Estrutura Etária - Anos

«19 anos	0
»19«25 anos	0
»26«35 anos	52
»36«45 anos	47
»46«55 anos	19
»56«65 anos	7
»65 anos	0
Média Idades	39 Anos e 4 Meses

Níveis Antiguidade - Anos	
»0<1 anos	0
»1«2 anos	6
»3«5 anos	33
»6«10 anos	74
»11«15 anos	12
»16 anos	0
Antiguidade Média	7 Anos e 7 Meses

(nº colaboradores)

Vínculo Laboral	
Sem Termo	119
Termo Certo	5
Termo Incerto	0
Outro	1

(nº colaboradores)

Habilitações Literárias	
Ensino Básico	47
Ensino Secundário	39
Ensino Superior	39

(nº colaboradores)

Sexo	
Feminino	33
Masculino	92

(nº horas)

Absentismo	
Assistência Familiar	2 239
Doença	5 794
Consulta Médica	127
Licença de Casamento	0
Licença Parental	4 400
Acidente de Trabalho	1 823
Outras ausências	1 031

(nº horas e nº colaboradores)

Formação	
Total de horas de formação	7 004
N.º colaboradores envolvidos	127 *)

*) Estão considerados colaboradores que saíram durante o ano 2013

(euros)

Evolução da massa salarial				
Ano	2010	2011	2012	2013
Total	3 162 754	2 936 981	2 694 591	3 005 253

Serviço	Decomposição da massa salarial (euros)			
	2010	2011	2012	2013
Secretariado dos Órgãos Sociais	26 225,30	28 314,25	26 851,48	31 474,39
Departamento de Estudos e Sistemas de Informação (DESI)	129 399,33	114 219,80	95 947,60	86 186,76
Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial (DSRE)	184 743,41	156 499,42	117 813,99	104 215,37
Área de Comunicação e Educação Ambiental (ACEA)	66 601,80	50 166,56	46 292,90	47 759,12
Direção Administrativa e Financeira (DAF)	323 887,70	329 449,83	321 341,38	318 004,63
Direção de Infraestruturas (DIE)	258 131,14	197 817,50	184 104,86	207 924,06
Direção Operacional (DOP)		112 196,01	170 086,98	240 676,96
Departamento de Abastecimento de Água (DEAG)	628 482,41	525 998,45	501 909,17	539 147,39
Departamento de Águas Residuais (DEAR)	1 250 338,05	1 145 663,91	980 193,32	1 102 884,61
Departamento de Manutenção (DEMA)	294 944,68	276 654,92	250 049,67	326 980,18
Total	3 162 753,82	2 936 980,65	2 694 591,35	3 005 253,47

Os quadros refletem o número de colaboradores a 31 de dezembro de cada ano, o que nem sempre coincide com o número de colaboradores que desempenharam funções na empresa durante o ano. Também não reflete a ausência de colaboradores em períodos prolongados, designadamente por via da licença de parentalidade ou baixa.

No cumprimento do estabelecido na Lei n.º 66-B/2012 (Lei do Orçamento de Estado 2013), a empresa reduziu em 3 % o número de colaboradores a 31 de dezembro de 2012, o que aconteceu através da saída de colaboradores, a seu pedido, que não foram substituídos, e da conclusão de um contrato de trabalho a termo para substituição de outra colaboradora em licença de maternidade.

A colaboradora que desempenhava funções de Diretora Administrativa e Financeira foi cedida a outra empresa do grupo AdP, a Simtejo, tendo sido substituída por um colaborador de outra empresa do grupo, a AdP Internacional, também através de um contrato de cedência ocasional. Nos quadros apenas está a ser considerado um destes colaboradores.

Está considerado um colaborador do DEAR que está com o contrato suspenso, que se encontra a desempenhar funções em gabinete de apoio a Presidente de Câmara.

Apesar do aumento da atividade que ocorreu nos últimos anos, não se verificou um aumento do número de colaboradores, tendo até ocorrido uma diminuição, por via do estabelecido na Lei do Orçamento de Estado de 2013, o que implicou um esforço muito significativo dos trabalhadores e da empresa para o cumprimento das suas atribuições. Acresce o facto de não ter sido possível proceder à substituição dos colaboradores que estiveram com ausências prolongadas, por licença parental ou por baixa por doença, o que não pôde deixar de afetar a resposta de algumas áreas da empresa.

Formação

Apesar das atuais restrições financeiras, a Águas do Oeste continuou a dar uma especial atenção aos programas de formação interna e externa, tendo em vista fomentar a articulação das necessidades empresariais com a evolução socioprofissional dos colaboradores.

O Plano de Formação para 2013 contribuiu para um enquadramento da formação, que se materializou em cursos de formação, conferências, jornadas, seminários e horas de trabalhador-estudante, representando um total acumulado de 7.004 horas de formação, abrangendo a totalidade dos colaboradores da Águas do Oeste e correspondendo a uma média/ hora por colaborador de 55,15 horas de formação.

A AdO direcionou a sua intervenção no sentido de dar resposta às necessidades formativas identificadas, em áreas essenciais da atividade da empresa e que mais dificuldade encontra no mercado externo de formação, desenvolvendo formação à medida e com qualidade, adequando os conteúdos programáticos das ações à realidade da empresa, para grupos de colaboradores homogéneos. Estas ações representaram (82%) 5.725,5 horas do total da formação realizada em 2013.

Como reflexo da forte aposta na qualificação dos seus colaboradores, a empresa continuou com a sua estratégia de utilizar as competências dos recursos humanos, tendo para o efeito criado uma Bolsa Interna de Formadores, constituída por um conjunto de técnicos devidamente qualificados e especializados em diversas áreas, tendo-lhes sido proporcionada Formação Pedagógica Inicial de

Formadores para a aquisição de novas competências técnicas e meios pedagógicos adequados, permitindo-lhes obter o Certificado de Competências Pedagógicas.

A formação interna representou 9% (618 horas) e foi composta por ações de utilização e manutenção de equipamentos, ações de sensibilização aos colaboradores e ações no âmbito do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde.

De realçar que, no intuito de reduzir o tempo e o custo de deslocações dos colaboradores para fora da área concessão, a formação intraempresa (formação externa efetuada nas instalações da AdO) representou 41% (2.842,5 horas) do total das ações realizadas.

A formação interempresas (formação externa efetuada nas instalações da empresa formadora) representou 50% (3.454 horas) da formação realizada.

8. Investigação & Desenvolvimento e Inovação

No atual contexto de restrições que afetaram a Empresa, não foi possível desenvolver qualquer projeto estruturado nesta matéria.

Alguns dos trabalhos desenvolvidos ao nível da energia têm associado alguma componente de investigação e de inovação, que estão a ser trabalhados com a área de Investigação & Desenvolvimento da AdP, no sentido de se equacionar a apresentação de projetos a financiamento comunitário.

9. Ética e Prevenção da Corrupção

O grupo AdP acredita que a concretização dos seus interesses de longo prazo no desempenho da missão que lhe foi cometida pelo Estado Português está necessariamente alicerçada no estrito cumprimento dos mais elevados padrões de conduta ética.

O Código de Conduta e Ética do grupo AdP vem expressar o compromisso do Grupo com todos aqueles que se relacionam com as empresas do Grupo nas suas atividades comerciais, institucionais e sociais, e que têm, por isso, interesse legítimo na transparência, no diálogo e na atitude ética das empresas do grupo AdP e dos seus colaboradores.

Mas mais do que um compromisso, este Código de Conduta e Ética reflete a vontade de prosseguir um caminho de melhoria contínua de um grupo empresarial que assume como princípios estruturantes da sua ação o respeito pelos direitos dos trabalhadores, a responsabilidade da defesa e proteção do meio ambiente, a transparência nas suas relações com o exterior e a contribuição para um desenvolvimento sustentável.

O Código de Conduta e Ética e o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do grupo AdP foi adotado e é aplicável à Águas do Oeste, enquanto empresa do Grupo Águas de Portugal, podendo ser consultado nos sítios institucionais da Águas de Portugal e da Águas do Oeste (www.adp.pt e www.aguasdoeste.pt).

Valores Éticos da Águas do Oeste e Princípios de Atuação

A Águas do Oeste tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

E rege-se pelos seguintes Princípios:

- Respeito e proteção dos direitos humanos

- Respeito pelos direitos dos trabalhadores
- Luta contra a corrupção
- Erradicação de todas as formas de exploração
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável

10. Controlo de Risco

A Águas do Oeste, S.A. e em particular, o seu Conselho de Administração, dedica grande atenção aos riscos inerentes à sua atividade, a qual é alcançada através da monitorização periódica dos principais riscos da atividade que resultam da operação diária.

Em 2013 foi dada continuidade ao projeto de gestão do risco empresarial, que teve como principais resultados uma avaliação integrada do risco e a sistematização do processo de gestão do risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa.

Os riscos encontram-se organizados de acordo com uma estrutura de classes e categorias definidas de acordo com a metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), a qual apresentamos em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do sistema de controlo interno instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável.

Os riscos são avaliados considerando várias dimensões, pelo que quando se avalia o impacto estão a ser consideradas para cada risco diversas dimensões, nomeadamente:

- Financeira;
- Reputação;
- Legal ou regulamentar; e

- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco tem por missão a identificação dos riscos inerentes aos negócios do grupo AdP, a realização de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade para avaliar os resultados.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., é reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

Os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela Águas do Oeste, S.A. sendo periodicamente apreciados pelo acionista maioritário (AdP SGPS, S.A.). A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, para além de ser assegurada pela Águas do Oeste, S.A. e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Os principais riscos a que a empresa se encontra exposta são os seguintes:

- Envolvente política, económica e financeira;
- Sustentabilidade financeira;
- Gestão de ativos;
- Projetos de investimento e empreitadas;
- Responsabilidade Social e
- Gestão da inovação.

O Conselho de Administração instituiu ações de monitorização periódicas sobre os principais riscos identificados anteriormente, de forma a acompanhar a sua evolução e aferir o nível de controlo, estando as mesmas a ser realizadas conforme previsto.

11. Prevenção de Conflito de Interesses

Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A. têm conhecimento do regime de impedimentos definido na Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, no Estatuto do Gestor Público - (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março) e nos Princípios de Bom Governo das Empresas do Setor Público Empresarial (RCM n.º 49/2007, de 28 de março), em que são estabelecidas regras relativas ao exercício cumulativo de funções e a obrigatoriedade de não intervenção nas decisões que envolvam interesses próprios destes titulares. Têm ainda conhecimento da Lei n.º 4/83, de 2 de fevereiro na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto

Para esse efeito, os membros do Conselho de Administração da Administração da Águas do Oeste, S.A. cumprem com as seguintes obrigações:

- (i) entrega, junto da Inspeção-Geral de Finanças, de declaração contendo todas as participações e interesses patrimoniais que detenham, direta ou indiretamente na empresa, bem como cargos, funções e atividades profissionais que exerçam (artigo 22º, n.º 9 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);

- (ii) entrega da Declaração de Património e Rendimentos junto do Tribunal Constitucional (Lei n.º 4/83 de 2 de fevereiro, na redação da Lei n.º 25/95, de 18 de agosto, Decreto-Regulamentar n.º 1/2000, de 9 de março e ainda Lei 28/82 de 15 de novembro);
- (iii) entrega à Procuradoria-Geral da República de Declaração de Inexistência de Incompatibilidades ou Impedimentos (artigo 11º da Lei n.º 63/94 de 26 de agosto e artigo 22º, n.º 8 do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (iv) não intervenção em deliberações quando nelas tenha interesse, direta ou indiretamente (artigo 22º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março);
- (v) cumprimento das demais disposições previstas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e no Código das Sociedades Comerciais relacionadas com esta matéria.

12. Divulgação de Informação

A Águas do Oeste cumpre todas as obrigações legais e estatutárias em matéria de divulgação de informação, assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com os seus *stakeholders*, nomeadamente clientes, acionistas, concedente, regulador, outros parceiros e população em geral. Privilegiando a divulgação da informação e o acesso à mesma, numa postura aberta e transparente, com base nas diretrizes para o Setor Empresarial do Estado e nas orientações corporativas, é através do seu **site** (www.aguasdooeste.pt), e do Relatório e Contas (R&C), também ele disponibilizado anualmente no site da empresa, que assegura a publicitação dos seguintes pontos, conforme evidencia a tabela seguinte:

Informação a constar no site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Organograma	x			
Orgãos Sociais e Modelo de Governo				
Identificação dos Órgãos Sociais	x			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA			x	
Identificação de comissões existentes na Sociedade			x	
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			
Remuneração dos Órgãos Sociais	x			
Regulamentos internos e externos	x			
Transações fora das condições de mercado			x	
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			
Análise de Sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do Cliente			x	

A informação que não está disponibilizada diretamente em www.aguasdooeste.pt, pode ser consultada no R&C (accedendo ao submenu Informação Financeira)

13. Informação Sintética sobre as iniciativas de Publicidade Institucional

De acordo com o definido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho - que fixa orientações para a colocação de publicidade institucional para o Estado, os Institutos públicos e as Empresas públicas concessionárias de serviços públicos, relativamente às respetivas obrigações de serviço público -, as entidades abrangidas por essa Resolução devem incluir no relatório de atividades uma secção especificamente dedicada à divulgação de informação sintética sobre as iniciativas e ações de publicidade institucional desenvolvidas.

Para efeitos do presente Capítulo, consideram-se como publicidade institucional quaisquer formas de comunicação realizadas pelas entidades referidas no número anterior mediante a aquisição onerosa de espaços publicitários, com o objetivo direto ou indireto de promover iniciativas ou de difundir uma mensagem relacionada com os seus fins ou as suas atribuições.

As campanhas e ações realizadas na prossecução simultânea de fins de publicidade institucional e de outros fins são igualmente abrangidas pelas obrigações de informação relativas à base de dados da publicidade institucional, salvo nos casos em que a componente

de publicidade institucional for suscetível de autonomização quanto aos seus custos e colocação em meios de comunicação social. As campanhas de publicidade institucional desenvolvidas pela Águas do Oeste têm sempre por base a prossecução de competências delegadas, fundadas e justificadas por razões de interesse público, e são pautadas pelos princípios da verdade e da transparência. A aquisição de espaços para publicidade institucional promovida pela Águas do Oeste, durante o ano de 2013, foi bastante reduzida considerando a política de contenção de custos, como já tinha acontecido nos anos anteriores. Apesar disso, a empresa continua a apostar na divulgação da sua atividade, tendo, no ano em análise, recorrido à realização de campanhas sem recurso à aquisição onerosa de espaços publicitários, sempre com o objetivo de:

- informar os cidadãos das condições de acesso e de utilização de serviços públicos;
- divulgar informações relacionadas com a saúde pública, quer ao nível da qualidade da água para consumo humano, quer do tratamento de águas residuais;
- desenvolver campanhas de sensibilização de boas práticas e de prevenção de comportamentos de risco;
- divulgar planos, programas, projetos de empreendimentos públicos, de relevante interesse económico, social, cultural ou ambiental e os seus resultados, nomeadamente através da sua divulgação junto dos segmentos da população que deles possam beneficiar direta ou indiretamente;
- prestar informações ou esclarecimentos públicos relevantes, relativos às matérias referidas na alínea anterior; e
- assegurar outras obrigações de publicitação previstas na lei.

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 1297/2010, de 21 de dezembro, e por obrigações de transparência, a tabela seguinte resume a informação sintética requerida.

Montante global investido em publicidade, no decorrer de 2013, discriminado por trimestres:

Unidade: euros

Órgão/ Entidade	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Valor Global
João Carlos Costa Produções (Gazeta das Caldas – Suplemento Gaeiras)	-	175	-	-	175
Expoguide S.C. (Participação Publicitária no Portal)	-	-	-	1.271	1.271
Região de Leiria (Guia do Autarca 2013 – 2017)	-	-	-	400	400
Jorlis - Edições Publicações, Lda. (Jornal de Leiria: Revista 250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria)	-	-	-	150	150
Imprensa Publishing, S.A. (Dossier Especial “A Oeste tudo de novo” - Edição do Expresso)	-	-	-	750	750
Total	0	175	0	2.571	2.746

Nota: Aos valores acima mencionados acrescem o IVA à taxa legal em vigor, com exceção do valor referente à participação publicitária no portal Expoguide S.C. - entidade sediada fora do país.

Para 2013, a Águas do Oeste manteve a estratégia adotada em anos anteriores, com custos reduzidos em publicidade institucional, face à política de contenção de custos adotada internamente, enquadrada no quadro de redução de custos a que as empresas do Setor Empresarial do Estado estão obrigadas.

Como demonstram os dados constantes na tabela acima, no que se refere a Ações de Promoção e/ ou Divulgação, no decorrer do ano de 2013, não se realizaram quaisquer iniciativas, cujo montante em publicidade tenha sido superior a quinze mil euros (15.000 euros). No desenvolvimento das iniciativas de publicidade institucional, a Águas do Oeste, cumpriu integralmente as determinações da Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2010, de 25 de junho.

A informação constante do presente Capítulo, relativo à publicidade institucional, será remetida ao Gabinete para os Meios de Comunicação Social (GMCS), conforme determinação da RCM n.º 47/2010.

A informação sintética relativa ao aluguer de espaços para publicidade institucional da Águas do Oeste divulgada neste Capítulo não invalida o exercício de outras formas de patrocínio ou parceria, devidamente identificadas, de programas ou de atividades cujo conteúdo ou objetivo estão relacionados com o cumprimento das missões e de valorização da correspondente atividade de serviço público desta empresa.

Para além destas orientações, a Águas do Oeste, no desempenho da sua atividade ao longo do exercício de 2013, deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, e ainda às orientações corporativas emanadas pelo grupo Águas de Portugal.

14. Cumprimento das Instruções, Despachos e Legislação Diversa

14.1 Cumprimento do Estatuto do Gestor Público

Com efeito a 1 de abril de 2012, as remunerações salariais dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste, S.A., em particular aos gestores públicos com funções executivas, foi aplicado o disposto no Estatuto do Gestor Público, republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, tendo em conta os critérios de determinação do vencimento dos gestores públicos (Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro), e tendo por base as classificações e as remunerações associadas fixadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

14.2 Cumprimento de Instruções, Despachos e Legislação Diversa

A Águas do Oeste deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão	x			2,03	Ver Capítulo B-Atividade da Empresa, ponto 7 -Objetivos de Gestão
Gestão do Risco Financeiro			x		Ver nota 3- Políticas de gestão do risco financeiro das demonstrações financeiras
Limites de Crescimento do Endividamento			x		A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Evolução do PMP a fornecedores	x			-43 dias	Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 14.3-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos
Atrasos nos Pagamentos (<i>Arrears</i>)	x				Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 14.3-Evolução do Prazo Médio de Pagamentos
Deveres Especiais de Informação	x				Ver Capítulo A-Governo da Sociedade, ponto 12-Divulgação da informação
Recomendações do acionista na aprovação de contas			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012			x	Não aplicável	
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	x			4 213,80	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			8 006,12	
Órgãos Sociais - suspensão sub. férias e Natal, nos termos dos arts.º 28º e 29.º da Lei 66-B/2012	x			-	

Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75º da Lei n.º 66-B/2012		x	-	
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei n.º 66-B/2012	x		124 230,57	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. férias e Natal, nos termos dos arts.º 28º e 29.º da Lei n.º 66-B/2012		x		
Proibição de valorização remuneratória, nos termos dos arts.º 35.º da Lei n.º 66-B/2012				
Aumento da taxa contributiva relativa aos administradores, nos termos dos arts.º 112.º da Lei n.º 66-B/2012				
Artigo 32º do EGP				
Utilização de cartões de crédito	x			
Reembolso de despesas de representação pessoal	x			
Contratação Pública				
Normas de contratação pública		x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC		x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x		Não aplicável	
Parque Automóvel	x		Não aplicável	
Plano de Redução de Custos, nos termos dos artigos 62º, 63º e 64 da Lei n.º66-B/2012				
Redução de gastos operacionais		x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Redução de gastos com comunicações e deslocações		x	Não aplicável	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes				
Nº de efetivos		x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Nº de cargos dirigentes		x	Não aplicável	
Princípio da Unidade de Tesouraria (DL 133/2013)		x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS
Limites ao endividamento (DL 133/2013)		x	Não aplicável	A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS

A Águas do Oeste por intermédio da AdP SGPS, S.A. aguarda indicações da Tutela sobre o modo de articulação e relato de informação exigida nos termos do Decreto-lei nº 133/2013, de 3 de Outubro, para com a Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

14.3 Cumprimento de Outras Recomendações

Cumprimento do n.º 6 do Despacho n.º 155/2011 - MFAP, de 28 de abril, Relativo à Autorização Prévia da Assembleia-Geral aos Investimentos que Excedam 5% do Capital Estatutário ou Social

Com a publicação do Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril do Ministro de Estado e das Finanças, a Assembleia-Geral da Águas do Oeste, S.A., na sua reunião de 18 de julho de 2011, aprovou condicionalmente o seu Plano de Atividades e Investimento (PAI), para o período 2011-2013, tendo o referido PAI sido aprovado pela tutela das finanças e do ambiente, a 3 de julho de 2012.

Medidas de racionalização de política de provisionamento de bens e serviços (tomadas no âmbito das orientações previstas na Lei n.º64-A/2011 e respeitantes a “Sistema Nacional de Compras Públicas” e “Parque de Veículos do Estado”)

O grupo AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados - a AdP Serviços Ambientais, S.A. - que funciona como estrutura operacional de centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços no âmbito das atividades a que se dedicam as empresas que integram o Grupo. Neste quadro foi estabelecido um modelo relacional no âmbito do qual se encontra listado um conjunto padronizado de bens e serviços cuja contratação se opera através da Direção de Compras e Apoio Geral da AdP Serviços, que funciona como central de compras do Grupo. A existência desta estrutura interna do Grupo justifica-se porque os bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades se revestem de particularidades profundamente específicas e relevantes, designadamente os reagentes químicos e os materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes e os equipamentos e contentores utilizados pela Unidade de Negócio Resíduos, entre outros. Estas particularidades encontram-se igualmente presentes no parque automóvel pois as viaturas operacionais obedecem a tipologias muito específicas adaptadas às atividades desenvolvidas, incluindo-se aqui, entre outras, veículos-oficina, camiões de transporte de resíduos, camiões de desobstrução de fossas, unidades móveis de desidratação de lamas, etc. No caso da energia elétrica com um conjunto vasto de instalações incluídas na Alta Tensão, Média Tensão e Baixa Tensão (Especial) onde a escala proporcionada pelo universo do Grupo tem permitido a obtenção de sinergias muito significativas que têm produzido bons resultados ao nível da centralização de aquisições como o demonstra os recentes concursos públicos para fornecimento de energia elétrica.

Cumprimento do Plano de Redução de Custos definido para 2012 (conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG)

A avaliação deste indicador é efetuada do ponto de vista consolidado e é divulgado no relatório de gestão da AdP SGPS, S.A.

Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de janeiro, relativo às instruções sobre a elaboração dos IPG)

A avaliação relativa ao plano de redução do número de órgãos sociais, dirigentes e efetivos é efetuado em termos consolidados estando o seu grau de cumprimento espelhado no relatório e contas do Grupo.

Cumprimento da Lei n.º66-B/2012, de 31 de dezembro e Despacho n.º 2424/13 - SET no que diz respeito ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do grupo AdP são desenvolvidas pela AdP SGPS, S.A., no âmbito do definido no seu objeto social, assumindo a holding a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades das sociedades que constam do seu portefólio, tendo sempre presente o objetivo de manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada. A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS, S.A. tem permitido gerir, de forma coesa e coerente, as necessidades financeiras do Grupo, com reduzidos impactos na atividade de exploração das suas empresas. Os excedentes permanentes de tesouraria foram transferidos para o Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, na sequência das instruções recebidas, mantendo-se os excedentes temporários como caução das linhas de financiamento de curto prazo obtidas, tendo para tal sido solicitada, nos termos do artigo 124.º, n.º 1, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela AdP SGPS, S.A., a dispensa do cumprimento do princípio de unidade de tesouraria do Estado, a qual foi concedida através do despacho n.º 2424/13, de 19 de dezembro, da Secretaria de Estado do Tesouro.

Evolução do Prazo Médio de Pagamento a fornecedores (RCM nº 34/2008, de 22 fevereiro, + Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril) e divulgação dos atrasos nos pagamentos

Evolução do Prazo Médio de Pagamentos:

Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012	1ºT 2013	2ºT 2013	3ºT 2013	4ºT 2013	Var. 4ºT 2013 / 4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	63	67	68	84	75	63	51	41	48,81%

Mapa da posição a 31/12/2013 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio:

Unidade: euros

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Conservação e reparação	-	-	1 279,20	-	741,12
Empreitadas de obras públicas	8 290,33	18 709,66	21 978,06	-	277 821,06
Outros bens e serviços	-	-	33,70	2 562,73	43,88
Outros investimentos	-	-	-	-	1 331,00

Os valores apresentados como estando em atraso a mais de 360 dias, resultam, por um lado, de discordância por parte da empresa sobre os valores faturados, encontrando-se as faturas bloqueadas para pagamento, e por outro, de situações em que a Águas do Oeste, por razões que estão na dependência do credor, não pode pagar ou incorre no risco de pagar à entidade incorreta, são exemplo as situações de insolvência e penhoras. Nestas condições, a Águas do Oeste efetuou a consignação dos valores num depósito específico até cumprimento das obrigações do credor, informando o credor desta operação.

15. Cumprimento dos Princípios de Bom Governo

No Quadro seguinte é efetuada uma avaliação do grau de cumprimento dos Princípios do Bom Governo a que se encontram sujeitas as empresas que integram o Setor Empresarial do Estado.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação		
Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
As empresas detidas pelo Estado devem: <ul style="list-style-type: none"> Cumprir a missão e os objetivos que tenham sido determinados para a empresa, de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade, procurando salvaguardar e expandir a sua competitividade, respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, serviço público e satisfação das necessidades da coletividade que lhe hajam sido fixados. 	Total	A Águas do Oeste cumpre a sua missão e os objetivos fixados de forma económica, financeira, social e ambientalmente eficiente. Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.
<ul style="list-style-type: none"> Proceder à enunciação e divulgação da sua missão, dos seus objetivos e das políticas para si e para as participadas que controla. 	Total	A divulgação da missão da Águas do Oeste, dos seus objetivos e das políticas desenvolvidas é realizada através do seu Relatório e Contas anual, do sítio da empresa na internet, e do Portal do Colaborador.
<ul style="list-style-type: none"> Elaborar planos de atividades e orçamentos adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, tendo em conta o cumprimento da missão e dos objetivos definidos. 	Total	A Águas do Oeste elabora anualmente o seu plano de atividades e orçamento de acordo com os recursos e fontes de financiamento disponíveis e considerando a sua missão e objetivos fixados.

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Definir estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, estabelecendo os objetivos a atingir e os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo. 	Total	<p>O grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste definiu de forma organizada a estratégia e os princípios para alcançar a posição de um ator principal no palco da sustentabilidade.</p> <p>A estratégia de sustentabilidade da Águas do Oeste encontra-se disponível no seu Relatório e Contas anual, no sítio da empresa na internet e do Portal do Colaborador</p>
<ul style="list-style-type: none"> Adotar planos de igualdade, após diagnóstico da situação, de forma a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. 	Total	<p>O grupo AdP, e por consequência a Águas do Oeste, S.A. preconiza a diversidade garantindo a igualdade de oportunidades aos seus colaboradores e promovendo a integração de pessoas com deficiência.</p> <p>A Águas do Oeste foi das primeiras empresas portuguesas a subscrever o Código de Conduta de Empresas e VIH.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Informar anualmente os membros do Governo, a tutela e o público em geral de como foi prosseguida a missão, do grau de cumprimento dos objetivos, de como foi cumprida a política de responsabilidade social, de desenvolvimento sustentável e os termos do serviço público, e de como foi salvaguardada a sua competitividade. 	Total	<p>A Águas do Oeste cumpre na íntegra as obrigações de reporte de informação anual e ao público em geral e à AdP, SGPS, cabendo a esta o reporte de informação anual consolidada à tutela.</p> <p>Anualmente, é apresentado no Relatório e Contas uma avaliação da atividade desenvolvida.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Cumprir a legislação e a regulamentação em vigor; devendo o seu comportamento ser eticamente irrepreensível no que respeita à aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral, nomeadamente relativas à não discriminação e à promoção da igualdade entre homens e mulheres. 	Total	<p>Toda a atividade do grupo AdP e da Águas do Oeste é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e boas práticas.</p> <p>Neste contexto, a Águas do Oeste adota um comportamento eticamente irrepreensível na aplicação de normas de natureza fiscal, de branqueamento de capitais, de concorrência, de proteção do consumidor, de natureza ambiental e de índole laboral.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com respeito e integridade os seus trabalhadores, contribuindo para a sua valorização profissional. 	Total	<p>O grupo AdP e a Águas do Oeste apostam na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo as suas competências e potenciando novos desafios e oportunidades profissionais internas.</p> <p>A Águas do Oeste possui também um Regulamento de Valorização Profissional, através do qual permite aos seus colaboradores alargarem o seu portefólio de conhecimentos e competências através da frequência de programas avançados de formação.</p> <p>A Águas do Oeste aderiu ao Programa Novas Oportunidades enquadrado no seu plano de Valorização Profissional.</p> <p>A Águas do Oeste tem em vigor um Sistema de Gestão do Desempenho que é utilizado numa perspetiva desenvolvimentista e positivista.</p>

Missão, objetivos e princípios gerais de atuação

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Tratar com equidade todos os clientes, fornecedores e demais titulares de direitos legítimos. Estabelecer e divulgar os procedimentos adotados no que se refere à aquisição de bens e serviços e adotar critérios de adjudicação, assegurando a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito. 	Total	<p>A Águas do Oeste respeita toda a legislação vigente referente à matéria de aquisição de bens e serviços e tem implementado um conjunto de boas práticas internas orientadas por princípios de economia, eficácia e de igualdade de oportunidades e com vista à salvaguarda da transparência, publicidade e concorrência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Divulgar anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros. 	Total	<p>A Águas do Oeste divulga anualmente as transações que não tenham ocorrido em condições de mercado, bem como uma lista dos fornecedores que representem mais de 5% do total dos fornecimentos e serviços externos, se esta percentagem corresponder a mais de um milhão de euros, através do seu Relatório e Contas anual e no sítio da empresa na internet.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Conduzir com integridade os negócios da empresa, devendo ser adequadamente formalizados, não podendo ser praticadas despesas confidenciais ou não documentadas. 	Total	<p>O grupo AdP pauta a sua atuação por uma conduta íntegra na realização dos negócios, refutando veementemente práticas menos éticas.</p> <p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste expressa o seu compromisso com uma conduta ética e transparente nos seus relacionamentos internos e externos, tendo como objetivo o reforço dos padrões éticos aplicáveis a todos os agentes e contribuindo para um desenvolvimento sustentável consolidado.</p> <p>Adicionalmente, foi elaborado o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas da Águas do Oeste o qual visa reforçar o compromisso individual de cada colaborador com as boas práticas no que respeita a relações com terceiros.</p> <p>A Águas do Oeste desenvolveu a sua avaliação do cumprimento dos Planos de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – 2010, através do preenchimento de questionário desenvolvido e realizado sob a responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco, órgão funcional da AdP, SGPS.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ter ou aderir a um código de ética, que contemple exigentes comportamentos éticos e deontológicos, divulgando aos colaboradores, clientes, fornecedores e público em geral. 	Total	<p>O Código de Conduta e Ética da Águas do Oeste encontra-se disponível no sítio da empresa na internet e no Portal do Colaborador.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas detidas pelo Estado devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> Deter órgãos de administração e de fiscalização ajustados à dimensão e complexidade da empresa, de forma a assegurar a eficácia do processo de tomada de decisão e a garantir uma efetiva capacidade de supervisão, não devendo exceder o número de membros em empresas privadas de dimensão equivalente e do mesmo setor de atividade. 	Total	<p>Cumprindo o disposto na legislação aplicável, a dimensão dos órgãos de administração e fiscalização da Águas do Oeste estão perfeitamente ajustados à complexidade da sua missão, perfeitamente alinhados com a estratégia definida para o Grupo empresarial AdP, assegurando a eficácia do processo de tomada de decisão e garantindo uma autêntica capacidade de supervisão enquadrada no setor em que se insere.</p>

Estruturas de administração e fiscalização

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> Ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização, devendo, no caso das empresas de maior dimensão e complexidade, a função de supervisão ser responsabilidade de comissões especializadas, entre as quais uma comissão de auditoria ou uma comissão para as matérias financeiras, de acordo com o modelo adotado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão devem emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, assim como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa. 	Total	<p>O Modelo de Governo da Águas do Oeste em alinhamento com o definido para as empresas participadas do Grupo AdP, que assegura a efetiva segregação de funções de administração e fiscalização, é composto, de acordo com os Estatutos da Sociedade pelos seguintes Órgãos Sociais:</p> <ul style="list-style-type: none"> A Assembleia-Geral; O Conselho de Administração; O Fiscal Único, representado por ROC. <p>Os Administradores Não Executivos emitem anualmente um relatório sobre o desempenho dos Administradores Executivos.</p> <p>O Fiscal único emite anualmente um relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas. Ambos os relatórios anuais são publicados no Relatório e Contas da empresa.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Ter as contas auditadas anualmente por entidades independentes, observando padrões idênticos aos que se pratiquem para as empresas admitidas à negociação em mercado regulamentado. Os membros não executivos dos órgãos de administração, os membros do conselho geral e de supervisão deverão ser os interlocutores da empresa junto dos auditores externos, competindo-lhes proceder à sua seleção, à sua confirmação, à sua contratação e à aprovação de eventuais serviços alheios à função de auditoria, que deve ser concedida apenas se não estiver em causa a independência dos auditores. 	Total	<p>A auditoria anual às contas da Águas do Oeste é efetuada por entidade independente externa, que tem como interlocutores privilegiados a Administração, o Fiscal Único e a Direção Administrativa e Financeira. De acordo com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, a seleção e contratação do auditor externo é da responsabilidade da AdP, SGPS, e dentro desta, dos membros não executivos do Conselho de Administração, que asseguram as suas condições de independência.</p>
<ul style="list-style-type: none"> Promover a rotação e limitação de mandatos dos membros dos seus órgãos de fiscalização 	Total	<p>Os membros dos Órgãos Sociais da Águas do Oeste são eleitos por um período de três anos, podendo ser reeleitos.</p> <p>No entanto, por imposição legal e estatutária o número de renovações consecutivas não pode exceder o limite de três.</p>
<ul style="list-style-type: none"> O órgão de administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado, de forma a proteger os investimentos da empresa e os seus ativos, devendo abarcar todos os riscos relevantes assumidos pela empresa. 	Total	<p>A gestão de risco enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da empresa Águas do Oeste.</p> <p>Neste contexto, a Águas do Oeste está sujeita ao controlo da Auditoria Interna e Controlo de Risco – Corporativo - que tem como principais objetivos a identificação dos fatores de risco ao nível das principais atividades empresariais e dos respetivos controlos-chave para reduzir ou eliminar o seu impacto.</p>

Remunerações e outros direitos

Princípios	Grau de cumprimento	Fundamentação
<p>As empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar publicamente em cada ano, nos termos da legislação aplicável, as remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro do órgão de administração e do órgão de fiscalização, distinguindo entre funções executivas e não executivas. 	Total	<p>A divulgação pública das remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas por cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar anualmente todos os benefícios e regalias, designadamente quanto a seguros de saúde, utilização de viatura e outros benefícios concedidos pela empresa. 	Total	<p>A divulgação anual de todos os benefícios e regalias de cada membro dos diversos órgãos sociais da Águas do Oeste consta do Relatório e Contas anual e do sítio da empresa na internet.</p>
<p>Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. 	Total	<p>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste têm pleno conhecimento das normas relativas à abstenção de participar na discussão e deliberação de determinados assuntos e respeitam essas mesmas normas na sua atividade.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • No início de cada mandato, sempre que se justificar, os membros dos órgãos sociais devem declarar ao órgão de administração, ao órgão de fiscalização e à Inspeção-geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, assim como relações relevantes que mantenham com fornecedores, clientes, instituições financeiras ou outros parceiros de negócio, que possam gerar conflitos de interesse. 	Total	<p>Não existem incompatibilidades entre o exercício dos cargos de administração na Águas do Oeste e os demais cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração da Águas do Oeste cumprem todas as disposições legais relativas à comunicação dos cargos exercidos em acumulação.</p> <p>Os membros do Conselho de Administração, de acordo com o estipulado no Estatuto do Gestor Público, comunicaram à Inspeção-Geral de Finanças todas as participações e interesses patrimoniais que detinham, direta ou indiretamente, nas empresas onde exercem funções.</p>

16. Relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho do Administrador executivo da Águas do Oeste, S.A.

Introdução

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2013.

Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos Administradores executivos, livre e incondicionado.

Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos Administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da Empresa.

Gaeiras, 25 de fevereiro de 2014

Os Administradores não executivos





Atividade da Empresa





Atividade da Empresa

1. Introdução

A atividade da Águas do Oeste é já muito diversificada e extensa, tanto no que respeita ao investimento, como à exploração de sistemas de abastecimento de água e de sistemas de saneamento, com todas as consequências que essa complexidade envolve para todos os Serviços da Empresa, desde os de planeamento aos de monitorização e divulgação, passando pelo apoio administrativo e financeiro.

Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança (SIQAS) e Gestão de Indicadores de Desempenho e de Sustentabilidade

A Águas do Oeste encontra-se certificada com base nos referenciais normativos que regulam a gestão da qualidade do serviço (NP EN ISO 9001:2008), a gestão ambiental (NP EN ISO 14001:2012) e a gestão da segurança e saúde no trabalho (OHSAS 18001:2007 e NP 4397:2008).

Destaca-se, no ano de 2013, o encerramento de um ciclo de auditorias de certificação e, conseqüente renovação dos certificados acima mencionados.

Numa ótica global de gestão do Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde, prevalece a análise da aplicabilidade dos diplomas legais relevantes e aplicáveis à realidade da empresa, bem como a verificação da respetiva conformidade legal.

Com o intuito de corresponder positivamente às premissas indicadas na sua Política da Qualidade Ambiente e Segurança, a Águas do Oeste manteve, em 2013, o acompanhamento do desempenho do sistema de gestão através dos procedimentos intrínsecos à melhoria contínua, efetuando auditorias internas e a fornecedores, auscultando os clientes quanto ao seu grau de satisfação, acompanhando o tratamento dado às reclamações, às situações de não conformidade e às ações de melhoria, efetuando reuniões gerais com os diversos serviços integrados na estrutura organizacional da empresa e avaliando os resultados dos indicadores/objetivos. No que respeita ao processamento dos dados necessários para o acompanhamento, cálculo e reporte dos Indicadores de Desempenho da AdO, a reportar à ERSAR e à UNA-PD (AdP), todo o processo foi acompanhado numa lógica de indicadores referentes ao processo de monitorização do Planeamento Estratégico, incorporado e, portanto, acompanhados rotineiramente no âmbito do Sistema de Gestão.

Em 2013 foram ainda compilados os dados referentes aos Indicadores de Sustentabilidade, reportados à AdP.

2. Enquadramento Macroeconómico

Global

À semelhança de 2012, em 2013 a economia mundial apresenta níveis de crescimento moderados (3,0% em 2013; 3,1% em 2012). Os Estados Unidos da América apresentam um crescimento bem abaixo do ano anterior (1,9% vs. 2,8%), suportado por uma procura privada sustentada, em oposição com a procura pública que apresenta uma contração em 2013. O crescimento das economias emergentes (China, Índia, Brasil, Rússia, México, Indonésia, Malásia, Filipinas, países africanos, etc.) permanece muito acima dos países desenvolvidos mas abaixo dos níveis elevados dos últimos anos. Ainda que a procura externa de bens produzidos por estas economias apresente valores relevantes, a fragilidade e pouca sustentabilidade da sua procura doméstica permanece como uma preocupação. Em 2014 e 2015 é expectável uma recuperação económica, sustentada pelas economias dos países desenvolvidos, no entanto as políticas monetárias manter-se-ão conservadoras face aos riscos e fragilidades ainda em vigor.

União Europeia

A atividade económica da União Europeia registou em 2013 uma recessão relevante com uma contração do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem dos 0,4% (menos 0,7% em 2012). Espera-se que 2014 seja o ponto de inflexão no que à recuperação económica diz respeito. Esta inversão será atenuada nas economias mais vulneráveis e sob stress severo, em resultado de situações de dívida muito elevada (pública e privada) e políticas fiscais recessivas que mantêm os níveis de procura doméstica baixos. Pelo contrário, vislumbram-se crescimentos nas exportações que contribuem para alguma melhoria nas economias dos países da União Europeia.

A inflação esperada para a zona euro em 2013 deverá ficar abaixo do 1%. Embora dentro das expectativas, os níveis da inflação refletem níveis de preços em baixa, mesmo que pressionados pela evolução positiva dos preços dos produtos energéticos.

A taxa de desemprego mantém níveis elevados, apesar de consistentes com o ano anterior (12,0% em 2013, 11,9% em 2012). As taxas de desemprego mais baixas verificam-se na Áustria (4,9%), Alemanha (5,1%) e Luxemburgo (6,2%), e as mais altas na Grécia (27,8%) e Espanha (25,8%).

Em novembro de 2013 o Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa de referência de intervenção para 0,25%, ou seja a mais baixa desde a criação do Euro. Esta medida pretende travar a queda de inflação e impulsionar a recuperação económica na zona euro.

Portugal

A evolução da economia portuguesa está condicionada pelo processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, o que tem implicado a tomada de decisões com impacto recessivo e com consequências negativas no mercado de trabalho. No setor público, a correção dos desequilíbrios envolve a necessidade de manutenção do processo de consolidação orçamental e no setor privado é consistente com uma redução do grau de endividamento e com a continuação do processo de desalavancagem gradual e ordenado do setor bancário.

Em 2013, manteve-se o cumprimento do programa de ajustamento decorrente do pedido de Assistência Económica e Financeira à Comissão Europeia, Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional. A queda do PIB deverá rondar os 1,5%, que traduz uma melhoria face à queda de 3% em 2012. A dívida pública portuguesa corresponderá aproximadamente a 128,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. O défice orçamental de 2013 terá ficado abaixo dos 5,5% do PIB acordados com a *Troika*.

A economia portuguesa terá crescido 1,3% durante o último trimestre de 2013, em comparação com o mesmo período do ano anterior; Este desempenho interrompe onze trimestres de crescimentos homólogos negativos e foi suportado pela recuperação da procura interna, incluindo o investimento, além de refletir um processo de consolidação orçamental em 2013 inferior ao previsto no início do ano.

A taxa de desemprego terá ficado, em termos médios, em 16,4%, com um valor de 15,3% no último trimestre do ano.

A situação económica em Portugal nos próximos tempos continuará a estar muito dependente das restrições orçamentais e de financiamento. Em 2014, Portugal depara-se com a incerteza associada à conclusão dos primeiros três anos do programa de ajustamento no final do primeiro semestre com consequências a nível da viabilidade do financiamento autónomo do Estado bem como a nível do custo desse financiamento. Persiste, ainda, a incerteza sobre a dimensão efetiva do ajustamento orçamental em 2014 e a do seu impacto no crescimento de curto prazo.

Fonte: Grupo AdP; FMI world economic outlook; ES Research; Boletim económico do Banco Portugal; Eurostat; Universidade Católica Portuguesa.

3. Enquadramento do Setor

Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais

O grupo AdP continuou a prestar serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de tratamento e valorização de resíduos urbanos durante o ano de 2013 num contexto de importantes restrições.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado datam de 2010, tendo registado importante desenvolvimento no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) quer quanto à evolução dos gastos, quer quanto ao crescimento do nível de endividamento.

A atividade do grupo AdP decorre ainda num contexto de expansão da sua atividade, ainda que menos pronunciada, através da entrada em funcionamento de mais infraestruturas. Tal encontra-se patente em todos os sistemas de modo a corresponder a uma agenda de exigências ambientais acrescidas.

Também a natureza de serviço público baseado em infraestruturas com elevadas exigências para assegurar níveis adequados de bem-estar das populações, saúde pública, desenvolvimento das atividades económicas e sustentabilidade ambiental, tornam mais exigente o cumprimento das metas estabelecidas.

O grupo AdP tem correspondido ao esforço de cumprimento das diversas metas estabelecidas, adaptando diversos processos internos e com um importante empenho de todo o quadro de colaboradores.

Paralelamente, durante o ano de 2013, prosseguiu-se na implementação das medidas traçadas pelo Governo para o setor das águas e resíduos que, naturalmente, condicionam de forma determinante o grupo AdP, enquanto ator predominante.

O Programa do Governo prevê como linhas orientadoras para a reestruturação:

- reorganizar o setor do abastecimento de água e saneamento de águas residuais, com prioridade para a sua sustentabilidade económico-financeira;
- prosseguir a identificação e resolução do défice tarifário, a revisão do sistema de tarifas, maior abertura à participação de entidades privadas na exploração e gestão dos sistemas, a promoção da eficiência, a integração vertical e a agregação de sistemas exigentes, a adequada manutenção de redes e equipamentos antigos e a prevenção da construção de capacidade desnecessária;
- autonomizar o subsetor dos resíduos no seio do grupo Águas de Portugal e implementar as medidas necessárias à sua abertura ao setor privado.

No âmbito do mandato do Governo, o grupo AdP deu continuidade aos trabalhos tendentes a promover a agregação territorial para o setor das águas, quer ao nível dos sistemas multimunicipais, quer no âmbito de parcerias públicas para os sistemas municipais.

No subsetor dos resíduos foi assegurada toda a colaboração no processo de abertura ao setor privado que veio a culminar já no início de 2014 com a aprovação do modelo de privatização através da venda em bloco da posição da AdP SGPS, S.A. na Empresa Geral de Fomento (EGF), através de um concurso público internacional.

A prossecução da reestruturação do setor tem sido concretizada em diversos diplomas legais e iniciativas legislativas, relativamente aos quais se destacam:

- a Lei n.º 35/2013, de 11 de junho, procedeu-se à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, designada Lei da Delimitação de Setores, no sentido de viabilizar a operação de alienação de participações sociais a privados no setor da gestão dos resíduos urbanos, desaparecendo a regra da maioria pública nas entidades gestoras concessionárias no subsetor dos resíduos;
- a revisão do regime jurídico da concessão da exploração e gestão, em regime de serviço público, dos sistemas multimunicipais de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos, atribuída a entidades de capitais exclusiva ou maioritariamente privados;
- projetos para a agregação de vários sistemas multimunicipais existentes e das respetivas entidades gestoras, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, no âmbito dos quais se contempla, desde já, a criação de três novos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais existentes
- criação de uma nova parceria pública e continuação das negociações para a celebração de parcerias públicas com municípios integrados no âmbito de sistemas multimunicipais, mediante a delegação da exploração e gestão dos sistemas municipais agregados por parceria pública em empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais, procedendo, assim, a uma «integração» do serviço numa única entidade gestora;
- a adoção de medidas com vista à redução do impacto dos incumprimentos por parte dos utilizadores municipais, por forma a garantir a continuidade da prestação do serviço;
- o reforço dos poderes e independência do regulador setorial concretizado já no início de 2014.

Prosseguiram em 2013 os trabalhos em torno da elaboração dos novos planos estratégicos para os serviços urbanos de águas (PENSAAR 2020 - Uma nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais) e para os serviços de gestão de resíduos urbanos (PERSU 2020 - Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos), que definirão as metas e objetivos do Estado para cada um destes setores, estando prevista a sua conclusão no início de 2014.

Estes planos desenvolveram-se em articulação com o Acordo de Parceria 2014-2020, entretanto submetido por Portugal à Comissão Europeia para efeitos do Quadro Estratégico Comum (QEC) e que irá nortear a aplicação dos fundos europeus da Política de Coesão, da Política Agrícola Comum, da Política Comum das Pescas e da Política dos Assuntos do Mar.

A atual fase de desenvolvimento do setor e as posições recentes da Comissão Europeia, evidenciam uma mudança de paradigma, visando a sustentabilidade e a eficiência, para além do incremento de exigências ambientais e reforço dos mecanismos de acompanhamento, patente na previsão de um conjunto de importantes condicionalismos *ex-ante* e *ex-post*.

Sem prejuízo de corresponder ao cumprimento das exigências ambientais patentes na posição dos serviços da Comissão Europeia, às intervenções de cariz infraestrutural sucede agora uma tipologia de investimento de melhoria, de consolidação e de reforço dos ativos existentes. Acresce que, em paralelo com o investimento, haverá que criar condições para que as entidades gestoras possam também evoluir para níveis organizacionais mais eficientes e capacitados.

4. Regulação

Desde 1993, que foram adotadas soluções através de uma gestão empresarial liderada pela AdP e em parceria com os municípios, em que se geram economias de escala que permitem a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis em Portugal e se prosseguem os objetivos de melhoria contínua na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e tratamento e valorização de resíduos urbanos, com ganhos crescentes de eficiência produtiva e ambiental, beneficiando os utilizadores e consumidores através das tarifas praticadas.

As atividades que o grupo AdP tem vindo maioritariamente a exercer constituem serviços de interesse económico geral, indispensáveis ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente.

No ano em que se assinalam os 20 anos da criação da AdP, o grupo agrega 31 empresas sujeitas a uma forte regulação no âmbito da sua atuação nos domínios do abastecimento de água para consumo público, do saneamento de águas residuais urbanas e do tratamento e valorização de resíduos urbanos em Portugal.

A Águas do Oeste, S.A. é concessionária da exploração e da gestão dos sistemas multimunicipais de abastecimento público de água e saneamento de águas residuais urbanas que estão abrangidas pelos Decretos-Leis n.ºs 319/94, de 24 de dezembro, e 162/96, de 4 de setembro, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, integrando-se no âmbito da atividade regulatória da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), definida pelo Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro. Adicionalmente, as atividades são desenvolvidas pela Águas do Oeste, S.A em estrito cumprimento da regulamentação em vigor, bem como das disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora e pelas orientações dos acionistas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, os poderes e o âmbito de atuação da entidade reguladora foram reforçados e alargados no domínio dos serviços «em baixa» (prestados aos utilizadores finais), sendo também reforçadas a sua missão de regulação geral do setor, bem como os seus poderes de autoridade (regulamentação e sancionamento)

A Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, aprovou a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privados, público e cooperativo. É neste contexto que deu entrada na Assembleia da República a Proposta de Lei 125/XII, em 10 de janeiro de 2013, tendo sido aprovados, em votação final global, já em janeiro de 2014, os novos Estatutos da ERSAR.

Na prossecução da reestruturação destes setores releva-se o regulamento tarifário dos serviços de gestão de resíduos urbanos, apreciado na última reunião do Conselho Consultivo da ERSAR, em janeiro de 2014, e relativamente ao qual é expectável idêntico desenvolvimento para os serviços de águas.

O risco regulatório das entidades reguladas constitui uma preocupação central.

A implementação de alterações ao modelo de regulação económica em vigor constitui um importante desafio para a entidade reguladora e para as entidades gestoras. Na fase de desenvolvimento do setor em que as empresas do grupo AdP se inserem e com a implementação das alterações ao modelo, este deve ser considerado como uma evolução natural do estágio de desenvolvimento do setor e nas iniciativas em curso associadas à sua reestruturação, sendo exigida uma maior atenção à gestão das infraestruturas e à eficiência produtiva.

De salientar que nem todos os sistemas multimunicipais de águas se encontram em fase de exploração plena, estando inclusive a terminar uma fase exigente em termos de investimentos em infraestruturas, pelo que a respetiva maturidade deve ser tomada em consideração.

Regulação Económica sujeita à atuação da ERSAR

De acordo com o disposto nos contratos de concessão, o ciclo regulatório anual inicia-se com a apresentação pelas Concessionárias ao Concedente e à Entidade Reguladora das propostas de orçamento e projeto tarifário para o(s) ano(s) seguinte(s). Com a publicação do Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, procedeu-se à harmonização dos prazos de aprovação das propostas para todos os sistemas multimunicipais, em 60 dias.

O ciclo orçamental de 2013, iniciado em setembro de 2012, estendeu-se até 27 de fevereiro de 2013, sendo que, após a emissão do projeto de parecer pela Entidade Reguladora e o exercício de contraditório por parte da Águas do Oeste, S.A. a tarifa foi aprovada pelo Concedente.

O Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, determina que os tarifários aplicados aos utilizadores produzem efeitos a partir do início do exercício económico a que dizem respeito, independentemente da sua data de aprovação, o que permite uma mais adequada recuperação dos encargos de prestação dos serviços, num cenário de maior pressão sobre os meios financeiros disponíveis.

Em setembro de 2013, iniciou-se o ciclo orçamental para 2014, não tendo a proposta de orçamento e projeto tarifário sido aprovada até 31 de dezembro de 2013.

As propostas de orçamento e projeto tarifário para 2013 e para 2014 foram apresentadas nos termos da Portaria n.º 269/2011, de 19 de setembro.

De acordo com o modelo regulatório vigente, custo do serviço (*cost plus*) em cenário de eficiência produtiva, e nos termos dos contratos celebrados, podem gerar-se diferenças entre o volume de rendimentos necessário à cobertura da totalidade dos encargos incorridos pela entidade gestora advenientes da exploração e gestão do sistema, incluindo os impostos sobre os resultados da empresa e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado em cada um dos exercícios económicos. Estas diferenças denominam-se de desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos.

Estes desvios podem assumir uma natureza deficitária, quando os rendimentos gerados são inferiores aos necessários, ou excedentária (*superavit*), quando os rendimentos gerados são superiores aos necessários, salvaguardados os montantes relativos a ganhos de produtividade e eficiência nos termos dos contratos de concessão.

Nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo AdP para 2013 estão relevados os desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos. Esta informação encontra-se detalhada no RC de 2013 consolidado do grupo AdP.

Durante o ano de 2010 a Entidade Reguladora apresentou uma proposta legislativa para o reconhecimento e recuperação dos desvios tarifários (*défice* e *superavit*) ou de recuperação de gastos relativos a cada sistema multimunicipal, bem como dos procedimentos para a distribuição dos ganhos de produtividade contratuais, uma vez que estes não se encontravam suficientemente detalhados nos contratos de concessão e na legislação aplicável. No entanto, até final de 2013, esta proposta não foi aprovada e implementada.

A sustentabilidade das entidades gestoras e do setor, em estrito cumprimento da legislação vigente e dos contratos de concessão e de parcerias públicas, exigem que não se adie por mais tempo o expresse reconhecimento e densificação do modelo regulatório de recuperação de gastos preconizado nos contratos, designadamente da definição do montante dos desvios tarifários ou desvios de recuperação de gastos das entidades gestoras, assegurando a recuperação dos desvios de recuperação de gastos gerados no âmbito da concessão, cujas regras de ressarcimento urge clarificar.

Com a futura publicação dos Decretos-Lei de criação dos sistemas multimunicipais por agregação de sistemas multimunicipais e da celebração dos contratos de concessão encontra-se previsto o reconhecimento explícito e a recuperação dos desvios de recuperação dos gastos gerados anteriormente.

Regulação da Qualidade de Serviço

Nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro, compete à Entidade Reguladora assegurar a regulação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores pelas entidades gestoras, avaliando o desempenho dessas entidades.

Deste modo, a qualidade de serviço no abastecimento público de água, no saneamento de águas residuais urbanas e na gestão de resíduos urbanos prestados pelas entidades gestoras é avaliada anualmente, e atualmente, através da aplicação da 2.ª geração do sistema de avaliação com recurso a de indicadores desempenho de qualidade do serviço. Os resultados deste sistema de avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em 2013 foi publicado e divulgado o Volume 3 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado pelas entidades gestoras para o ano de 2011, referenciados a 31 de dezembro.

Qualidade da Água para Consumo Humano

As empresas do grupo AdP asseguram a prestação de serviços de qualidade à maioria da população portuguesa.

No que diz respeito à água para consumo humano, maioritariamente produzida por empresas do Grupo, verifica-se ao longo dos anos uma evolução positiva da sua qualidade.

Compete também à Entidade Reguladora, nos termos do Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de outubro exercer as funções de autoridade competente para a qualidade da água para consumo humano junto das entidades gestoras de abastecimento de água.

As entidades gestoras de abastecimento de água nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto devem de elaborar e submeter anualmente para aprovação da Entidade Reguladora o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA).

Cabe à Entidade Reguladora efetuar ações de fiscalização à implementação do PCQA.

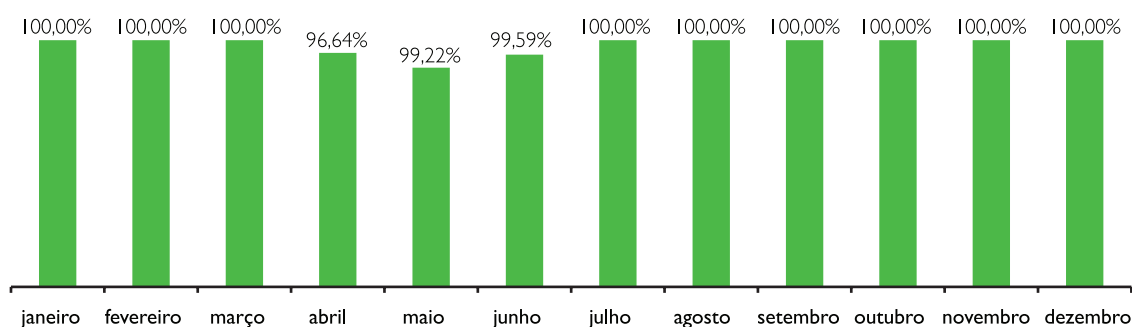
O PCQA de 2013 da Águas do Oeste, S.A., na sua primeira revisão, foi submetido a 13 de Setembro de 2012, e aprovado em 23 de novembro de 2012 pela Entidade Reguladora.

No cumprimento da legislação vigente a Águas do Oeste, S.A. implementa o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, sendo que nas situações de incumprimento dos valores paramétricos as mesmas são comunicadas às respetivas entidades.

Em 2013, e no âmbito do PCQA aprovado, foram efetuadas 4.767 análises, sendo que foram detetados quatro situações de incumprimentos aos valores paramétricos.

Anualmente, o grau de cumprimento das normas de qualidade de água para consumo humano no âmbito da implementação do PCQA aprovado, é também parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP), volume 4.

Taxa de Qualidade da Água - PCQA 2013



Regulação ambiental

As entidades gestoras dos serviços de águas e resíduos urbanos do grupo AdP estão também sujeitas à Agência Portuguesa do Ambiente (APA), o regulador ambiental.

A APA exerce, entre outras, as funções de Autoridade Nacional da Água, cabendo-lhe, nesse âmbito, e entre outras emitir títulos de utilização dos recursos hídricos e fiscalizar o cumprimento da sua aplicação, aplicar o regime económico e financeiro dos recursos hídricos e gerir situações de seca e de cheia, coordenando a adoção de medidas excecionais em situações extremas de seca ou de cheias e dirimir os diferendos entre utilizadores relacionados com as obrigações e prioridades decorrentes da Lei da Água e diplomas complementares.

5. Análise Económica e Financeira

Necessidade de Sustentação da Empresa

O atraso no recebimento de subsídios do Fundo de Coesão e do pagamento de alguns dos clientes, levou a empresa a recorrer a capital alheio.

Em termos financeiros, a empresa dispunha, no final de 2013, dos seguintes créditos negociados:

- (i) Linhas de crédito no valor de 19.000.000,00 euros, sem afetação específica;

- (ii). Contrato de Suprimentos com a AdP SGPS, S.A. sob a forma de apoio de tesouraria, no valor de 15.000.000,00 euros, relativo ao empréstimo a contrair junto do Banco Europeu de Investimento, no âmbito do Grupo Águas de Portugal (designado por BEI III);
- (iii). Utilização do quarto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 38.469.600,00 euros;
- (iv). Utilização do quarto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 24.043.500,00 euros;
- (v). Utilização do quarto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 9.617.400,00 euros;
- (vi). Utilização do quarto desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor 9.617.400,00 euros;
- (vii). Utilização do segundo desembolso do empréstimo a médio e longo prazo - BEI II no valor 11.730.000,00 euros;
- (viii). Utilização do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor de 20.000.000,00 euros;
- (ix). Utilização do empréstimo a médio e longo prazo - BEI III no valor de 10.000.000,00 euros.

A empresa encerrou o exercício de 2013 com uma utilização de 4 milhões de euros de crédito do BPI, 3,8 milhões de euros de crédito do BES (num total negociado de 15 milhões de euros), e 8 milhões de euros do contrato de suprimentos com a AdP SGPS, S.A.

Indicadores Económicos

A Empresa concluiu o exercício de 2013 com um resultado líquido negativo de 3.014.830,96 euros.

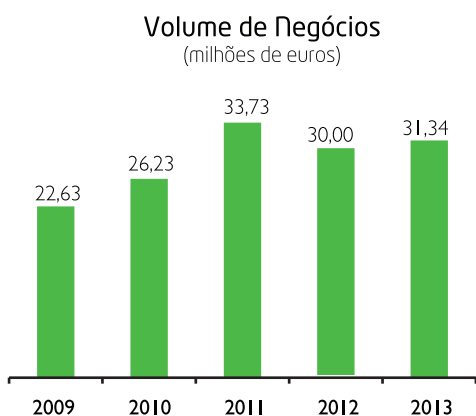
Nos proveitos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2010	2011	2012	2013
Vendas	16 678 909,00	23 318 972,02	19 054 990,35	18 120 335,82
Prestações de serviços	9 547 840,95	10 415 686,46	10 948 895,54	13 224 053,92
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	339 575,23	482 178,97	232 573,41	119 661,76
Rendimentos Financeiros	993 308,07	1 800 074,69	2 191 763,22	2 062 992,28
Subsídios ao investimento	3 805 777,66	4 699 533,54	3 657 425,95	3 783 486,39
Total de Proveitos	31 365 410,91	40 716 445,68	36 085 648,47	37 310 530,17

Vendas e Prestações de Serviços

Houve um aumento nos proveitos, de cerca de 3,4%, face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento do volume de negócios, cerca de 4,5%. Apesar da diminuição do volume de água fornecida, registou-se um maior volume de caudal de efluente tratado face a 2012.



Abastecimento de Água

A Águas do Oeste encontra-se a fornecer água para consumo público aos 15 municípios previstos no contrato de concessão, desde janeiro de 2011. Destes, apenas Óbidos, Rio Maior e Alcobaça continuaram, em 2013, a não autorizar o fornecimento de água a todos os pontos de entrega (PE) previstos. Relativamente a Óbidos e Rio Maior, apesar de a Águas do Oeste ter a exclusividade do fornecimento de água “em alta”, estes municípios ainda se encontram a explorar captações municipais próprias para abastecimento público.

A atividade da Águas do Oeste, durante o ano de 2013, foi inferior à do ano anterior, tal como já havia acontecido no ano passado, tendo sido fornecidos menos 677 mil metros cúbicos, verificando-se o decréscimo nos designados “municípios utilizadores em exclusivo”.

A Águas do Oeste faturou cerca de 25,9 milhões de metros cúbicos de água, dos quais, cerca de 24,4 milhões de metros cúbicos tiveram origem na EPAL e 1,4 milhões de metros cúbicos, em captações próprias. Isto significa que 94,5% da água faturada e efetivamente fornecida pela Águas do Oeste teve origem na EPAL e 5,5% em captações próprias.

Em 2013, a AdO procedeu de igual forma ao reconhecimento dos valores associados à diferença entre os valores mínimos garantidos considerados nos contratos de fornecimento e os valores consumidos e faturados. Dado que, em 2013, a concessão da Empresa já ultrapassou o primeiro terço, a empresa apenas procedeu ao reconhecimento desses valores no caso dos “municípios clientes” e dos “utilizadores em exclusivo” em que tal tenha acontecido por motivo imputável ao utilizador, ou seja, no caso em que os municípios estão a recorrer a captações próprias, como é o caso do município de Óbidos, ou no caso em que o “município cliente” não consumiu o volume previsto no respetivo contrato de fornecimento, caso de Alcobaça. Neste sentido foi reconhecido o valor de 1.912.428,26 euros, tendo por base a tarifa do Contrato de Concessão actualizada anualmente à taxa de inflação.

Ainda no que respeita aos valores mínimos garantidos, a Águas do Oeste procedeu à correção dos valores de 2011 e 2012, resultando num acerto desfavorável para a empresa no montante de 764.830,91 euros e 215.019,72 euros respetivamente. Esta correção teve por base a posição da ERSAR, que vai no sentido de que o valor mínimo garantido resulta da aplicação aos caudais anuais previstos, da tarifa adotada para o respetivo ano, no estudo de viabilidade económico-financeira de 2003, e não da tarifa aprovada pelo Concedente para cada ano.

Saneamento de Águas Residuais

Na atividade de saneamento, apesar de não estarem a ser exploradas todas as infraestruturas previstas, a Águas do Oeste encontra-se a servir os 14 municípios previstos no Contrato de Concessão. A empresa encontra-se a explorar 74 ETAR e 157 Estações Elevatórias, para além de cerca de 573 km de emissários.

A atividade de saneamento, durante o ano de 2013, foi superior à do ano anterior, em 2.459.470,89 metros cúbicos. O aumento do volume de efluente recolhido e tratado, está associado a maiores afluências ao Sistema Multimunicipal, decorrente de uma maior pluviosidade ocorrida face a 2012. As variações positivas foram verificadas fundamentalmente, nos municípios que são faturados com base nos caudais medidos.

Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais, reflete, essencialmente, o reconhecimento de proveitos com indemnizações de seguro de multiriscos e rendimentos suplementares com faturação a terceiros de encargos incorridos.

A variação face ao ano anterior, resulta, por um lado, de menores rendimentos suplementares com faturação a terceiros de encargos incorridos e de ganhos resultantes da anulação de cheques emitidos em anos anteriores, no âmbito dos processos de servidão e expropriação e que não foram descontados ou entregues, por alterações do traçado da obra ou por não se ter chegado acordo com os proprietários, e por outro, em sinal contrário, de maiores ganhos com indemnizações de seguro de multiriscos.

Rendimentos Financeiros

A diminuição dos Rendimentos Financeiros, deve-se a menores proveitos com juros de mora, faturados aos municípios, e menores juros relativos a investimentos financeiros.

Subsídios ao Investimento

Os Subsídios ao Investimento refletem o reconhecimento dos subsídios do Fundo de Coesão pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios. O aumento verificado é explicado por um maior volume de atividade, originando uma taxa de depleção superior, tal como sucedeu para as amortizações.

Nos custos, a situação é apresentada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2010	2011	2012	2013
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(7 656 864,51)	(11 216 857,14)	(10 635 403,16)	(10 991 699,10)
Fornecimentos e serviços externos	(9 150 705,55)	(9 318 065,34)	(8 919 302,77)	(9 111 129,41)
Gastos com o pessoal	(3 045 710,30)	(2 776 651,67)	(2 499 638,19)	(3 052 004,39)
Outros Gastos operacionais	(410 825,62)	(338 368,51)	(383 947,74)	(492 454,44)
Amortizações do exercício	(9 427 862,82)	(11 864 710,53)	(10 479 731,55)	(10 898 856,58)
Gastos e perdas financeiras	(3 569 606,25)	(5 088 193,58)	(6 437 864,95)	(5 849 535,21)
Total de Custos	(33 261 575,05)	(40 602 846,77)	(39 355 888,36)	(40 395 679,13)

Custo das Mercadorias Vendidas

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas está associado, na quase totalidade, à compra de água à EPAL. Apesar de se ter verificado um decréscimo do volume de água adquirido, no montante de 694.033 metros cúbicos, face a 2012, a EPAL procedeu à facturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato e os volumes efetivamente fornecidos, acrescidos do valor associado ao volume suplementar. A variação negativa é explicada pelo fato do volume mínimo relativo a 2013 ser superior ao volume mínimo do ano anterior, acrescido do aumento da tarifa aplicada.

A Empresa, à semelhança do procedimento seguido no ano anterior, reconheceu os valores de 2013 relativos ao diferencial até perfazer os volumes mínimos a pagar à EPAL, bem como o "valor suplementar" a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato, perfazendo, no total, o valor de 1.768.325,47 euros.

Fornecimentos e Serviços Externos

Nos Fornecimentos e Serviços Externos, a variação pode ser analisada no quadro seguinte:

Unidade: euros

	2013	2012	Varição
Subcontratos	39 449,46	295 695,58	(256 246,12)
Trab Esp-Assistência Técnica	68 333,32	102 160,47	(33 827,15)
Trab Esp-Auditoria/ Consultoria	21 489,03	23 986,88	(2 497,85)
Trab Esp-Estudos	16 581,24	17 657,94	(1 076,70)
Trab Esp-Análises	85 519,05	82 850,23	2 668,82
Trab Esp- Tratamento de Resíduos	1 005 753,97	924 711,54	81 042,43
Trab Esp-Monitorização	18 660,05	20 421,64	(1 761,59)
Trab Esp-Tratamento de Efluentes	214 027,78	175 106,50	38 921,28
Trab Esp- Fee's de Gestão	471 985,41	450 058,29	21 927,12
Publicidade e Propaganda	3 425,42	7 677,18	(4 251,76)
Vigilância e Segurança	24 896,43	30 601,29	(5 704,86)
Honorários	6 722,57	9 832,67	(3 110,10)
Cons e Rep - Edifícios e outras construções	271 203,50	178 147,04	93 056,46
Cons e Rep - Equipam básico	1 504 106,72	1 309 553,20	194 553,52

	2013	2012	Varição
Cons e Rep - Equipam transporte	14 834,05	18 593,09	(3 759,04)
Cons e Rep - Ferramentas e utensílios	2 078,37	3 571,34	(1 492,97)
Cons e Rep - Equip. administrativo	1 841,58	2 141,84	(300,26)
Cons e Rep - Outras	130,91	1 410,08	(1 279,17)
Trab Esp-Outros	64 476,15	77 757,54	(13 281,39)
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	34 509,56	40 935,16	(6 425,60)
Livros e Documentação Técnica	2 040,48	3 200,61	(1 160,13)
Material de Escritório	14 916,39	20 173,62	(5 257,23)
Artigos para Oferta	699,48	702,75	(3,27)
Electricidade	3 755 241,42	3 671 690,31	83 551,11
Combustíveis	186 339,48	191 419,40	(5 079,92)
Água	127 147,30	123 560,76	3 586,54
Outros Fluídos	5 149,82	3 737,25	1 412,57
Deslocações e Estadas	23 610,70	23 457,67	153,03
Rendas e Alugueres	296 262,58	315 391,79	(19 129,21)
Comunicação	128 817,81	136 608,57	(7 790,76)
Seguro Viaturas	28 963,61	35 048,26	(6 084,65)
Seguros Responsabilidade Civil	15 184,15	16 073,98	(889,83)
Seguro Multirisco	297 951,24	295 903,12	2 048,12
Contencioso e Notariado	24 018,88	7 722,88	16 296,00
Despesas de Representação	2 535,27	2 185,18	350,09
Limpeza Higiene e Conforto	92 468,79	90 368,75	2 100,04
Reprodução Documentos	2 438,62	3 359,26	(920,64)
Material Laboratório	37 585,75	31 715,40	5 870,35
Jornais e Revistas	536,55	436,48	100,07
Jardinagem	69 966,41	65 585,86	4 380,55
Outros	186 247,47	197 751,24	(11 503,77)
Correções de Exercícios anteriores	(6 904,28)	100 357,03	(107 261,31)
TPPE - Ativos em curso	(50 113,08)	(190 016,90)	139 903,82
Total	9 111 129,41	8 919 302,77	191 826,64

As rubricas que apresentam variações mais relevantes são as seguintes:

- **Subcontratos**

A variação positiva face ao ano anterior deve-se, sobretudo, a menores gastos com a exploração em regime de *Outsourcing* das ETAR de Zambujeira e de Atouguia da Baleia, que passaram a ser exploradas diretamente pela empresa. Nesta rubrica está relevado o recurso a trabalho temporário, utilizado para colmatar as necessidades pontuais sentidas na operação de saneamento.

- **Trabalhos Especializados**

Nesta rubrica, a variação negativa, face a 2012, é justificada essencialmente por maiores gastos, de cerca de 120 mil euros, com tratamento de resíduos e tratamento de efluentes na atividade de Saneamento. O aumento de custos com o tratamento de resíduos, adveio do aumento da produção de lamas (cerca de 2%) e de areias (cerca de 22%), obtida em 2013, em resultado do significativo aumento de caudal verificado este ano comparativamente a 2012 (cerca de 23%).

No que concerne à rubrica de tratamento de efluentes, que também abrange os custos de desobstruções de coletores e de limpeza de estações elevatórias, o aumento de custos verificado resultou do aumento da atividade e das ocorrências registadas nas infraestruturas de transporte e tratamento, nos períodos de maior pluviosidade. Está previsto que a Águas do Oeste seja ressarcida pela empresa seguradora de alguns dos valores incorridos, o que contribuirá para atenuar o resultado obtido nesta rubrica.

Contrariamente, verificou-se uma redução dos gastos com assistência técnica, de valor aproximado de 34 mil euros. A variação positiva é justificada pelo facto de não ter sido necessário, em 2013, recorrer a pedidos pontuais de assistência técnica como por exemplo aconteceu no ano anterior (monitorizações ou verificações de condições de funcionamento).

Também face ao ano anterior, os encargos com *fee's* de gestão foram superiores, em virtude de um maior volume de negócios face a 2012.

- **Conservação e Reparação**

Trata-se de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as suas infraestruturas.

O aumento de gastos verificado, está relacionado, em parte, com maiores gastos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos ocorridos nas estações elevatórias e ETAR da empresa.

- **Energia**

No caso do abastecimento, verificou-se uma redução dos custos de energia devido, quer a um menor volume de água fornecido comparativamente ao ano anterior, quer à otimização da gestão do consumo da energia, em função dos diferentes períodos tarifários, quer ao ganho de eficiência no consumo de energia, obtido na sequência das intervenções de beneficiação realizadas em algumas instalações do abastecimento. No que se refere à atividade de saneamento, o aumento do volume de água residual tratada, face ao ano de 2012, em cerca de 23%, conduziu a um aumento dos custos de energia em 21%. Para este aumento, contribuiu, fundamentalmente, a atividade de transporte, cujo agravamento, face ao ano de 2012, foi de 40%.

- **Combustíveis**

Na rubrica de combustíveis observa-se uma variação positiva, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para geradores, pelo facto de a EDP ter concretizado as ligações dos ramais de energia a algumas infraestruturas, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para viaturas.

À semelhança do já realizado em 2012, a Empresa continuou a procurar a otimização de rotinas e das rotas efetuadas, permitindo a redução dos quilómetros percorridos e a diminuição da média de litros consumida, tendo inclusive adquirido *software* de gestão de frota através de GPS, para o efeito.

- **Correções relativas a exercícios anteriores**

Nesta rubrica a variação é explicada, essencialmente, pela regularização dos valores de 2012 das rendas das infraestruturas do Município de Torres Vedras.

A Águas do Oeste, continuou em 2013 a prosseguir as orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, procedendo, sempre que possível e que não compromettesse a atividade desenvolvida, a um esforço de redução e contenção de custos.

Gastos com o Pessoal

Nos Gastos com o Pessoal é de salientar o pagamento e o reconhecimento nas contas da empresa do subsídio de férias de 2013, não especializado no ano anterior, em cumprimento da medida prevista na Lei n.º 39/2013 de 21 de Junho. O aumento significativo em 2013 dos gastos com pessoal deriva do fato de ter sido considerado inconstitucional o não pagamento do Subsídio de Férias de 2012.

A empresa procedeu ainda à aplicação das medidas previstas na lei 12-A/2010 de 30 de junho no que respeita às remunerações dos órgãos sociais, e aplicou a Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, mediante a redução das remunerações líquidas mensais superiores a 1.500 euros, assim como teve em consideração a Lei do Orçamento de Estado para 2014, no que respeita ao pagamento e constituição de provisão de subsídio de férias.

Apesar de um aumento no número de infraestruturas em exploração, a empresa, pelas razões já expressas, diminuiu o seu quadro de pessoal. Também se verificou uma redução no número de horas extraordinárias relativamente ao ano transato, ano em que também já se tinha verificado uma redução relativamente ao ano anterior

Face ao ano anterior, é de referir ainda uma menor capitalização de gastos com o pessoal, respeitantes ao Departamento de Estudos e Sistemas de Informação e à Direção de Infraestruturas, derivado, por um lado, de um menor volume de investimento e, por outro, do ajuste na forma de cálculo dos valores a capitalizar:

Depois da análise dos custos e dos proveitos, os resultados decompõem-se de acordo com o quadro seguinte:

Unidade: euros

	2010	2011	2012	2013
Resultados Operacionais	680 134,04	3 401 717,80	975 861,84	701 393,97
Resultados Financeiros	(2 576 298,18)	(3 288 118,89)	(4 246 101,73)	(3 786 542,93)
Resultados antes de Impostos	(1 896 164,14)	113 598,91	(3 270 239,89)	(3 085 148,96)
Imposto Sobre o Rendimento do Exercício	(15 454,04)	(13 235,39)	(36 785,88)	(38 679,53)
Impostos Diferidos	1 130 994,24	295 437,15	138 357,42	108 997,53
Resultado Líquido do Exercício	(780 623,94)	395 800,67	(3 168 668,35)	(3 014 830,96)

No quadro seguinte apresentam-se alguns indicadores económicos, para uma análise mais completa:

Rácios	2010	2011	2012	2013
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-3,37%	1,68%	-15,34%	-17,09%
Rentabilidade Económica	-0,25%	0,13%	-1,07%	-1,06%
Rentabilidade das Vendas	-2,98%	1,17%	-10,56%	-9,62%

Indicadores Financeiros

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o ativo da Empresa:

Unidade: euros

	2010	2011	2012	2013
Ativos Não Correntes				
Ativos intangíveis	248 962 014,45	233 777 150,99	227 526 015,06	218 368 748,34
Investimentos financeiros	5 327 455,71	6 502 943,34	7 734 117,94	8 701 623,53
Impostos Diferidos ativos	6 219 303,50	4 309 139,54	4 564 432,15	3 934 078,93
Cientes e outros ativos não correntes	-	2 043 214,01	5 619 907,00	2 394 815,47
Ativos Correntes				
Inventários	58 422,59	49 320,29	22 992,71	26 249,12
Cientes	22 976 608,09	33 383 231,27	33 759 775,63	32 762 348,82
Estado e outros entes públicos	124 492,31	298 429,46	155 636,27	269 974,31
Imposto sobre o rendimento do exercício	112 890,89	184 004,92	347 086,06	320 764,49
Outros ativos correntes	24 618 990,78	22 174 302,81	15 618 608,79	15 773 267,23
Caixa e seus equivalentes	180 661,83	1 314 949,64	1 739 936,01	1 579 144,19
Total Ativo	308 580 840,15	304 036 686,27	297 088 507,62	284 131 014,43

Ativos Intangíveis

No que diz respeito à evolução do Ativo Intangível, refere-se o investimento realizado em 2013, de 831.521,43 euros.

Investimentos Financeiros

O aumento verificado de 2012 para 2013, decorre do reforço do Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Impostos Diferidos Ativos

O valor de 3.934.078,93 euros refere-se à constituição de impostos diferidos ativos, pelo facto de as amortizações do exercício contabilísticas compreenderem as amortizações do investimento futuro, que não são aceites fiscalmente.

Cientes

Em Clientes, no montante de 32.762.348,82 euros, estão reconhecidos 1.680.325,12 euros sobre a forma de Acordos de Pagamento e 12.739.435,46 euros, sobre processos de injunção, incluindo 4.786.349,62 euros correspondente a valores RC 2013_68

associados à faturação do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados referentes ao abastecimento de água de 2010.

No valor referente à dívida corrente de municípios, está incluído o montante de 3.133.708,95 euros correspondente a valores associados à faturação, em 2013, do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2011 de abastecimento de água.

Está também reconhecido como dívida de clientes, os valores registados como acréscimo de rendimentos, no valor de 1.973.351,50,85 euros e de 1.912.428,26 euros referente ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2012 e 2013, respetivamente, de acordo com o Decreto-Lei 195/2009 de 20 de agosto, assim como 629.874,00 euros referentes a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos utilizadores/ clientes, a situação das dívidas vencidas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida, tendo, contudo, quando tal não é possível, e de forma a acautelar a prescrição, procedido à abertura de processos de injunção.

Em dezembro, os montantes em dívida cobertos por Acordos de Pagamento eram:

Unidade: euros	
Clientes	Montante
Alcobaça	1 360 731,32
Arruda dos Vinhos	360 002,64
Cadaval	399 413,60
Bombarral	1 209 244,14
Lourinhã	508 987,96
SM Nazaré	236 760,93
	4 075 140,59

Os clientes sobre os quais existiam processos de injunção abertos eram os seguintes:

Unidade: euros	
Clientes	Montante
Alcobaça	2 326 913,42
Águas de Alenquer	3 787 424,05
Águas de Azambuja	730 147,77
Caldas da Rainha	459 087,18
Lourinhã	324 838,93
Óbidos	639 444,51
Nazaré	3 848 548,51
Rio Maior	325 131,42
Torres Vedras	297 899,67
	12 739 435,46

As dívidas de clientes não cobertas por injunções e acordos, em 31 de dezembro de 2013, eram:

Unidade: euros

Clientes	Total
Alcobaça	2 074 017,71
Águas de Alenquer	2 051 397,40
Arruda dos Vinhos	423 709,19
Azambuja	80 549,55
Águas de Azambuja	1 792 756,32
Bombarral	371 249,15
Cadaval	322 751,46
Caldas da Rainha	68 567,28
Lourinhã	665 794,93
Mafra-Compagnie Générale des Eaux	213 611,14
Óbidos	872 319,81
SMAS da Nazaré	90 436,55
Nazaré	1 205 409,65
Peniche	160 432,87
Rio Maior	909 395,51
Sobral de Monte Agraço	1 063 124,23
Torres Vedras	1 328 723,68
Valorsul	17 150,69
Min. Justiça	112 414,46
Roca	921,24
Casa Stos Lima	1 036,62
Pernord Ricard	370,77
Zagope	16,10
Somague	6,17
Águas de Santarém	715,99
CM Alenquer	55,34
	13 826 933,81

Estado e Outros Entes Públicos

Em Estado e Outros Entes Públicos é de salientar que se encontram reconhecidos pedidos de reembolso de IVA, no valor de 211.465,25 euros e IVA a recuperar, no valor de 20.805,52 euros.

Imposto sobre o Rendimento do Exercício

Nesta rubrica encontra-se registado o valor de 228.400,24 euros de pagamento especial por conta, 116.231,11 euros de retenção de imposto sobre juros e Imposto estimado no valor de -23.866,86 euros.

Outros Ativos Correntes

A variação nesta rubrica, face a 2012, justifica-se por um menor valor contabilizado como dívida respeitante ao reconhecimento dos montantes ainda por receber do Fundo de Coesão. Em 2013 a Águas do Oeste recebeu do Fundo Coesão cerca de 1,2 milhões de euros.

De acordo com o Investimento elegível realizado até 31 de dezembro de 2011, encontra-se ainda por receber o valor de 12.181.704,41 euros.

Terminou no final do ano de 2011 o prazo limite de elegibilidade das despesas de investimento para as candidaturas ao Fundo Coesão que ainda estavam em vigor; tendo a empresa enviado ao POVT até ao final de março do ano de 2012, os restantes pedidos de pagamento. A AdO aguarda o pagamento dos saldos finais.

Em Outros Ativos Correntes, encontra-se ainda registado:

- Acréscimos de Proveitos, estão reconhecidos: 2.306.902,58 euros respeitantes a juros de mora a faturar; 325.399,89 euros referentes a indemnizações a receber de seguro; e 244.063,81 euros referentes a juros a receber de investimentos financeiros.
- Gastos a reconhecer, 152.534,56 euros referentes a seguros, 7.316,85 euros respeitantes a encargos bancários e 2.348,46 euros referente a gastos diversos.

A situação líquida da Águas do Oeste é a que resulta dos capitais próprios, conforme quadro que se segue:

Unidade: euros

	2010	2011	2012	2013
Capital	29 733 969,60	29 733 969,60	30 000 000,00	30 000 000,00
Reservas e outros ajustamentos	77 730,88	77 730,88	97 520,91	97 520,91
Resultados Transitados	(5 869 934,41)	(6 650 558,35)	(6 274 547,71)	(9 443 216,06)
Resultado líquido do exercício	(780 623,94)	395 800,67	(3 168 668,35)	(3 014 830,96)
Total dos Capitais Próprios	23 161 142,13	23 556 942,80	20 654 304,85	17 639 473,89

O quadro seguinte representa as principais rubricas que compõem o Passivo da Empresa:

Unidade: euros

	2010	2011	2012	2013
Passivos Não Correntes				
Provisões	-	-	-	-
Empréstimos	116 237 064,14	114 949 923,88	122 734 310,93	120 824 062,29
Fornecedores e outros passivos não correntes	13 099 213,53	12 300 929,92	11 734 350,17	11 140 994,45
Impostos Diferidos Passivos	5 088 309,26	2 882 708,15	2 999 643,34	2 260 292,59
Acréscimos de Custos de Investimento Contratual	19 081 042,18	9 568 303,36	8 832 779,26	9 742 847,69
Subsídios ao Investimento	106 631 832,75	103 958 720,04	96 166 018,54	92 356 235,27
Passivos Correntes				
Empréstimos	17 842 928,17	27 027 791,79	22 503 404,80	17 748 010,00
Fornecedores	4 700 122,54	5 010 514,08	7 257 598,62	7 584 761,95
Outros passivos correntes	2 108 613,04	4 398 053,84	3 907 292,98	4 478 101,60
Estado e outros entes públicos	630 572,41	382 798,41	298 804,13	356 234,70
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-
Total Passivo	285 419 698,02	280 479 743,47	276 434 202,77	266 491 540,54

Passivos Não Correntes

Empréstimos

Esta rubrica representa o empréstimo contraído junto do Banco Europeu de Investimento, designado por BEI III, no montante de 110.057.590 euros e por BEI II, no montante de 11.460.000,00 euros, deduzido do montante de 693.527,71 euros respeitantes a custos a diferir com a montagem do Empréstimo BEI III, 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a utilização e BEI II 1^a utilização.

Fornecedores e Outros Passivos Não Correntes

Encontra-se registado em fornecedores de investimento o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de dezembro de 2003, no valor de 9.520.800,59 euros, bem como 563.557,40 euros referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

Impostos Diferidos Passivos

O valor de 2.260.292,59 euros, refere-se à constituição de impostos diferidos passivos referente ao subsídio reconhecido respeitante a investimento futuro e ao impacto de transição das amortizações, pelas razões já expostas anteriormente.

Acréscimos de custos investimento contratual

O valor de 9.742.847,69 euros diz respeito ao custo com amortizações do investimento contratual esperado.

Subsídios ao investimento

O valor registado diz respeito a Proveitos Diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A Empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

Passivos Correntes

Empréstimos

O valor registado diz respeito à utilização das linhas de crédito existentes e a empréstimos da AdP SGPS, no valor de 8 milhões de euros, assim como ao valor do empréstimo do BEI cuja amortização ocorrerá em 2014, no valor de 1.960.310,00 euros.

A 31 de dezembro de 2013, vigoravam duas linhas de crédito no BES, no valor total de 15 milhões de euros, com uma utilização de 3,8 milhões de euros, e uma linha no BPI, no valor de 4 milhões de euros, totalmente utilizada.

Fornecedores

Nesta rubrica estão reconhecidos 6.476.085,14 euros, referentes a fornecedores conta corrente e 1.108.676,81 euros, referentes a fornecedores de Imobilizado.

Outros Passivos Correntes

Em outros passivos correntes, é de salientar o valor registado como acréscimos de gastos, referentes ao reconhecimento do valor a pagar à EPAL, respeitante ao valor mínimo garantido de 2013, face ao volume de água adquirida, e ao volume suplementar, no montante de 1.768.325,47 euros.

Estado e Outros Entes Públicos

Na rubrica Estado e Outros Entes Públicos, o montante de 356.234,70 euros respeita, em 64.739,55 euros, a retenções na fonte de IRS e IRC, em 37.703,54 euros, a contribuições para a Segurança Social, em 1.243,93 euros, a contribuições a pagar à Caixa Geral de Aposentações e 219.132,70 euros à Taxa de Recursos Hídricos.

Investimento

O investimento realizado em 2013 foi de 831.521,43 euros.

O investimento em empreitadas foi de cerca 496 mil euros.

Este valor poderia ter sido superior, na ordem dos 200 mil euros, se tivessem ocorrido os pagamentos associados ao encerramento de contas de algumas empreitadas, o que não se verificou, por razões que não estão na estrita dependência da Águas do Oeste S.A.. Trata-se de empreitadas cujas infraestruturas se encontram em pleno funcionamento, resolvendo problemas ambientais e gerando os correspondentes proveitos, mas que, por condicionalismos vários, incluindo situações de insolvência e processos em contencioso, viram o encerramento de contas dilatado no tempo.

Algumas das intervenções com investimento previsto para 2013, da ordem dos 500 mil euros, não foram realizados, por se encontrarem na dependência de aprovações, de entidades externas, que não ocorreram nos prazos previstos, com destaque para os sistemas interceptores de Pedra do Ouro/Vale Paredes e de Vila Nova de S. Pedro II.

É de relevar a afetação de recursos a intervenções associadas à redução de custos energéticos e ao controlo de afluências indevidas ao sistema de saneamento, que se manterão durante o ano de 2014.

Também foi significativa a afetação de recursos associados ao aumento exponencial do número de vistorias para efeitos de libertação de cauções, por força da entrada em vigor do Decreto-Lei 190/2012, de 22 de Agosto, e acompanhamento de avarias no âmbito de garantias, a que acresce o fato de um alargado número de empreitadas atingirem os 5 anos de garantias.

Projetos, Estudos e Sistemas de Informação

Durante o ano foram efetuados estudos e elaborados projetos para diversas intervenções de construção, remodelação ou melhoria de funcionamento de diversas instalações, dos quais se destacam:

Atividade de Abastecimento de Água

- Intervenções no reservatório de Via-Vai, estações elevatórias de Casais de Araújo, Sr.^a da Luz e Serra da Vila, visando a racionalização de consumos energéticos.

Atividade de Saneamento de Águas Residuais

- Conduto elevatória de Espinheira;
- Sistema de Saneamento de Vila Nova de S. Pedro II Fase;
- Sistema Elevatório de Azambujeira;
- ETAR de Santiago dos Velhos;
- ETAR de Margem Norte;
- Remodelação da ETAR Arruda dos Vinhos;
- Intervenção em sistema de arejamento visando o aumento de eficiência energética (ETAR São Martinho do Porto e ETAR de Gaeiras);
- Controlo de aflúências indevidas (ETAR Aldeia Gavinha e ETAR de Abrigada/Atouguia);
- Lagoa desidratação da ETAR de Azambuja;
- Intervenção em sistema de desodorização visando o aumento de eficiência energética (ETAR de Atouguia da Baleia, Zambujeira, Rio Maior, Torres Vedras e São Martinho do Porto);
- Reabilitação do Intercetor de Moita dos Ferreiros;
- Execução do Intercetor de Dois Portos (Troço junto a Dois Portos);
- Conduto elevatória EN 3 Azambuja.

Destaca-se, também, o trabalho desenvolvido em matéria de inventário e de avaliação funcional, dando resposta às obrigações previstas no contrato de concessão, que se manterá durante os anos seguintes.

Estudos e atividades acessórias

No que respeita a estudos e atividades acessórias executados e desenvolvidos durante 2013, destacam-se os seguintes:

- Conclusão dos relatórios finais das candidaturas ao Fundo de Coesão FC2004/006 – 2º grupo de projetos de saneamento e FC2004/008 – 3ª fase abastecimento de água, bem como execução da revisão das respetivas análises de *cash-flow*;
- Produção dos relatórios de progresso do 2º semestre de 2012 e 1º semestre de 2013 do Projeto BEI-III;
- Elaboração de parecer relacionado com o processo de revisão do Plano Diretor Municipal da Lourinhã – Relatório de Fatores Críticos para a decisão;
- Avaliação da viabilidade técnica do pedido de criação de novo ponto de entrega no sistema de saneamento do Turcifal / Freiria – ligação ARI da Ribeirinhas, instruído pelos SMAS de Torres Vedras;
- Análise e emissão de parecer sobre o Plano de Pormenor de Vale do Leito (Município Bombarral);
- Análise da viabilidade técnica do pedido de criação de novo ponto de entrega no sistema de saneamento de Torres Vedras – empreendimento do Alto do Seixinho (EM 1055, Palhagueiras), instruído pelos SMAS de Torres Vedras;

- Avaliação da viabilidade técnica do pedido de criação de novo ponto de entrega no sistema de saneamento de Miragaia – ligação do efluente industrial pré-tratado da empresa Triperu (Ribeira de Palheiros – Lourinhã);
- Produção de nota técnica de análise da viabilidade de alteração da origem de água que atualmente abastece o reservatório municipal de Vila Alta – Município de Alenquer;
- Revisão/verificação dos documentos finais que compõe o Programa Técnico definitivo do Sistema Integrado de Distribuição de Água e Recolha de Efluentes dos Municípios do Oeste (projeto de gestão integrada alta/baixa);
- Elaboração e envio de pedido de autorização ao Concedente para criação de novo ponto de entrega de água ao Município da Azambuja – Zona Industrial de Aveiras de Cima/ Alcoentre;
- Simulação hidráulica do funcionamento do sistema adutor Alenquer/Torres Vedras/ Mafra para diferentes cenários de funcionamento e condições de adução de água à EE de Serra da Vila;
- Recolha e envio de informação para a AdP Serviços no âmbito do processo de apoio para elaboração do próximo PEAASAR;
- Colaboração com a AdP Energias no sentido de avaliar as atuais condições de funcionamento e operacionalidade das instalações de microgeração presentes em várias instalações da AdO;
- Preparação do processo associado à fusão dos sistemas multimunicipais da região de Lisboa e Vale do Tejo – revisão de fundo da descrição técnica do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais da região Oeste, incluindo reclassificação das classificações em SIG das infraestruturas da AdO e produção de cartografia específica para o efeito;
- Revisão de fundo dos modelos técnicos associados ao Estudo de Viabilidade Económica e Financeira da AdO/ processo de fusão LVT;
- Preparação de anexos técnicos descritos do sistema multimunicipal de abastecimento de água da região Oeste e polos de captação de águas subterrâneas – processo AdO/ EPAL – aditamento ao contrato de abastecimento de água;
- Revisão dos principais ficheiros relacionados com os dados base do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais da região Oeste – adequação dos principais documentos base de suporte a *reportes* vários (internos, EVEF, AdP, ERSAR, etc.) aos dados definitivos publicados por lugar pelo INE em dezembro de 2012, no que respeita à campanha dos Censos 2011;
- Reunião com a Agência Portuguesa do Ambiente no âmbito do processo de licenciamento e delimitação dos perímetros de proteção das captações de água do sistema multimunicipal, Para ponto de situação dos processos em curso e discussão sobre os requisitos legais relacionados com as captações que se pretendem vir a colocar como reserva do sistema de abastecimento de água.

Sistemas de Informação

Na área de Sistemas de Informação, que abrange a Informática e o Sistema de Informação Geográfica da empresa, tiveram lugar, em 2013, as seguintes atividades principais:

- Levantamento e caracterização de pormenor das infraestruturas que compõem a rede informática da empresa, no âmbito do projeto de análise e identificação de oportunidades de redução de custos do Sistemas de Informação no grupo AdP;
- Definição e aquisição de *software* para recuperação granular de correio electrónico das contas Exchange dos colaboradores da AdO, a partir dos *backup's* dos servidores principais da empresa;
- Alteração da estrutura de dados no âmbito do arranque do fornecimento, instalação e configuração da componente Web da Solução G/ InterAqua – SIG Águas do Oeste, S.A., bem como definição das principais funcionalidades e interface do sistema WebSIG;
- Arranque em modo produtivo da componente Web do G/ Interaqua;
- Colaboração direta com a empresa AQUASIS no âmbito do processo de implementação da nova plataforma de SMGA – articulação Aquaman e SIG da AdO;
- Acompanhamento direto junto da Optimus do processo de *upgrade* do sistema de comunicações associado à rede informática Multisserviços da AdO – ETAR de Santa Cruz/ Silveira, Armazém das Gaeiras, instalação de circuito de fibra ótica nas instalações do

Convento de S. Miguel e ETAR do Carregal/ Charneca – acompanhamento do arranque dos novos circuitos e definição da solução técnica a implementada para disponibilização de acesso direto à Internet para os colaboradores sediados na ETAR da Charneca;

- Definição da configuração e da solução final de remodelação da infraestrutura base de rede informática da empresa – *upgrade* de servidores e rede de comunicação entre sites: lançamento do processo de consulta para aquisição do novo servidor principal da empresa;
- Revisão da documentação elaborada pela Águas de Portugal no âmbito Concurso Público “chapéu” a diversas empresas do grupo AdP, que visa renegociar todas as prestações de serviços no âmbito das comunicações de voz fixa, móvel (incluindo dados – acesso à internet e conectividade remota), e comunicações de dados através de *links* entre a sede da AdP e as sedes das empresas participadas;
- Levantamento de campo das principais infraestruturas associado aos pontos de entrega e controlo operacional do subsistema adutor Alenquer/Torres Vedras/ Mafra;
- Levantamento topográfico e altimétrico de pormenor na EE da Senhora da Luz, reservatórios de Casal do Rei, Casal da Marinha (SMAS Caldas), Turquel (SMAS de Alcobaca) e Turquel (AdO), no âmbito dos trabalhos que visam a otimização do funcionamento da central elevatória da Senhora da Luz – redução de custos de energia;
- Levantamentos cadastrais de campo – subsistema de saneamento de São Martinho do Porto;
- Levantamentos de campo no sentido de verificar as telas finais recebidas da ampliação do sistema interceptor de Cadafais - Município de Alenquer;
- Realização de sessões de trabalho com o objetivo identificar soluções e oportunidades que visem a centralização da recolha, armazenamento e tratamento de dados de campo e a melhoria do Sistema de Informação Geográfica.

Obras

A execução do plano de investimentos continuou a ser condicionada pelas restrições no acesso a financiamento e limites ao endividamento e, nestas condições, foi conferida prioridade a investimentos considerados inadiáveis. Conforme consta do Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 apresentado pelo Governo da República, e vertido no plano de investimentos, “Os programas de investimento das empresas do SEE, mesmo que anteriormente aprovados, estão a ser objeto de revisão. Só serão concretizados os investimentos que resultem de compromissos já assumidos, e cuja interrupção implique para o Estado custos significativos relativamente aos da sua conclusão, e aqueles que se revelem indispensáveis à segurança de pessoas e bens, quando a mesma não possa ser assegurada com uma diminuição razoável dos padrões de qualidade ou quantidade do serviço prestado.”

Neste quadro, o investimento realizado em 2013 focalizou-se no estritamente necessário à resolução de problemas ambientais significativos ou de intervenções necessárias para melhorar o funcionamento de instalações já existentes, para garantir o cumprimento de licenças e requisitos legais e para garantir a segurança dos trabalhadores. Como já acima mencionado, foram ainda criadas condições para que possa ser dado um impulso muito significativo a outros investimentos, caracterizados por valores pouco significativos, mas com reflexos relevantes na redução dos custos de energia da empresa.

No contexto acima referido, salienta-se:

- A elaboração dos Projetos de execução para a construção da ETAR de Margem Norte e da ETAR de Santiago dos Velhos;
- A introdução de melhorias da gestão de energia, nos sistemas de desodorização das ETAR de de Atouguia da Baleia, de Zambujeira, de Rio Maior, de Torres Vedras e de São Martinho do Porto;
- A introdução de melhorias em sistema de arejamento visando o aumento de eficiência energética (ETAR São Martinho do Porto e ETAR de Gaeiras);
- A implementação de sistema de controlo de aflúências pluviais indevidas na ETAR de Aldeia Gavinha e na ETAR de Abrigada/ Atouguia;
- O desenvolvimento e encerramento de duas empreitadas, ampliação do sistema de saneamento da Maceira e construção das estações elevatórias de Tagarro I, Louriceira e Espinheira, a que acresce diversas intervenções pontuais dando satisfação a necessidades operacionais;

- A continuação do processo de negociação com os proprietários das parcelas de terrenos, necessárias para a construção das infraestruturas, bem como do processo para a obtenção da respetiva Declaração de Utilidade Pública.

Arranques

No ano de 2013 foi mantido o esforço no arranque de infra-estruturas, já evidenciado em anos anteriores. A concretização destes arranques, com toda a complexidade, no plano externo, com adjudicatários, utilizadores do sistema mas também de articulação interna, e numa fase em que a atividade de exploração da empresa já é muito significativa, contribuiu para a consolidação da empresa e exigiu um esforço de diversos setores da empresa, que não pode deixar de ser relevado.

Foi efetuado o arranque de diversas infraestruturas, sendo de salientar:

Saneamento de Águas residuais

- Intercetor de Palhagueiras (Torres Vedras);
- Intercetor de Outeiro da Zibreira (Torres Vedras);
- Intercetor de Moita dos Ferreiros (Lourinhã);
- Intercetor da Quinta do Rol (Lourinhã);
- Intercetor de Vale Marianas (Lourinhã);
- Intercetor CG – Alcoentre (Azambuja);
- EE de Pinhoa (Lourinhã);
- EE Bolhos (Peniche);
- EE Tagarro (Azambuja).

No ano de 2013 manteve-se uma significativa atividade da empresa na realização de vistorias para efeitos de receção definitiva de empreitadas ou redução de cauções prestadas, nos termos do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto, e subsequente acompanhamento de trabalhos inseridos no âmbito de garantias.

No decurso do ano de 2013 foram encerrados os processos e efetuadas as receções definitivas nas seguintes empreitadas:

- Construção do Sistema de Abastecimento de Água I – Zona Centro – Lote A;
- Conceção/ Construção do Reservatório de Silheira;
- Execução do Sistema Abastecimento de Água I – Troço Silheira/ Delgada;
- Execução do intercetor do Arnoia;
- Remodelação das EE1 e EE2 de Santa Cruz;
- Execução do Subsistema de Abastecimento de Água II - Zona Norte Parte II - Troço Casais de Maria Delfina – Silheira.

Encontram-se em agendamento, em curso, ou em fase de conclusão, a correção de faltas identificadas nas seguintes empreitadas:

- Construção do Emissário de Alfeizerão;
- Conceção/ Construção da ETAR de Torres Vedras e Emissário do Paul;
- Execução do Intercetor do Real - Troço Intermédio;
- Construção do Sistema II – Troço Figueiredo Casal do Rei;

- Construção do Sistema de Abastecimento Interligações Torres Vedras/ Sobral;
- Execução de Pavimentação Estrada Real (EEI – Charneca);
- Construção de Emissários Gravíticos de Casal de Torneiro e Casal da Seixosa;
- Construção do Intercetor do Cadaval;
- Execução do Intercetor do Real - Troço Final;
- Construção do Sistema de Saneamento de Runa;
- Execução dos Intercetores do Bogota e Sto. António;
- Conceção e Construção do Reforço do Sistema de Abastecimento de Água à Vila de Azambuja/ Vila Nova da Rainha (Lote A) e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Quinta da Vassala (Lote B);
- Execução do Subsistema de Abastecimento de Água II - Zona Norte Parte I - Troço Alcanhões - Casais de Maria Delfina;
- Conceção/Construção do Reservatório de Cabeceira do Sub-Sistema I (Zona Centro);
- Execução de Subsistemas de Abastecimento de Água Lote B - Parte V - Troço Casal de Rei - Caldas da Rainha;
- Reposição de Pavimentos Lote A - Sistemas de Abastecimento (2004/PT/16/C/PE/006), Lote B - Sistemas de Saneamento (2004/PT/16/C/PE/008) e Lote C - Sistemas de Saneamento (2000/PT/16/C/PE/001);
- Reabilitação das ETAR de Óbidos e Carregal;
- Conceção/ Construção das ETAR Independentes da Lagoa de Óbidos (Lote A) e ETAR (PITAR) Iª Fase (Lote B);
- Conceção/ Construção das ETAR de Rio Maior (Lote A), Atouguia da Baleia (Lote B) e Zambujeira (Lote C).

Subsistem algumas empreitadas, associadas a adjudicatários com processos de insolvência, cujo processo de receção definitiva apresentará alguma dificuldade acrescida:

- Construção do Sistema de Águas Residuais de Turcifal/ Freiria;
- Ampliação do Sistema de Saneamento de Aldeia Gavinha;
- Construção da Conduta Elevatória de Porto de Barcas;
- Execução do Sistema de Abastecimento de Água I - Zona Centro - Lote B - Troço Delgada/ Gaeiras;
- Execução do Intercetor Real - Troço Inicial.

Disponibilização de Terrenos e Licenciamentos de Obras

Num contexto adverso de ausência atempada de Declaração de Utilidade Pública (DUP), a atividade de aquisição e oneração de parcelas, por via de negociação revela-se essencial à atividade da empresa.

Apesar de, em 2013, o número de negociações conduzidas e acordos obtidos ter sido pouco significativo, este processo continuou a ter relevância na concretização dos objetivos da empresa – refira-se que o número total de parcelas oneradas e adquiridas ascende a cerca de 3.700 parcelas.

Foram assim efetuados os procedimentos subsequentes à publicação das declarações de Utilidade Pública, entretanto obtidas, para o sistema de saneamento de Arruda dos Vinhos e a consequente posse Administrativa das parcelas oneradas por Servidão Administrativa.

Candidaturas ao Fundo de Coesão

São os seguintes os valores das candidaturas as Fundo de Coesão, com as alterações já aprovadas no que diz respeito ao investimento total elegível:

Candidatura	Investimento Elegível na Decisão em vigor (€)	Despesa	Percentagem de Realização do Projeto (%)	Financiamento a Fundo Perdido (%)
		Apresentada no Gestor Sectorial até 31-dez-2012 (€)		
FC 2000/PT/16/C/PE/001 (1º Grupo de Projetos de Saneamento)	30 266 469	30 266 469	100,00%	85%
FC 2004/PT/16/C/PE/006 (2º Grupo de Projetos de Saneamento)	71 842 856	64 562 719	89,87%	70%
FC 2004/PT/16/C/PE/008 (3ª Fase - Abastecimento de Água)	67 377 282	64 689 974	96,01%	55%

Durante o ano de 2013 é de destacar:

- O envio por parte do Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR) à Comissão Europeia dos relatórios finais das candidaturas FC2004/006 (saneamento) e FC2004/008 (abastecimento).
- A transferência pelo IFDR do montante de 1.286.318, euros, referente à candidatura de saneamento- FC2000/001.

Aguarda-se a receção de 25% do saldo final da candidatura de FC2000/001 (saneamento) e da totalidade dos saldos finais das candidaturas FC2004/006 (saneamento) e FC2004/008 (abastecimento).

6. Atividade Operacional

Operação – Abastecimento de Água

Na operação do abastecimento de água, em 2013, destaca-se:

- a elaboração da proposta de Regulamento de Exploração de Abastecimento de Água, tendo a mesma sido submetida a parecer dos municípios, para posterior envio ao Concedente, para aprovação;
- a atribuição do selo de “Qualidade exemplar da água para consumo humano”, que pretende evidenciar as entidades prestadoras de serviços de abastecimento público de água que, no último ano de avaliação regulatória, asseguraram uma qualidade exemplar da água para consumo humano a todos os seus clientes;
- uma diminuição global do volume de água fornecido aos municípios abrangidos pelo sistema multimunicipal, relativamente ao ano anterior, em cerca de 2,6 %, mas com um crescimento dos consumos nos municípios do Cadaval, Óbidos, Rio Maior e Sobral de Monte Agraço;

- o fornecimento de cerca de 13 mil metros cúbicos de água à empresa Águas de Santarém, a partir do reservatório Maria Delfina, pertencente ao Sistema Norte/ Centro, entre junho e setembro, para reforço do abastecimento durante intervenção no sistema de captação dessa entidade gestora.

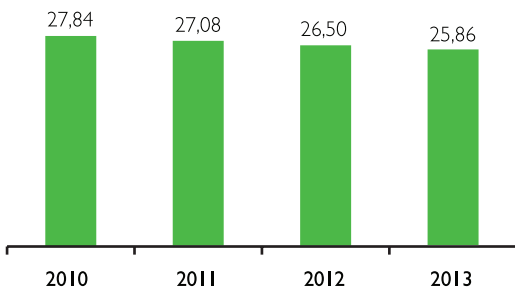
Desde 2011 que a Águas do Oeste fornece água aos 15 Municípios previstos no contrato de concessão não se registando o arranque, no decorrer de 2013, de novos pontos de entrega (PE) àqueles municípios. Nos municípios de Alcobaça, Óbidos e Rio Maior, continuam a existir PE cujas obras se encontram concluídas pela Águas do Oeste, mas para os quais não existe autorização daqueles municípios, para iniciar o fornecimento de água, sendo que Óbidos e Rio Maior mantêm a exploração de captações municipais para o abastecimento público de água, contrariando o que se encontra previsto no contrato de concessão e nos respetivos contratos de fornecimento. Não obstante, registou-se em 2013 um crescimento do consumo de água pelo município de Rio Maior, decorrente do alargamento das zonas abastecidas a partir dos PE em serviço, tendo o total do volume fornecido no final do ano, sido da ordem de grandeza do volume associado ao valor mínimo garantido do contrato. No caso do município de Óbidos, também se registou um aumento do consumo em 2013 tendo, contudo, o volume total fornecido ficado muito abaixo do volume correspondente ao valor mínimo garantido.

Excluindo as situações atrás referidas, em 2013 verificou-se uma redução significativa nos volumes fornecidos à generalidade dos “utilizadores em exclusivo”. A redução observada traduz uma alteração dos hábitos de consumo de água das pessoas e das instituições, e está igualmente associada à redução da atividade económica, sendo um reflexo da crise que o País atravessa. A redução das necessidades de água em “alta” poderá resultar, também, da redução do volume associado a perdas na rede em “baixa” em alguns municípios.

No caso dos “municípios clientes” (Alcobaça, Caldas da Rainha, Mafra, Nazaré e Peniche), que, contratualmente, podem satisfazer parte das necessidades de água em “alta” com o recurso à utilização de captações próprias, apenas Alcobaça não consumiu os volumes contratualizados.

Em termos globais, registou-se um decréscimo dos caudais faturados, comparativamente ao ano transato, passando dos 26,5 milhões de metros cúbicos para os 25,9 milhões de metros cúbicos, o que representa uma redução de 2,3%. Da totalidade do volume fornecido em 2013, 18,5 milhões de metros cúbicos foram fornecidos aos “utilizadores em exclusivo” e os restantes 7,4 milhões de metros cúbicos foram fornecidos aos “municípios clientes”.

Volume de água faturada
(milhões de metros cúbicos)



A Águas do Oeste para além da principal origem de água, a EPAL, manteve em exploração algumas captações próprias transferidas pelos municípios que, na maioria das situações, constituem uma redundância à água fornecida pela EPAL, contribuindo, por isso, para o aumento da garantia da continuidade do fornecimento aos seus Clientes.

Em 2013 mantiveram-se as alterações na exploração dos subsistemas de captação que fornecem PE que permitem receber água com origem na EPAL, contribuindo para aumentar o volume de água comprado à EPAL, tendo em conta a necessidade de cumprir os valores mínimos contratualizados com aquela empresa e, ao mesmo tempo, ir ao encontro das expectativas dos municípios que transferiram as captações municipais para a Águas do Oeste. Considera-se que este objetivo foi conseguido, uma vez que, em 2013, registou-se um aumento da percentagem de água comprada à EPAL no total do volume de água fornecido. A redução do volume de água comprada à EPAL, relativamente a 2012, foi diretamente proporcional à redução observada no volume fornecido aos municípios no mesmo período.

A água fornecida com origem em captações próprias, correspondeu a 5,5% do volume total de água fornecido, sendo os restantes 94,5% comprados à EPAL.

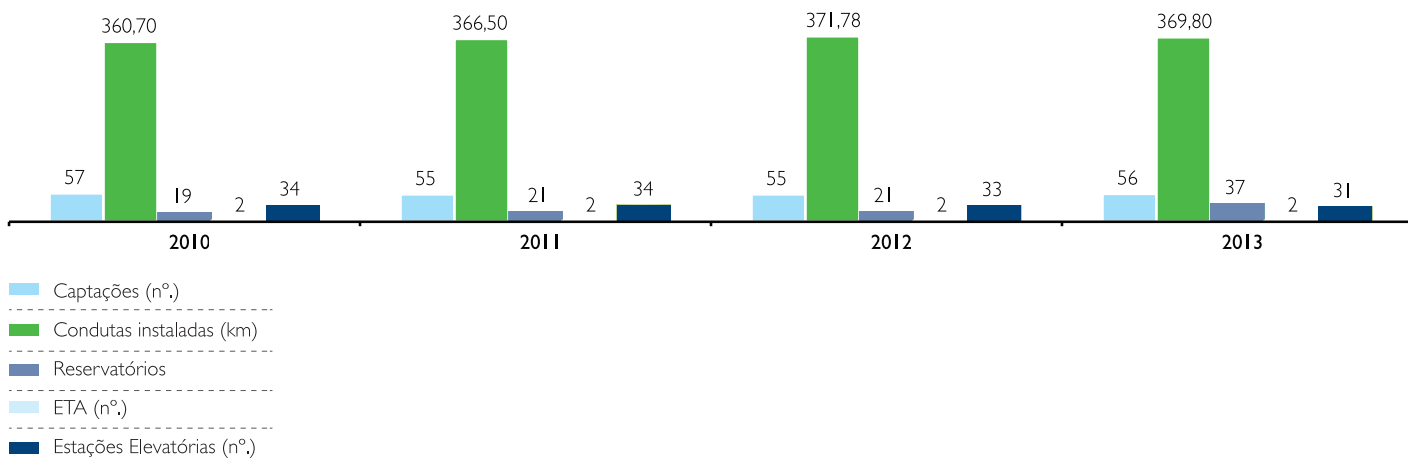
A continuação do trabalho de melhoria da organização dos meios alocados à operação dos sistemas de abastecimento de água, tendo em conta o facto da maioria das infraestruturas se encontrarem integradas no Sistema de Telegestão e a existência de um melhor

conhecimento e domínio daquelas, traduziu-se numa redução das distâncias percorridas pelas viaturas afetas às equipas do terreno, com a consequente diminuição do consumo de combustível e do tempo de afetação de recursos humanos associado a deslocações entre infraestruturas, a crescer aos já conseguidos no ano anterior.

De sublinhar ainda que, em 2013, foi possível reduzir o número de horas extra realizadas pelos operadores afetos ao DEAG, em mais de 30%, relativamente ao registado em 2012.

O conjunto das infraestruturas de abastecimento em exploração compreende, 56 captações, 2 ETA, 15 postos de cloragem ou rechloragem, 37 reservatórios (embora não se tenha iniciado a exploração de qualquer novo reservatório, ocorreu uma alteração do número deste tipo de infraestruturas tendo em conta a mudança dos pressupostos utilizados na sua contabilização, acertados com a ERSAR, tendo passado a incluir as cubas de aspiração das EE, com dimensão significativa), 31 EE, 101 pontos de entrega e cerca de 370 km de condutas adutoras. As outras alterações decorreram de ajustes na contabilização das infraestruturas.

Infraestruturas (2010-2013)



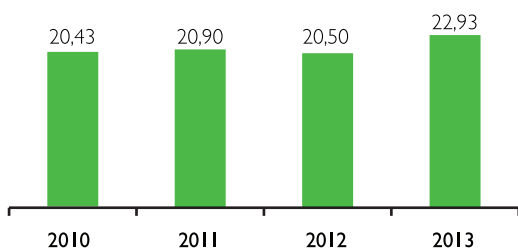
À semelhança do que vinha acontecendo no ano anterior, em 2013 continuou a registar-se um elevado número de furtos de tampas em ferro fundido, e a tentativa de furto de transformadores de PT de várias instalações de abastecimento. Nestes casos as situações puderam ser detetadas na altura que estavam a ocorrer os furtos, pelo facto daquelas se encontrarem integradas na Telegestão, o que permitiu que as consequências e danos não fossem maiores. Todas as situações têm sido comunicadas às autoridades, sendo que sempre que os custos são superiores ao valor da franquia, tem sido solicitado o ressarcimento dos custos à seguradora.

Operação – Saneamento de Águas Residuais

Durante o ano de 2013 a Águas do Oeste explorou infraestruturas que permitiram o tratamento de águas residuais provenientes de catorze municípios da região Oeste, tendo-se traduzido num total de faturação associado a cerca de 22,9 milhões de metros cúbicos de água residual.

Com o aumento do número de infraestruturas em exploração e do número de pontos de recolha, verificou-se um aumento do caudal faturado, relativamente a 2012. Para este acréscimo contribuiu também o aumento do caudal afluente às estações de tratamento, decorrente da pluviosidade verificada, o que contribuiu para o aumento da faturação nos municípios em que esta é efetuada com base nos caudais medidos nas ETAR.

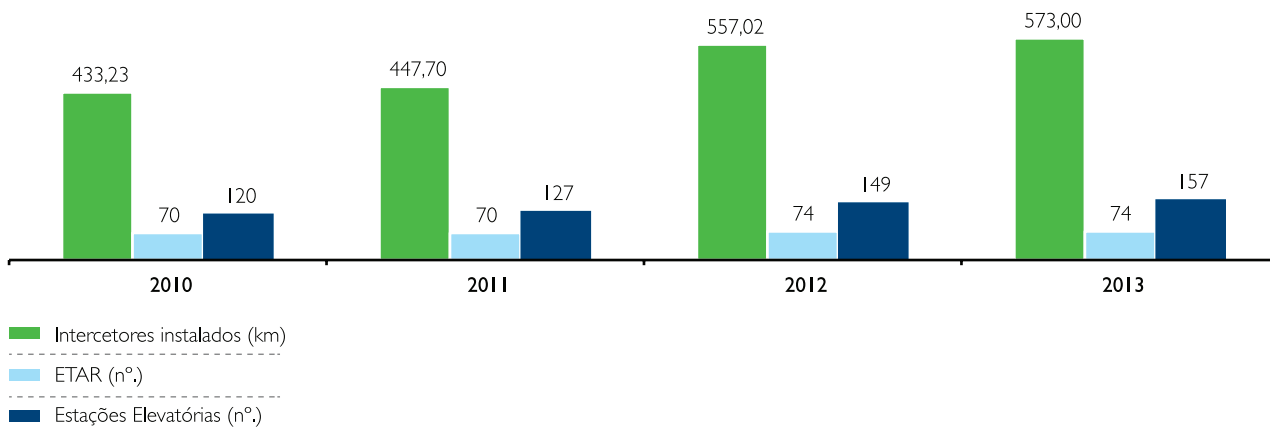
Volume de Águas Residuais Faturadas
(milhões de metros cúbicos)



No final de 2013 encontravam-se em operação 74 Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), 157 Estações Elevatórias (EE) e cerca de 573 Km de emissários.

O gráfico evidencia a evolução do número de km de condutas instaladas, EE e ETAR em operação, de 2010 a 2013.

Infraestruturas de Saneamento de Aguas Residuais



Em 2013, a AdO iniciou a operação de cerca de 16 km de emissários e das seguintes infraestruturas de elevação na atividade de transporte:

Município	Sistema	Designação	Data de início de operação (mês)	Data de início de operação (ano)
Torres Vedras	Dois Portos	EE A-da-Rainha	janeiro	2013
Torres Vedras	Dois Portos	EE Dois Portos I	janeiro	2013
Torres Vedras	Dois Portos	EE Quinta do Hespagnol	janeiro	2013
Torres Vedras	Dois Portos	EE Ribeira Maria Afonso	janeiro	2013
Peniche	Paço	EE Bolhos	fevereiro	2013
Azambuja	Alcoentre	EE Tagarro I	abril	2013
Lourinhã	Miragaia	EE Pinhoa	junho	2013
Sobral de Monte Agraço	Gosundeira	EE Cabela	julho	2013

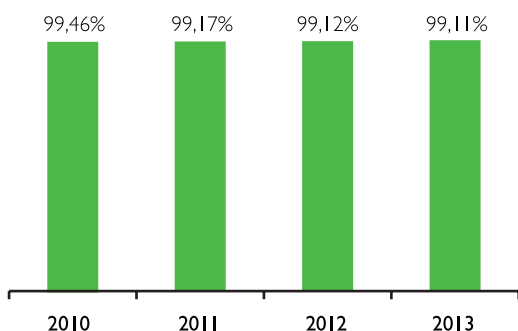
Foi assegurado o controlo de qualidade, a nível interno, pelo Laboratório da Águas do Oeste, situado na ETAR de Santa Cruz/ Silveira e, para efeitos de avaliação da conformidade legal, por uma entidade externa, certificada para o efeito.

O laboratório interno desta empresa assegurou a realização das análises previstas nos PCA (Plano de Controlo Analítico), tendo para o efeito procedido à realização de 28.563 determinações analíticas.

No que se refere à avaliação da conformidade legal, e, tal como referido anteriormente, é garantida por uma entidade idónea, devidamente certificada para o efeito. Neste âmbito, foram realizadas 5.298 análises.

Em 2013 manteve-se o elevado grau de cumprimento da avaliação de conformidade ao estabelecido no contrato de concessão: 99,11%.

Avaliação da Conformidade



Relativamente aos resíduos produzidos nas atividades de transporte e tratamento de águas residuais, verificaram-se produções de cerca de 760 toneladas de areias, 620 metros cúbicos de gradados (menos cerca de 4% relativamente a 2012), e 21.725 toneladas de lamas (mais cerca de 2% relativamente a 2012). Este aumento das quantidades geradas resultou, na grande maioria, de descargas anómalas nas redes municipais e do aumento dos caudais afluentes às instalações de tratamento. Estes resíduos foram encaminhados para destino final adequado. No que se refere às lamas, foram encaminhadas para valorização agrícola ou compostagem de acordo com as suas características e tipologia das situações.

Salienta-se a redução do número de horas extraordinárias, relativamente a 2012, ano onde já tinham sido efetuadas importantes otimizações nesta rubrica, em cerca de 29%.

Outras atividades

Manutenção e Telegestão

Durante o ano de 2013, a manutenção das infraestruturas da empresa foi assegurada em regime de *outsourcing*, com o acompanhamento e controlo da prestação de serviços efetuado internamente pelo Departamento de Manutenção.

A gestão dos trabalhos de manutenção foi efetuada com recurso ao sistema informático central do grupo AdP - "MAXIMO". O número de solicitações registadas no sistema, excluindo manutenção preventiva, ultrapassou as 5.700.

No âmbito da prestação de serviços de manutenção estão incluídas todas as atividades de Manutenção Preventiva Sistemática, Manutenção de Base Condicionada e Manutenção Corretiva dos equipamentos, das instalações elétricas e hidráulicas, da instrumentação, da automação e telegestão assim como dos órgãos mecânicos instalados na generalidade das infraestruturas cuja operação é assegurada pela Águas do Oeste. Fora do âmbito desta prestação, foram entre outras, executadas as intervenções de reparação de roturas em condutas, assim como a desobstrução de coletores e limpeza de estações elevatórias de águas residuais. No que se refere a intervenções em coletores, a intervenção mais relevante consistiu na reabilitação do coletor DN 500 entre a câmara de carga da estação elevatória de Fonte da Pipa e a ETAR de Torres Vedras, numa extensão aproximada de 225 metros, na sequência dos dois colapsos ocorridos neste troço, no início do ano. A metodologia de reparação consistiu no encamisamento com manga de fibra de vidro pré-impregnada com resina poliéster e curada por radiação ultravioleta.

De acordo com o previsto em orçamento, procedeu-se à aquisição e instalação de diversos equipamentos, maioritariamente em situações em que a reparação dos equipamentos existentes não era economicamente viável, tendo-se optado pelos equipamentos com custos de ciclo de vida mais baixos, incluído os custos de energia.

Para além da participação e elaboração dos relatórios relativos aos processos de receção provisória ou definitiva das novas infraestruturas, foi efetuado o acompanhamento, quer das avarias que se consideram ao abrigo das garantias das obras, quer das situações derivadas de reclamações apresentadas à Águas do Oeste, na sequência das obras realizadas pela empresa, nomeadamente os abatimentos de pavimentos.

No decorrer de 2013 foram registadas trinta e cinco ocorrências com origem em fatores externos, decorrentes, nomeadamente, de condições climáticas adversas, de ações de vandalismo e de furtos a instalações, as quais afetaram, nalguns casos significativamente, cento e vinte e cinco instalações da empresa, algumas infraestruturas da empresa. Nestes casos, procedeu-se à contabilização dos custos, ao acompanhamento dos processos de peritagem das ocorrências participadas à seguradora, e à execução dos respetivos trabalhos de reparação. A maioria dos furtos e ações de vandalismo incidiu no roubo de cobre das instalações elétricas, nomeadamente dos Postos de Transformação e quadros elétricos, e no roubo de tampas de ferro fundido.

No âmbito da gestão dos EMM (Equipamentos de Medição e Monitorização) foram executados os planos de calibração e ensaio previstos, onde se incluem os medidores de caudal de faturação da empresa (que correspondem a 143 do parque instalado). Ainda no que se refere à instrumentação, foram integrados na telegestão os analisadores de cloro em linha, dos reservatórios de Casais de Maria Delfina e Silheira, e efetuadas intervenções de melhoria em medidores de caudal, sistemas de medição de oxigénio dissolvido, potencial redox, etc., por forma não só a aumentar a longevidade destes, mas também a facilitar a sua operação. Foram efetuadas algumas picagens nas tubagens de compressão de grupos eletrobomba, para possibilitar a medição da pressão e avaliação do rendimento destes grupos.

No âmbito das ações de modernização das instalações que a Águas do Oeste tem vindo a desenvolver com vista a aumentar os índices de eficiência e eficácia da sua exploração, que se reflita numa melhoria da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, apesar das restrições orçamentais, foi possível efetuar a adição de algumas infraestruturas identificadas como relevantes e complementares às já anteriormente integradas no Sistema de Telegestão do Sistema Multimunicipal do Abastecimento, nomeadamente o Reservatório da Marmeleira, o Reservatório de Cabeços, a Estação Elevatória e o Reservatório da Zona Industrial da Azambuja.

Foi efetuada a receção definitiva do Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão dos Sistemas da Abastecimento de Água da Águas do Oeste.

Foi efetuado o acompanhamento da implementação do “Contrato de Prestação de Serviços de Fornecimento de Equipamento e de Serviços de Suporte à Rede de Comunicações Multisserviços”, no qual estão suportados os Sistemas de Telegestão dos Sistemas Multimunicipais de Abastecimento e Saneamento do Oeste. Este contrato permitiu, entre outros, dotar o Centro de Comando da ETAR da Charneca de canais de comunicações com a performance e estabilidade adequadas, assim como a implementação de comunicações redundantes para o caso de falha do canal principal, nas estações elevatórias de água.

Com exceção de algumas infraestruturas mais recentemente transferidas dos Municípios para a AdO, no caso do abastecimento de água, encontram-se integradas no sistema de telegestão a generalidade das instalações. Para além das funcionalidades referidas no parágrafo anterior, a automação implementada permite a racionalização dos custos de energia elétrica, mediante a parametrização de diferentes *set points* de acordo com os preços da energia elétrica nos diferentes períodos tarifários, o que potenciou poupanças significativas na fatura de energia elétrica, que se estimam da ordem das duas centenas de milhares de euros em 2013, comparativamente com o regime de funcionamento dessas instalações em 2008.

Foi efetuada a remodelação dos quadros elétricos da ETAR de Fervença incluindo a total reformulação da automação desta instalação, com recurso a meios internos, visando o aumento da fiabilidade da ETAR e a melhoria das suas condições de operação.

Com o objetivo de racionalização dos custos e consumos de energia elétrica, procedeu-se à aquisição e instalação de algumas unidades de baterias de condensadores, tendo-se mantido o acompanhamento e ao ajustamento da parametrização das unidades existentes, sempre que se constatou essa necessidade. Com base nas análises energéticas efetuadas a algumas instalações, quer de abastecimento de água, quer de saneamento de águas residuais, foram propostas várias medidas para racionalização dos consumos de energia.

Por forma a dar cumprimento à legislação em vigor, foram concluídas as auditorias energéticas às duas instalações consumidoras intensivas de energia (estação elevatória de água de Alenquer e estação elevatória de água de Alcanhões). Prevê-se a implementação, nos próximos anos, das medidas de racionalização identificadas para estas instalações, pelo que, em 2014, a AdO irá beneficiar da isenção do imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP) nestas instalações, após a celebração dos respetivos ARCE (Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia).

Com o objetivo de maximizar o aproveitamento da energia hidráulica à entrada, foram efetuados os *bypass* entre as condutas de entrada nas cubas e as tubagens de aspiração dos grupos eletrobomba, colocando as estações elevatórias de Casais do Araújo e de Fontelas a funcionar como sobressoras. Estas alterações permitiram reduções significativas dos custos específicos de elevação de água nestas instalações.

Ao nível da gestão e organização dos serviços de manutenção, em novembro de 2013 fez-se a transição para uma nova versão de *software* de gestão da manutenção, a qual, para além de uma melhor performance, inclui algumas novas funcionalidades, das quais se destaca a possibilidade de georreferenciação das ordens de trabalho.

Foi efetuado o lançamento e acompanhamento dos concursos para prestação de serviços de manutenção elétrica e mecânica e de serviços de limpeza de estações elevatórias e desobstrução de coletores.

Monitorização

Monitorização da qualidade da água para consumo humano - controlo legal

Atendendo ao Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR, a AdO realizou todas as colheitas planeadas e avaliou, diariamente, os resultados comunicados pelo laboratório subcontratado.

Os dados provenientes do laboratório e recolhidos em campo foram introduzidos em ficheiros específicos para o efeito, com a correspondente verificação de cumprimento dos valores paramétricos estabelecidos pela legislação em vigor e cumprimento geral do PCQA, nomeadamente em termos de número de análises realizadas.

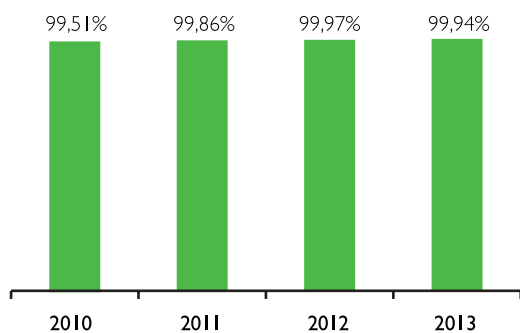
Trimestralmente, foram preparados e enviados, a todas as entidades gestoras “em baixa” e à ARS-LVT, os resultados analíticos obtidos no âmbito deste plano, os quais são também disponibilizados na área reservada disponível no *site* da AdO.

As situações de desvio aos valores paramétricos foram devidamente acompanhadas, com a comunicação as entidades respetivas.

Na Águas do Oeste o padrão natural da qualidade da água fornecida insere-se numa gama excelente, com taxas rigorosamente calculadas e que têm vindo a refletir uma absoluta segurança na qualidade do produto fornecido.

Em 2013 obteve-se uma taxa de 99,94% dos parâmetros de qualidade da água, mantendo-se a tendência, já verificada em anos anteriores, de elevadas taxas de qualidade da água. O gráfico seguinte demonstra os valores alcançados nos últimos anos, consequência de um trabalho profícuo de controlo do produto fornecido a todos os clientes da Águas do Oeste.

Avaliação da Conformidade Legal - PCQA



Monitorização da qualidade da água das ribeiras, lagoas e do mar

O Programa de Monitorização dos meios recetores englobou a realização de campanhas de amostragem em 35 ETAR e três emissários submarinos, num total de 80 pontos de amostragem.

No caso das campanhas em rios ou ribeiras, foram realizadas duas recolhas por ponto de descarga da ETAR (a montante e jusante). Esta metodologia foi aplicada em todas as ETAR, com a exceção da ETAR de São Martinho do Porto cuja amostragem foi efetuada apenas num ponto.

No que se refere à monitorização dos emissários submarinos, no caso de São Martinho do Porto, para além da ETAR, também são realizadas campanhas de amostragem em mais 6 pontos, localizados na baía de S. Martinho e junto ao Emissário Submarino.

No que se refere à monitorização dos emissários da Foz do Arelho e Nazaré, foi efetuada a monitorização em dois pontos destes emissários.

Manteve-se a estratégia de atuação nesta área, de forma a otimizar os recursos humanos e financeiros da AdO.

Está a decorrer o Plano de Monitorização de Meios Recetores relativo ao Ano Hidrológico 2013-2014, o qual foi previamente aprovado pela ARH. Foi dado cumprimento ao estabelecido no plano de monitorização aprovado pela ARH para o ano hidrológico 2012-2013.

Monitorização da qualidade da água – Controlo operacional

Em 2013 manteve-se a integração dos técnicos de colheita no Laboratório da DOP, no sentido de potenciar os conhecimentos associados às práticas laboratoriais e à uniformização de procedimentos, estando o laboratório de análises de águas de abastecimento localizado no laboratório do edifício de exploração da ETAR de Torres Vedras.

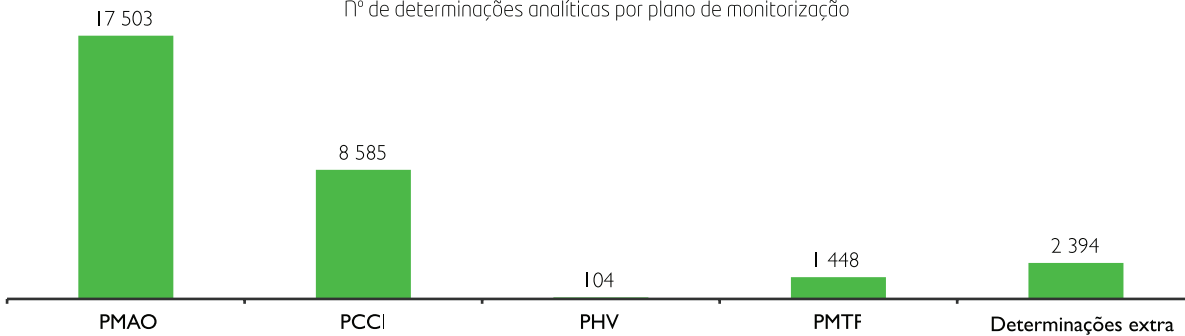
O DEAG manteve, contudo, a responsabilidade na execução dos planos de monitorização internos, efetuando avaliações periódicas ao conteúdo constante nos diversos planos de monitorização operacional.

No decorrer do ano de 2013, foi mantido o esforço de otimização dos planos de controlo analítico, tendo sido possível obter uma redução de cerca 9% nos custos anuais, face ao ano de 2012.

No âmbito dos planos e programas de monitorização da qualidade da água de controlo operacional, foram realizadas 30.034 determinações analíticas, as quais se distribuíram pelos seguintes planos de controlo analítico operacional, a saber: Plano de Monitorização da Água na Origem (PMAO) - 17.503, Plano de Controlo de Corrosão e Incrustação (PCCI) - 8.585, Plano de Monitorização do Troço Principal de Abastecimento de Água Alcanhões - Óbidos/ Sistema Norte (PMTP) – 1.448, Plano de Vigilância de água entregue (indiretamente) a clínicas de Hemodiálise (PVH) - 104 e 2.394 determinações extra.

Controlo Operacional

Nº de determinações analíticas por plano de monitorização



Desenvolvimento das atividades associadas a Saúde e Segurança no Trabalho

À semelhança do ano anterior, o trabalho desenvolvido no âmbito da saúde e segurança na Águas do Oeste durante o ano de 2013 assentou na parceria entre os serviços de segurança e os serviços de medicina no trabalho, sendo mantida uma cultura de formação (interna e externa), informação e sensibilização, acompanhada por práticas e procedimentos documentados e com a atribuição de equipamentos de proteção coletiva e individual.

A continuidade da elaboração/atualização de diversos estudos para avaliação das condições de trabalho constituiu também uma aposta do sistema de gestão.

Em 2013, foi dada continuidade à identificação de perigos e avaliação de riscos de diversas infraestruturas da Águas do Oeste, com a consequente definição de medidas de controlo para minimização dos riscos avaliados, cujos resultados foram posteriormente analisados e debatidos com os diversos serviços. No âmbito das comemorações do Dia Nacional da Prevenção e Segurança no Trabalho e, com o intuito de dar a conhecer o Sistema Integrado de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde, o Departamento de Sistemas de Responsabilidade Empresarial, em estreita colaboração com a Área de Comunicação e Educação Ambiental, promoveu, em abril de 2013 um seminário sobre “Sistemas integrados de gestão de responsabilidade empresarial nas atividades de abastecimento de água e tratamento de águas residuais”, para o qual todos os serviços deram o seu contributo e, onde participaram diversas entidades relacionadas com a atividade.

Comunicação e Educação Ambiental

A manutenção de uma estratégia de comunicação junto da comunidade onde se insere, através das diversas ações de educação e sensibilização ambiental realizadas direcionadas não só para os seus *stakeholders*, como também para a população em geral, continua a ser uma aposta da Águas do Oeste. Apesar das reduções que esta área da empresa tem tido nos últimos anos, decorrentes das orientações para o Setor Empresarial do Estado, a Águas do Oeste continua a implementar anualmente o seu Plano de Educação Ambiental (PEA), associando-se, sempre que possível, a iniciativas municipais. Um projeto que tem tido uma grande receptividade e procura por parte dos diversos públicos-alvo intervenientes, tendo no decorrer de 2013 contado com cerca de 4.800 participantes, num total de 71 ações de sensibilização realizadas.

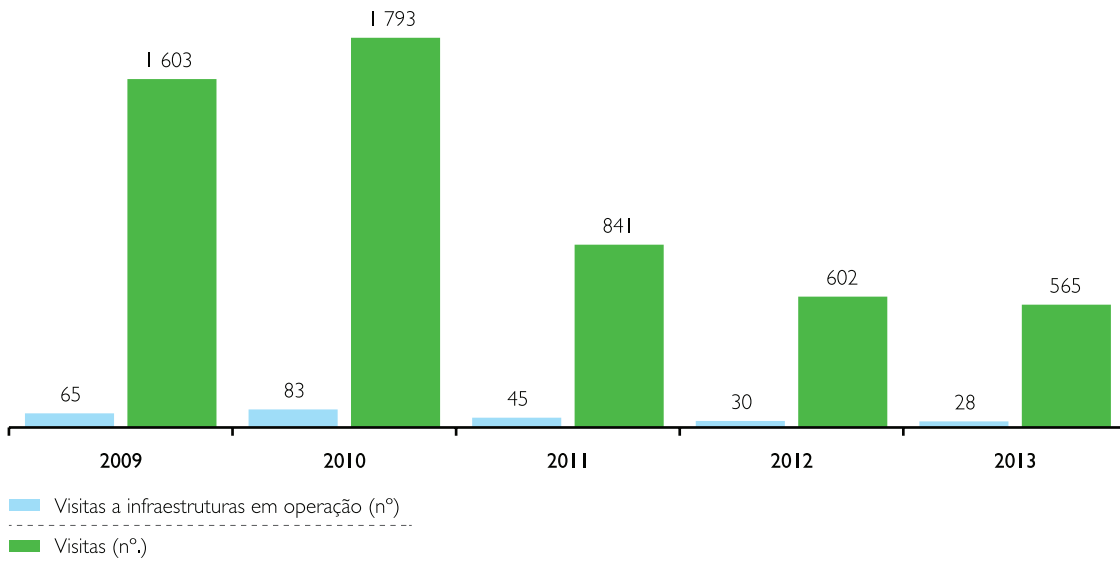
Neste âmbito a Águas do Oeste continuou a privilegiar os meios e os recursos existentes, assim como os suportes de comunicação isentos de custo ou de baixo custo, sempre que possível em formato digital, bem como o desenvolvimento, a adaptação e a participação em atividades de menor valor, dando continuidade às ações realizadas em anos anteriores.

Das atividades realizadas no decorrer de 2013, nas áreas da comunicação institucional e empresarial, destacam-se aquelas cujo objetivo se centra na promoção e divulgação da imagem da empresa, nomeadamente: **(i)** a publicitação de notas e comunicados de imprensa diversos, envio de respostas a pedidos de informação por parte dos órgãos de comunicação social da região e acompanhamento do impacto que as notícias veiculadas nos *media* têm na atividade da empresa, tendo no ano de 2013 sido monitorizadas um total 194 notícias, podendo considerar-se um índice de favorabilidade positivo de 3,225; **(ii)** a publicação de conteúdos de natureza diversa *no site* da empresa e edição periódica de uma *newsletter* eletrónica; **(iii)** a conceção de suportes de comunicação destinados à divulgação da atividade da empresa junto da população local, assim como de sinalética diversa; **(iv)** a produção e conceção do boletim informativo “Notícias Internas”, divulgado trimestralmente, divulgado internamente via *e-mail* junto de todos os colaboradores da Águas do Oeste.

No que se refere às atividades de Educação e Sensibilização Ambiental realizadas no decorrer de 2013, a aposta contínua no desenvolvimento de parcerias com os municípios, clientes e outros *stakeholders*, são exemplos de sucesso, sendo de realçar as comemorações conjuntas dos principais dias temáticos, iniciativas que contaram com o envolvimento direto de quase três milhares de crianças e jovens da região.

Outra das atividades no âmbito da sensibilização ambiental que a Águas do Oeste tem apostado ao longo dos anos são as visitas de estudo realizadas às suas ETAR, assim como a realização de visitas técnicas, que contaram com a participação de diversas instituições, universidades e escolas de formação regionais, para além da organização de “Dias Abertos às ETAR”, direcionados para a população em geral, donde se destacam duas visitas realizadas no âmbito do Programa Nacional “Ciência Viva no verão”, em parceria com a Nostrum (Associação de Defesa do Património Ambiental), para além de outros organizados em parceria com os municípios. No total, no decorrer do ano de 2013, foram realizadas 28 visitas a diversas ETAR da Águas do Oeste, com a participação de mais de meio milhão de visitantes, sendo de realçar que, desde a implementação do seu PEA, as ETAR da Águas do Oeste receberam mais de onze mil visitantes. O gráfico seguinte mostra a evolução dos últimos sete anos.

Evolução anual do número de visitas / visitantes às ETAR

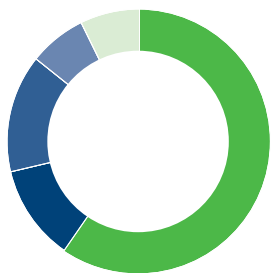


Também a implementação do Projeto Rios na área de concessão da empresa, através do acompanhamento das diversas equipas existentes, nas mais de duas dezenas de saídas de campo realizadas no ano de 2013, quer com o apoio direto da Águas do Oeste, quer através da Associação PATO e dos Centro de Educação Ambiental de Azambuja e de Torres Vedras, todos parceiros neste projeto, permitiram um forte contributo na implementação nacional do projeto, sensibilizando todos os envolvidos não só para a importância da preservação dos recursos hídricos, como para o importante contributo que a Águas do Oeste tem na melhoria da qualidade da água dos rios e ribeiras do Oeste, através do adequado tratamento que dá às águas residuais urbanas nas suas ETAR. Ainda integrado nos objetivos deste projeto, a Águas do Oeste organizou o 2º Encontro Regional do Projeto Rios, com a colaboração da Associação PATO e dos municípios envolvidos.

As parcerias com Eco-Escolas da região, com participação direta nos Conselhos Eco-Escolas e colaboração com palestras, seminários e outras atividades sobre o Ciclo Urbano da Água e o Uso Eficiente da Água, têm sido outra das apostas da Águas do Oeste em matéria de sensibilização ambiental.

Para além das iniciativas atrás resumidas destacam-se ainda a dinamização de ações de sensibilização em diversas praias da região Oeste, integradas no âmbito do programa “Bandeira Azul 2013”, realizadas em parceria com os municípios, entre outras.

Ações de Sensibilização: total de participantes envolvidos ; nº de ações



- Comemoração de Dias temáticos: Eventos Municipais, AdO e Est. Ensino **2881;13**
- Visitas a ETAR / Dias Abertos **565;28**
- Projeto Rios - Saídas de Campo **696;24**
- Ações de Sensibilização nas Praias **339;15**
- Ações/ Sessões de Divulgação/ Esclarecimento/ Seminários/ Workshops **351;13**

A aposta nas campanhas de educação e sensibilização ambiental têm tido ao longo dos anos um objetivo comum: educar para a sustentabilidade, através da consciencialização das populações para a importância ao nível da preservação dos recursos hídricos e do uso eficiente da água, ao mesmo tempo que dão a conhecer o papel relevante que a Águas do Oeste tem na gestão do ciclo urbano da água, com vista à garantia da qualidade da água fornecida e ao adequado tratamento das águas residuais, pelo que estas continuam a ser um dos pontos fortes da empresa junto dos seus *stakeholders* e da população em geral.

7. Objetivos de Gestão

Os objetivos de Gestão fixados para a Águas do Oeste, S.A., para o ano de 2013, pelos acionistas na Assembleia-Geral de 3 de julho de 2013, bem como os resultados obtidos encontram-se listados no quadro seguinte:

Indicadores	Valor Fixado ⁽¹⁾	Valor Atingido
Indicadores Financeiros – Eficiência		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)		
1. Plano de Redução de Custos (PRC)	(%) ≤ 110%	90,0%
Indicadores Financeiros – Rentabilidade e Crescimento		
(Assegurar a sustentabilidade económica e financeira do Sistema Multimunicipal)		
2. Dívida Comercial de devedores municipais (DCDMA)	(%) ≤ 120%	50,0%
3. Degradação da tesouraria de exploração (DTE)	(%) ≤ 100%	85,2%
3. ROCE	(%) ≥ 0,7%	0,5%
4. Margem EBITDA (ME)	(%) ≥ 75%	100,0%
Indicadores de Serviço – Ambiente		
(Contribuir para a prossecução das políticas públicas e objetivos nacionais no domínio do ambiente)		
6. Qualidade da Água (AQA)	(%) ≥ 97,5%	100,0%
7. Qualidade das Águas Residuais (AQAR)	(%) ≥ 95%	100,0%
Indicadores de Reporte – Cumprimento de Reporte		
(Desenvolvimento da cultura de grupo na empresa concessionária do Sistema Multimunicipal)		
9. Cumprimento de Orientações Corporativas (GCOC)	(%) 100%	100%
8. Cumprimento dos Prazos de Reporte	(dias) ≤ 0	-1

Os valores de attingimento indicados encontram-se devidamente auditados, tendo sido obtido o valor 2,03 de attingimento global.

8. Perspetivas para o Futuro

Em 2014 a Águas do Oeste continuará a pautar a sua atividade no sentido de cumprir o estabelecido no Contrato de Concessão e nos Contratos de Fornecimento e de Recolha, assim como nas orientações aprovadas pelos acionistas.

As restrições impostas ao Setor Empresarial do Estado, designadamente ao nível do financiamento e da capacidade para realizar o investimento previsto na concessão, bem como as restrições relativas ao pessoal e aos fornecimentos e serviços externos, não deixarão de condicionar a atividade da empresa em 2014. Continuará a ser feito um grande esforço no sentido de essas condicionantes não afetarem a qualidade do serviço prestado, nunca pondo em causa a garantia da qualidade da água fornecida.

A empresa continuará a prestar todo o apoio ao desenvolvimento dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira, no âmbito do processo de agregação de Sistemas Multimunicipais, que tem sido anunciado como podendo ser concretizado no segundo semestre de 2014, nos termos do que for solicitado pela AdP e pelos municípios acionistas. O desenvolvimento do processo de gestão integrada dos sistemas “em alta” e “em baixa” estará dependente da posição dos municípios, assegurando a AdO o empenho e o envolvimento que vier a ser solicitado pelos acionistas.

A gestão económica e financeira da AdO continuará a ter um cuidado redobrado, no sentido de garantir o cumprimento dos compromissos da concessão e de diminuir os encargos financeiros da empresa. Para tal, continuarão a ser desenvolvidos esforços no sentido de celebrar acordos de pagamento com as entidades gestoras da “baixa” que tenham dívidas vencidas, garantindo o pagamento desses montantes em atraso e, também, o pagamento das faturas futuramente emitidas pela empresa relativas ao serviço que regularmente for prestado, nos prazos estabelecidos nos contratos de fornecimento de água e de recolha de efluentes.

A renegociação do contrato de aquisição de água à EPAL, que se encontra para aprovação do Concedente, no sentido de o ajustar às perspetivas de consumo de água nos municípios abrangidos pelo Sistema Multimunicipal do Oeste, garantindo, também, a sustentabilidade económica e financeira da Concessão, com tarifas socialmente aceitáveis, trará, se aprovado, alterações significativas no funcionamento da empresa, em particular nas áreas mais diretamente associadas ao abastecimento de água.

No âmbito da atividade prevista para 2014, destaca-se ainda:

- a continuação dos esforços para que seja permitido à Águas do Oeste iniciar o fornecimento de água a todos os pontos de entrega, e nas condições previstas no contrato de concessão e nos contratos de fornecimento, incluindo o cumprimento do regime de exclusividade no abastecimento de água previsto nos referidos contratos;
- a melhoria contínua do funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e do serviço prestado, otimizando os recursos disponíveis, numa perspetiva de aumento da eficiência e do controlo e redução de custos, com destaque para a continuação do trabalho na gestão da energia (transferência dos consumos de energia das horas de ponta para as horas de menor custo, redução de potência consumida, racionalização dos tempos de funcionamento e otimização do rendimento de alguns equipamentos);
- a manutenção do cumprimento integral do Plano de Controlo de Qualidade da Água e dos restantes planos de monitorização associados ao abastecimento de água, dos Programas de Auto-Controlo estabelecidos nas Licenças de Utilização de Recursos Hídricos e demais exigências de controlo de qualidade, estabelecidas na legislação em vigor; no que se refere à monitorização da qualidade das águas residuais descarregadas;
- a manutenção das alterações já introduzidas na exploração de alguns sistemas de abastecimento, com o objetivo de potenciar a utilização da quantidade de água fornecida com origem na EPAL em detrimento da proveniente de captações próprias;
- a aprovação, pelo Concedente, do Regulamento de Exploração do Serviço Público de Abastecimento de Água do Sistema Multimunicipal do Oeste;
- a faturação com base nos caudais medidos no sistema de saneamento, em todos os municípios, após a obtenção da respetiva autorização pelo Concedente;
- a continuação do trabalho desenvolvido com as entidades gestoras “em baixa”, na identificação de descargas de águas residuais não urbanas provenientes dos sistemas municipais, com vista à eliminação ou diminuição do seu impacto negativo no funcionamento das instalações de tratamento e no aumento dos custos da empresa;
- a análise e a identificação, com as entidades gestoras “em baixa”, de intervenções a realizar, no sentido do controlo das aflúncias indevidas ao sistema de saneamento, em períodos de elevada pluviosidade;
- a continuação da realização de diversas intervenções nos sistemas de arejamento, de desodorização e de desinfecção das ETAR, e nas estações elevatórias, de reduzida expressão financeira e com significativo impacto na redução de custos energéticos, decorrente de análises iniciadas durante os anos anteriores;
- o desenvolvimento de diversas empreitadas de recolha e tratamento de águas residuais, sendo de salientar o lançamento de concursos referentes às ETAR de Margem Norte (Óbidos) e de Santiago dos Velhos (Arruda dos Vinhos) e de alguns troços fundamentais para o pleno arranque de alguns sistemas;
- a continuação dos processos de vistoria, para efeitos de receção definitiva de empreitadas, e posterior acompanhamento na execução de correções ao abrigo da garantia;
- a continuação dos processos conducentes a um adequado inventário e gestão do património afeto à concessão, com destaque para a avaliação funcional das infraestruturas;
- a realização de alguns investimentos de substituição de equipamento, com o objetivo de melhorar a qualidade e a fiabilidade do serviço prestado pela AdO;
- a continuação do processo de integração de instalações no sistema de telegestão, de acordo com a sua prioridade e com o previsto em orçamento e a otimização das suas funcionalidades, numa perspetiva de melhoria da qualidade do serviço, aumento da eficiência dos processos e de controlo e redução de custos;

- a manutenção da certificação, por parte de entidade externa, do sistema de gestão de responsabilidade empresarial, nas vertentes de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, com o alargamento das infraestruturas abrangidas;
- a continuação da implementação de mecanismos que visem garantir a sustentabilidade económica da empresa e o seu adequado controlo financeiro;
- a contínua melhoria dos processos de gestão do risco empresarial;
- a continuação da aplicação da matriz de indicadores de desempenho;
- a conclusão dos procedimentos de contratação, com destaque para as prestações de serviços associadas à manutenção de infraestruturas, à recolha, transporte e encaminhamento a destino final das lamas e areias produzidas, à manutenção de espaços verdes, à limpeza e higienização de Infraestruturas e ao aluguer de viatura para transporte de efluentes e lamas, limpezas industriais e desobstruções nas infraestruturas de tratamento de águas residuais;
- a continuação do trabalho já desenvolvido para a obtenção das licenças de descarga de águas residuais ainda não emitidas ou em fase de renovação, das licenças de captação de água subterrânea pendentes, e dos licenciamentos / autorizações para ocupação de áreas REN, RAN e DPH ainda pendentes, junto das entidades competentes;
- o acompanhamento do processo de fecho dos relatórios finais dos projetos financiados pelo Fundo de Coesão, junto das entidades competentes (POVT e IFDR);
- a elaboração do relatório final do Projeto financiado pelo BEI-III;
- a harmonização da estrutura organizativa e designação dos subsistemas e infraestruturas do Sistema Multimunicipal, com destaque para as Ordens de Exploração SAP, sistema AQUAMAN e SIG;
- a criação de uma Intranet, com vista à disponibilização de informação de interesse relevante para os colaboradores da Empresa;
- a reestruturação da rede informática da Empresa, com a substituição dos servidores principais e a disponibilização de novos serviços aos utilizadores, com vista a melhorar a produtividade e acesso à informação;
- a continuação do carregamento das telas finais dos sistemas intercetores e ETAR no SIG da AdO, com vista a disponibilizar aos utilizadores da ferramenta WebSIG informação cadastral mais pormenorizada sobre as infraestruturas da Empresa;
- o início do processo de levantamento cadastral das principais infraestruturas transferidas dos municípios para a Empresa;
- a continuação do programa de educação ambiental, envolvendo a participação de alunos e professores de diversos estabelecimentos de ensino e da população, condicionado às disponibilidades financeiras previstas no orçamento da Empresa.

9. Factos Relevantes Após o Termo do Exercício

Não ocorreram fatos relevantes após o termo do exercício.

10. Sucursais da Sociedade

A Sociedade não tem qualquer sucursal.

11. Considerações Finais

A Águas do Oeste agradece a colaboração prestada pelo Concedente, através do titular da pasta do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia.

A Águas do Oeste agradece, ainda, toda a colaboração prestada pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, em particular ao seu Conselho Diretivo.

Aos Municípios acionistas, à Águas de Portugal e à Comunidade Intermunicipal do Oeste agradecemos a disponibilidade e o apoio manifestado na persecução da Missão e dos objetivos da Empresa.

Os agradecimentos são extensivos à Mesa da Assembleia-Geral, ao Revisor Oficial de Contas e ao Auditor.

Um agradecimento especial para todos os colaboradores da Empresa que, num quadro particularmente difícil, que se tem prolongado no tempo, contribuíram para os resultados obtidos.

Consciente da importância do seu papel, a Águas do Oeste continuará a pautar a sua atividade pelos mais elevados níveis de desempenho, procurando contribuir eficazmente para o desenvolvimento da região em que se insere, contando com o envolvimento de todos os Colaboradores e o apoio de Acionistas, Clientes, Regulador, Fornecedores e Comunidade Envolvevente.

12. Proposta de Aplicação de Resultados

As contas respeitantes ao exercício de 2013 conduzem a um Resultado Líquido negativo de 3.014.830,96 euros.

Propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

Resultados Transitados..... 3.014.830,96 euros.

13. Anexo ao Relatório

Em cumprimento do disposto no n.º 5 do art.º 447º e do n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais vem-se informar que os membros dos Órgãos Sociais não detêm ações da Sociedade e o Capital Social da Águas do Oeste, S.A. era, em 31 de dezembro de 2013, integralmente detido pelos acionistas que constam do quadro seguinte:

Acionista	Nº Ações (Classe A)			Capital Subscrito			% Capital Detido		
	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total	1º Fase	2º Fase	Total
AdP- Águas de Portugal, SGPS, S.A.	510 000	2 550 000	3 060 000	2 550 000	12 750 000	15 300 000	51,00%	51,00%	51,00%
Comunidade Intermunicipal do Oeste	1 000	0	1 000	5 000	0	5 000	0,10%	0,00%	0,02%
Município de Alcobaça	141 769	166 269	308 038	708 845	831 345	1 540 190	14,18%	3,33%	5,13%
Município de Alenquer	1 000	339 534	340 534	5 000	1 697 670	1 702 670	0,10%	6,79%	5,68%
Município de Arruda dos Vinhos	1 000	86 933	87 933	5 000	434 665	439 665	0,10%	1,74%	1,47%
Município de Azambuja	1 000	355 977	356 977	5 000	1 779 885	1 784 885	0,10%	7,12%	5,95%
Município do Bombarral	36 970	55 470	92 440	184 850	277 350	462 200	3,70%	1,11%	1,54%
Município do Cadaval	42 192	50 854	93 046	210 960	254 270	465 230	4,22%	1,02%	1,55%
Município das Caldas da Rainha	210 268	0	210 268	1 051 340	0	1 051 340	21,03%	0,00%	3,50%
Município da Lourinhã	4 876	236 507	241 383	24 380	1 182 535	1 206 915	0,49%	4,73%	4,02%
Município da Nazaré	1 000	92 701	93 701	5 000	463 505	468 505	0,10%	1,85%	1,56%
Município de Óbidos	44 925	55 361	100 286	224 625	276 805	501 430	4,49%	1,11%	1,67%
Município de Peniche	1 000	131 137	132 137	5 000	655 685	660 685	0,10%	2,62%	2,20%
Município de Rio Maior	1 000	156 964	157 964	5 000	784 820	789 820	0,10%	3,14%	2,63%
Município de Sobral de Monte Agraço	1 000	63 982	64 982	5 000	319 910	324 910	0,10%	1,28%	1,08%
Município de Torres Vedras	1 000	658 311	659 311	5 000	3 291 555	3 296 555	0,10%	13,17%	10,99%
	1 000 000	5 000 000	6 000 000	5 000 000	25 000 000	30 000 000	100%	100%	100%

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que na data do encerramento do exercício social o acionista AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. detinha uma participação igual ou superior a 10%, mais precisamente 3.060.000 de ações com o valor nominal de 5,00 euros (cinco euros), correspondentes a 51,00% do Capital Social da Águas do Oeste, S.A..

Nos termos do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, cumpre informar que no exercício de 2013:

- A Sociedade não tem ações próprias;
- Não se registaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os seus Administradores.

Gaeiras, 25 de fevereiro de 2014

O Conselho de Administração:



Carlos Manuel Martins,
(Presidente)



Arménio de Figueiredo,
(Administrador-Delegado)



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras,
(Vogal)



Contas do Exercício de 2013





Contas do Exercício de 2013

1. Introdução

Nos termos da Lei e dos Estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Oeste, S.A., submeter à apreciação da Assembleia-Geral desta Empresa as Contas do Exercício do ano de 2012.

Em termos de apresentação o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstrações da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração do Rendimento Integral;
- Demonstração das Variações do Capital Próprio;
- Demonstração e Anexo dos Fluxos de Caixa.

Constituem, também, elementos do Relatório os seguintes Anexos:

- Notas às Demonstrações Financeiras

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Fiscal Único;
- Certificação Legal de Contas;
- Relatório do Auditor Externo.

Demonstração da posição financeira

Unidade: euros

Ativo	Notas	31.12.2013	31.12.2012
		IFRS	IFRS
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	6	218 368 748,34	227 526 015,06
Ativos fixos tangíveis			
Propriedades de Investimento			
Investimentos financeiros	7	8 701 623,53	7 734 117,94
Impostos diferidos Ativos	8	3 934 078,93	4 564 432,15
Clientes e outros Ativos não correntes	10	2 394 815,47	5 619 907,00
Total dos Ativos não correntes		233 399 266,27	245 444 472,15
Ativos Correntes			
Inventários	9	26 249,12	22 992,71
Clientes	10	32 762 348,82	33 759 775,63
Estado e outros entes públicos	11	269 974,31	155 636,27
Imposto sobre o rendimento do exercício	22	320 764,49	347 086,06
Outros Ativos correntes	12	15 773 267,23	15 618 608,79
Caixa e seus equivalentes	13	1 579 144,19	1 739 936,01
Total dos Ativos correntes		50 731 748,16	51 644 035,47
Total do Ativo		284 131 014,43	297 088 507,62
Capital Próprio dos Acionistas majoritários			
Capital Social	14	30 000 000,00	30 000 000,00
Reservas e outros ajustamentos	14	97 520,91	97 520,91
Resultados transitados	14	(9 443 216,06)	(6 274 547,71)
Resultado líquido do exercício		(3 014 830,96)	(3 168 668,35)
Total dos Capitais Próprios		17 639 473,89	20 654 304,85
Passivos Não Correntes			
Provisões		-	-
Empréstimos	15	120 824 062,29	122 734 310,93
Fornecedores e outros passivos não correntes	16	11 140 994,45	11 734 350,17
Impostos Diferidos Passivos	8	2 260 292,59	2 999 643,34
Acréscimos de Custos de Investimento Contratual	17	9 742 847,69	8 832 779,26
Subsídios ao Investimento	18	92 356 235,27	96 166 018,54
Total dos Passivos não Correntes		236 324 432,29	242 467 102,24
Passivos Correntes			
Empréstimos	15	17 748 010,00	22 503 404,80
Fornecedores	19	7 584 761,95	7 257 598,62
Outros passivos correntes	20	4 478 101,60	3 907 292,98
Estado e outros entes públicos	11	356 234,70	298 804,13
Imposto sobre o rendimento do exercício	21		
Total dos Passivos Correntes		30 167 108,25	33 967 100,53
Total do Passivo		266 491 540,54	276 434 202,77
Total do Passivo e do capital próprio		284 131 014,43	297 088 507,62

Demonstração dos resultados

Unidade: euros

		31.12.2013	31.12.2012
	Notas	IFRS	IFRS
Vendas	22	18 120 335,82	19 054 990,35
Prestação de Serviços	22	13 224 053,92	10 948 895,54
Volume de negócios		31 344 389,74	30 003 885,89
Custo das vendas	23	(10 991 699,10)	(10 635 403,16)
Margem bruta		20 352 690,64	19 368 482,73
Fornecimentos e serviços externos	24	(9 111 129,41)	(8 919 302,77)
Gastos com o Pessoal	25	(3 052 004,39)	(2 499 638,19)
Amortizações, Depreciações e Reversões	26	(10 898 856,58)	(10 479 731,55)
Provisões, Ajustamentos e Reversões		-	-
Subsídios ao Investimento	19	3 783 486,39	3 657 425,95
Outros gastos e perdas operacionais	27	(492 454,44)	(383 947,74)
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	1 19 661,76	232 573,41
Resultados operacionais		701 393,97	975 861,84
Gastos financeiros	29	(5 849 535,21)	(6 437 864,95)
Rendimentos financeiros	30	2 062 992,28	2 191 763,22
Ganhos/(perdas) de investimentos financeiros			
Resultados financeiros		(3 786 542,93)	(4 246 101,73)
Resultados antes de impostos		(3 085 148,96)	(3 270 239,89)
Imposto do exercício	21	(38 679,53)	(36 785,88)
Imposto diferido	8 e 21	108 997,53	138 357,42
Resultado Líquido do Exercício		(3 014 830,96)	(3 168 668,35)
Rendimento Integral		(3 014 830,96)	(3 168 668,35)
Resultado por Ação (básico e diluído)	14	(0,50)	(0,53)
Rendimento Integral por Ação (básico e diluído)	14	(0,50)	(0,53)

Demonstração das variações do capital próprio

Unidade: euros

		Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldo a 31 de dezembro de 2011	IFRS	29 733 969,60	77 730,88	(6 650 558,35)	395 800,67	23 556 942,80
Aplicação do Res. Líquido do Exercício			19 790,03	376 010,64	(395 800,67)	0,00
Realização de Capital Social		266 030,40				266 030,40
Dividendos pagos						-
Resultado Líquido do Exercício					(3 168 668,35)	(3 168 668,35)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	IFRS	30 000 000,00	97 520,91	(6 274 547,71)	(3 168 668,35)	20 654 304,85
Aplicação do Res. Líquido do Exercício				(3 168 668,35)	3 168 668,35	-
Realização de Capital Social						-
Dividendos pagos						-
Resultado Líquido do Exercício					(3 014 830,96)	(3 014 830,96)
Saldo a 31 de dezembro de 2013	IFRS	30 000 000,00	97 520,91	(9 443 216,06)	(3 014 830,96)	17 639 473,89

Demonstração dos fluxos de caixa

Unidade: euro

	31.12.2013	31.12.2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	38 524 829,08	28 929 401,49
Pagamentos a Fornecedores	(22 460 390,43)	(21 035 354,86)
Pagamentos ao pessoal	(1 658 986,79)	(1 671 716,85)
Pagamento de IRC	(180 942,77)	(261 869,52)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	(1 354 080,05)	(743 324,38)
	12 870 429,04	5 217 135,88
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimentos de Investimentos Financeiros	-	-
Recebimentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Recebimentos de Ativos Fixos Intangíveis	-	-
Recebimentos de Subsídios de Investimento	1 286 318,14	2 572 636,28
Recebimentos de juros e proveitos similares	464 924,40	471 917,28
Pagamentos de Investimentos Financeiros	(967 505,59)	(1 231 174,60)
Pagamentos de Direitos de Utilização	(2 106 095,60)	(3 088 893,36)
Pagamentos de Ativos Fixos Intangíveis	(46 093,39)	(779 163,00)
	(1 368 452,04)	(2 054 677,40)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de empréstimos obtidos	4 920 695,00	18 991 269,87
Recebimentos de realizações de capital	-	266 030,40
Pagamentos de empréstimos obtidos	(11 636 399,80)	(14 309 210,18)
Pagamentos de juros e gastos similares	(4 947 064,02)	(6 292 706,12)
Pagamentos de dividendos	-	-
	(11 662 768,82)	(1 344 616,03)
Varição de Caixa e seus Equivalentes		
	(160 791,82)	1 817 842,45
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 739 936,01	(77 906,44)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 579 144,19	1 739 936,01
	(160 791,82)	1 817 842,45

Decomposição de caixa e seus equivalentes

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	1 200,00	1 200,00
Depósitos à ordem	1 577 944,19	1 738 736,01
Depósitos a prazo	-	-
	1 579 144,19	1 739 936,01
Descobertos Bancários	-	-
	1 579 144,19	1 739 936,01

Notas às demonstrações financeiras

1. Atividade económica da Águas do Oeste, S.A.

1.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A. (adiante designada também por Águas do Oeste ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 30.000.000 euros, foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro, tendo a sua sede social no Convento de São Miguel das Gaeiras, 2510-718 Gaeiras. A Águas do Oeste tem como atividade principal a exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste.

1.2 Atividade

A estrutura acionista da Águas do Oeste é composta pela empresa AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A, pela Comunidade Intermunicipal do Oeste e pelos municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço, e Torres Vedras.

A Empresa tem por objeto, nos termos do artigo 3.º dos seus Estatutos a "...exploração e gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste...". Tendo por base um Contrato de Concessão celebrado com o Estado Português em 24 de janeiro de 2001, foi atribuída à Empresa, em regime de exclusividade, a concessão da exploração e gestão, incluindo igualmente a conclusão da conceção, a construção das obras e equipamentos, bem como a sua exploração, reparação, renovação e manutenção do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Oeste, pelo prazo de 30 anos. Contudo, no aditamento ao Contrato ao Contrato de Concessão entre o Estado Português a Águas do Oeste, S.A., celebrado em 19 de dezembro de 2003, foi estabelecida a prorrogação do prazo de concessão até ao final do ano de 2035.

1.3 Acionistas

São acionistas da Águas do Oeste, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (51% do Capital Social), a Comunidade Intermunicipal do Oeste (0,02%), o município de Alcobaça (5,13%), município de Alenquer (5,68%), município de Arruda dos Vinhos (1,47%), município de Azambuja (5,95%), município de Bombarral (1,54%), município de Cadaval (1,55%), município de Caldas da Rainha (3,50%), município de Lourinhã (4,02%), município de Nazaré (1,56%), município de Óbidos (1,67%), município de Peniche (2,20%), município de Rio Maior (2,63%), município de Sobral de Monte Agraço (1,08%), e o município de Torres Vedras A (10,99%).

1.4 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas Demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 6 de março de 2014.

2. Políticas contabilísticas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2012.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste foram preparadas segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.1.1 Novas normas e alteração de políticas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não ocorreram alterações voluntárias de políticas contábilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos, que decorram da aplicação de novas normas emitidas após 31 de dezembro de 2011.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2013.

- **Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) – Apresentação de rubricas de Outro rendimento integral >** (i) As alterações introduzem nova terminologia para o título da “Demonstração de rendimento integral”, que na norma passa a ser redenominada como “Demonstração dos resultados e de outro rendimento integral”. Contudo, a aplicação e uso do título redenominado não é de aplicação obrigatória, podendo as entidades continuar a usar para as suas demonstrações financeiras títulos que não sejam usados na norma. (ii) As alterações da IAS 1 mantêm a possibilidade de apresentar os resultados e o outro rendimento integral quer numa única demonstração quer em duas demonstrações separadas, desde que consecutivas. Contudo, as alterações à IAS 1 requerem que as rubricas de outro rendimento integral sejam agrupadas em duas categorias: **a)** rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, e **b)** rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados, logo que estejam preenchidas determinadas condições. As alterações à IAS 1 devem ser aplicadas retrospectivamente, pelo que a apresentação (grupos separados) das rubricas de outro rendimento integral deve ser modificada para refletir estas alterações também no período comparativo.
- **Alterações à IAS 19 Benefícios dos empregados (Regulamento n.º 475/2012, de 5 de junho) >** As alterações mais significativas nesta nova versão da IAS 19 relacionam-se com a contabilização de alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano. As alterações na nova versão da IAS 19 requerem que as alterações nas obrigações de benefícios definidos e as alterações no justo valor dos ativos do plano sejam reconhecidas no momento em que ocorrem, eliminando assim a abordagem de “corridor” permitida pela versão anterior da IAS 19 e acelerando assim o reconhecimento dos custos com serviços passados. Com esta nova versão da IAS 19, todos os ganhos e perdas atuariais deverão ser reconhecidos imediatamente em outro rendimento integral. Além disso, o custo de juros e retorno esperado dos ativos do plano, usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos, nesta nova versão, por um montante de “juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos”, que é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos. Em adição, esta nova versão da IAS 19 introduz determinadas alterações na apresentação dos custos de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensivas. A nova versão da IAS 19 deverá ter aplicação retrospectiva.
- **Adoção da IFRS 13 Mensuração pelo justo valor (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) >** A IFRS 13 estabelece um quadro único para o cálculo do justo valor de acordo com as IFRS (exceto para pagamentos com base em ações no âmbito da IFRS 2, transações de locação no âmbito da IAS 17 e mensurações que têm algumas semelhanças com o justo valor, mas que não são justo valor, como por exemplo o valor realizável líquido na mensuração de inventários, ou como por exemplo o valor de uso para aferição de imparidades) e fornece orientações abrangentes sobre a forma de calcular o justo valor de ativos e passivos, tanto financeiros como não financeiros. A IFRS 13 define justo valor como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração. O justo valor na IFRS 13 consiste num “preço de saída”, independente de esse preço ser diretamente observável ou estimado por recurso a outra técnica de avaliação. A IFRS 13 inclui requisitos extensos de divulgações adicionais. A IFRS 13 requer apenas uma aplicação prospetiva, a partir de 1 de janeiro de 2013, pelo que os requisitos de divulgação não são exigidos para a informação comparativa de períodos anteriores antes da aplicação inicial da norma.
- **Alterações à IAS 12 Impostos sobre o rendimento (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) – Imposto diferido: recuperação de ativos subjacentes >** O objetivo das alterações consiste em introduzir uma exceção ao princípio de mensuração contido na IAS 12, sob a forma de uma presunção refutável de que o montante escriturado de um bem de investimento mensurado pelo justo valor será recuperado através da venda e que uma entidade será obrigada a utilizar a taxa de imposto aplicável à venda do ativo subjacente. Estas alterações à IAS 12 vêm suprimir a SIC 21 Impostos sobre o Rendimento – Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados, cujo teor passa a estar incluído na própria norma que passa a incluir mais exemplos ilustrativos de aplicação.
- **Alterações à IFRS 1 Adoção pela primeira vez (i) Hiperinflação grave e supressão de datas fixas para os adotantes pela primeira vez: (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro) >** O objetivo destas emendas à IFRS 1 consiste em introduzir uma nova isenção, designadamente, as entidades que foram sujeitas a uma hiperinflação grave são autorizadas a utilizar o justo valor como custo considerado para os seus ativos e passivos na demonstração financeira de abertura de acordo com as IFRS. As emendas substituem ainda as referências a datas fixas, na IFRS 1, por referências à data de transição.

- (ii) **Empréstimos governamentais (Regulamento n.º 183/2013, de 4 de março)** > As emendas à IFRS 1 tratam os empréstimos recebidos de Governos a uma taxa de juro inferior à do mercado e têm por objetivo conceder aos adotantes pela primeira vez das IFRS uma dispensa da aplicação total e retrospectiva na transição para as IFRS.
- **IFRIC 20 Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto (Regulamento n.º 1255/2012, de 11 de dezembro)** > O objetivo da IFRIC 20 consiste em fornecer orientações sobre o reconhecimento dos custos de produção relacionados com a descobertura como um ativo e sobre a mensuração inicial e subsequente do ativo correspondente às atividades de descobertura, de forma a reduzir a diversidade, na prática, quanto à forma como as entidades contabilizam os custos de descobertura incorridos na fase de produção de uma mina a céu aberto.
 - **Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações e à IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação (Regulamento n.º 1256/2012, de 13 de dezembro)** > O objetivo da emenda à IFRS 7 é exigir a apresentação de informação quantitativa adicional sobre compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, de maneira a que os utentes possam comparar e conciliar melhor as divulgações de acordo com as IFRS e as divulgações de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites (GAAP) dos EUA. Por outro lado, o IASB emendou a IAS 32 por forma a fornecer orientações adicionais para reduzir as incoerências na aplicação prática da norma> Regulamento 1256/2012, de 13 de dezembro.
 - **Melhoramentos anuais: ciclo de 2009-2011 (Regulamento n.º 301/2013, de 27 de março)** > Os melhoramentos incluem emendas a cinco IFRS, que se sumarizam de seguida: o **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Aplicação repetida da IFRS 1** > As emendas clarificam que uma entidade pode aplicar a IFRS 1 se as mais recentes demonstrações financeiras não continham uma declaração de conformidade, explícita e sem reservas, com as IFRS, mesmo se já tivesse aplicado a IFRS 1 no passado.
 - **IFRS 1 Adoção pela primeira vez - Custos de empréstimos obtidos** > As emendas clarificam que custos de empréstimos obtidos capitalizados de acordo com PCGA anteriores antes da data de transição para as IFRS poderão ser usados sem ajustamento no montante previamente capitalizado à data de transição.
 - **IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras - Clarificação dos requisitos para informação comparativa** > As emendas especificam que uma terceira demonstração da posição financeira é requerida quando: **a)** uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente, ou efetua uma reexpressão ou reclassificação retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras, e **b)** a aplicação retrospectiva, reexpressão ou reclassificação tem um efeito material na informação na terceira demonstração da posição financeira. As emendas especificam que não é requerido que sejam apresentadas as notas conexas acompanhem a terceira demonstração da posição financeira.
 - **IAS 16 Ativos fixos tangíveis - Classificação de equipamentos de serviço (peças sobressalentes, equipamentos de reserva e de manutenção)**>As emendas clarificam que as peças sobressalentes, equipamento de reserva e de manutenção devem ser classificados como ativos fixos tangíveis quando cumprem a definição de ativos fixos tangíveis estabelecida na IAS 16 e como inventários nas outras situações.
 - **IAS 32 Instrumentos financeiros: Apresentação – Efeito fiscal da distribuição aos detentores de instrumentos de capital próprio** > As emendas clarificam que o imposto sobre o rendimento nas distribuições aos detentores de instrumentos de capital próprio devem ser contabilizados de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.
 - **IAS 34 Relato financeiro intercalar** > As emendas clarificam que o total de ativos e total de passivos de um determinado segmento de relato deverão ser divulgados separadamente se esses montantes forem apresentados regularmente ao principal responsável pela tomada de decisões operacionais e se se tiver verificado uma alteração substancial do valor divulgado nas últimas demonstrações financeiras anuais para esse segmento de relato.

Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de Janeiro de 2014.

- **Adoção da IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas, da IFRS 11 Acordos conjuntos e da IFRS 12 Divulgação de interesses noutras entidades, bem como das versões alteradas da IAS 27 Demonstrações financeiras separadas e da IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Regulamento n.º 1254/2012, de 11 de dezembro)**> O objetivo da IFRS 10 é fornecer um modelo de consolidação único, que identifica a relação de controlo como base para a consolidação de todos os tipos de entidades. A IFRS 10 substitui a IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação — Entidades com finalidade especial. A IFRS 11 estabelece princípios para o relato financeiro pelas partes em acordos conjuntos e substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas – Contribuições não monetárias por empreendedores. A IFRS 12 combina, reforça e substitui os requisitos de divulgação para as filiais, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. Em consequência destas novas IFRS, o IASB emitiu igualmente uma versão alterada da IAS 27 e da IAS 28.

- **Emendas à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, à IFRS 11 Acordos Conjuntos e à IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades** (Regulamento n.º 313/2013, de 4 de abril)> O objetivo das emendas consiste em clarificar a intenção do IASB quando emitiu pela primeira vez as orientações de transição relativas à IFRS 10. As emendas proporcionam também uma flexibilidade de transição suplementar relativamente à IFRS 10, à IFRS 11 e à IFRS 12, limitando o requisito de prestação de informações comparativas ajustadas apenas ao período comparativo precedente. Além disso, para as divulgações relativas a entidades estruturadas não consolidadas, as emendas suprimem a obrigação de apresentar informações comparativas para os períodos anteriores à aplicação pela primeira vez da IFRS 12.
- **Alterações à IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgação de Interesses Noutras Entidades e IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas** (Regulamento n.º 1174/2013, de 20 de novembro)> A IFRS 10 é emendada a fim de refletir melhor o modelo de negócio das entidades de investimento. Exige que essas entidades mensurem as suas filiais pelo justo valor através dos resultados, em vez de procederem à respetiva consolidação. A IFRS 12 é emendada a fim de exigir uma divulgação específica sobre essas filiais das entidades de investimento. As emendas à IAS 27 eliminaram ainda a opção que era dada às entidades de investimento no sentido de mensurarem os seus investimentos em determinadas filiais pelo custo ou pelo justo valor nas suas demonstrações financeiras separadas. As emendas à IFRS 10, à IFRS 12 e à IAS 27 implicam, por conseguinte, emendas à IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 7, IAS 12, IAS 24, IAS 32, IAS 34 e IAS 39, a fim de assegurar a coerência entre as normas internacionais de contabilidade.
- **Alterações à IAS 36 Imparidade de ativos** (Regulamento n.º 1374/2013, de 19 de dezembro)> As principais alterações envolvem: **(i)** a remoção do requisito de divulgação da quantia recuperável das unidades geradoras de caixa relativamente às quais não foi reconhecida qualquer imparidade; **(ii)** introdução do requisito de divulgar informação acerca dos pressupostos-chave, técnicas de avaliação e nível aplicável da hierarquia de justo valor para qualquer ativo individual (incluindo o *goodwill*) ou para qualquer unidade geradora de caixa relativamente aos quais foi reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade durante o período, e para as quais o valor recuperável consiste no justo valor menos custos de vender; **(iii)** introdução do requisito de divulgação das taxas de desconto que foram usadas no período corrente e em mensurações anteriores das quantias recuperáveis dos ativos em imparidade que tenham sido baseadas no justo valor menos custos de vender usando a técnica do valor presente; **(iv)** remoção do termo “material”, por se ter considerado desnecessária a referência explícita quando a norma faz referência aos requisitos de divulgações para os ativos (incluindo *goodwill*) ou unidades geradoras de caixa, para os quais uma perda ou reversão “material” de imparidade tenha sido incorrida durante o período.
- **Alterações à IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura** (Regulamento n.º 1375/2013, de 19 de dezembro)> O objetivo das alterações é o de resolver as situações em que um derivado designado como instrumento de cobertura é objeto de novação entre uma contraparte e uma contraparte central por razões legais ou regulamentares. A solução prevista permitirá a continuação da contabilidade de cobertura independentemente da novação, o que não seria permitido na ausência destas emendas.

Novas normas ainda não endossadas pela União Europeia e com aplicação após 1 de janeiro de 2014.

- **IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros).**
A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Ativos Financeiros:

Todos os ativos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor:

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objetivo da detenção do ativo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os *cash-flows* contratualizados; e
- nos termos contratados os ativos financeiros irão gerar, em datas determinadas, *cash-flows* que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor:

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de **(i)** na Demonstração de Rendimento integral ou **(ii)** Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos ativos financeiros.

- **IAS 19 R – Benefícios de Empregados (Emenda): Contribuições de empregados**

Esta emenda aplica-se a contribuições de empregados ou terceiros para planos de benefícios definidos. Simplifica a contabilização das contribuições que sejam independentes do número de anos de prestação de serviço do empregado, como por exemplo, contribuições efectuadas pelo empregado que sejam calculadas com base numa percentagem fixa do salário, que sejam uma quantia fixa ao longo de todo o período de serviço ou uma quantia que dependa da idade do empregado. Tais contribuições passam a poder ser reconhecidas como uma redução dos custos do serviço no período em que o serviço é prestado.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2010-2012, o IASB introduziu oito melhorias em sete normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 2 Pagamentos com base em Acções

Actualiza definições, clarifica o que se entende por condições de aquisição e clarifica ainda situações relacionadas com preocupações que haviam sido levantadas sobre condições de serviço, condições de mercado e condições de performance..

IFRS 3 Combinações de Negócios

Introduz alterações no reconhecimento das alterações de justo valor dos pagamentos contingentes que não sejam instrumentos de capital. Tais alterações passam a ser reconhecidas exclusivamente em resultados do exercício.

IFRS 8 Segmentos Operacionais

Requer divulgações adicionais (descrição e indicadores económicos) que determinaram a agregação do segmentos.

A divulgação da reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis com o total de ativos da entidade só é exigida se for também reportada ao gestor responsável, nos mesmos termos da divulgação exigida para os passivos do segmento.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Clarifica que as contas a receber e as contas a pagar sem juro declarado podem ser mensuradas ao valor nominal quando o efeito do desconto é imaterial. Assim, a razão pela qual foram eliminados parágrafos da IAS 9 e IAS 39 nada teve a ver com alterações de mensuração mas sim com o facto de a situação em concreto ser imaterial e, por esse facto, não ser obrigatório o seu tratamento conforme já previsto na IAS 8.

IAS 16 Ativos fixos tangíveis

No caso de revalorização a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorização efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período

imediatamente anterior: Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas

Clarifica a definição de pessoal chave da gestão e altera os requisitos de divulgação associados.

IAS 38 Ativos intangíveis

No caso de revalorizações a norma passa a prever a possibilidade de entidade poder optar entre proceder ao ajustamento do valor bruto com base em dados observáveis no mercado ou que possa alocar a variação, de forma proporcional, à alteração ocorrida no valor contabilístico sendo, em qualquer dos casos, obrigatória a eliminação das amortizações acumuladas por contrapartida do valor bruto do ativo. Estas alterações só se aplicam a revalorizações efectuadas no ano em que a alteração for aplicada pela primeira vez e ao período imediatamente anterior: Pode fazer a reexpressão para todos os períodos anteriores mas não é obrigada a fazê-lo. Contudo, se não fizer, deverá divulgar o critério usado nesses períodos.

As melhorias 2010-2012 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2011-2013, o IASB introduziu 4 melhorias em outras tantas normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato financeiro

Clarifica o que se entende por normas em vigor.

IFRS 3 Combinações de Negócios

Actualiza a excepção de aplicação da norma a “Acordos Conjuntos” clarificando que a única exclusão se refere à contabilização da criação de um acordo conjunto nas demonstrações financeiras do próprio acordo conjunto.

IFRS 13 Mensuração ao Justo valor

Atualiza o parágrafo 52 no sentido de a excepção ao portefólio passar a incluir também outros contratos que estejam no âmbito ou sejam contabilizados de acordo com a IAS 39 ou a IFRS 9 independentemente de satisfazerem as definições de ativos financeiros ou passivos financeiros nos termos na IAS 32.

IAS 40 Propriedades de Investimento

Clarifica a interrelação existente entre a IFRS 3 e a IAS 40 ao determinar se uma propriedade deve ser classificada como propriedades de investimento ou como propriedade ocupada pelo dono.

As melhorias 2011-2013 são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de julho de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é geralmente prospectiva.

- **IFRIC 21 – Taxas do governo (Emissão)**

Esta interpretação aplica-se a pagamentos impostos por entidades governamentais, que não estejam cobertos por outras normas (ex: IAS 12), incluindo multas e outras penalidades por incumprimento de legislação. A interpretação clarifica que: **(i)** deve ser reconhecido um passivo quando ocorre a actividade que despoleta o pagamento tal como identificado na legislação relevante **(ii)** deve ser efectuado um acréscimo progressivo da responsabilidade ao longo do tempo se a actividade que despoleta o pagamento também ocorre ao longo do tempo de acordo com a legislação relevante e **(iii)** se o pagamento só é despoletado quando é atingido um limite mínimo, não deve ser reconhecido qualquer passivo até que tal mínimo seja atingido. Esta interpretação não estabelece qual deve ser a contrapartida do passivo devendo ser tidas em conta as disposições das restantes normas para determinar se deve ser reconhecido um ativo ou um gasto.

As alterações são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que divulgada. A aplicação é retrospectiva.

As normas acima referidas, ou não são aplicáveis, ou não são esperados quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste.

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da Águas do Oeste e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em "Outras reservas", consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da Águas do Oeste de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

À data de 31 de dezembro de 2013 a Águas do Oeste não dispunha de transações em moedas diferentes do euro.

2.3 Atividade regulada

2.3.1 Introdução

A Águas do Oeste, S.A., enquanto empresa gestora de SMM (sistemas multimunicipais) atua no âmbito das atividades reguladas. O maior efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora (ERSAR - Decreto-Lei 362/98, de 18 de novembro, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei 151/2002, de 23 de maio, e Decreto-Lei 277/2009, de 2 de outubro) faz da tarifa a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores e bem como do respetivo orçamento anual.

De acordo com este escrutínio, as tarifas a praticar pelas empresas carecem da aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida no IAS 8, a Águas do Oeste com atividades reguladas adotou as regras internacionalmente aplicadas às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente o FAS 71, emitido pelo FASB e o ED/2009/8 emitido pelo IASB). Assim, são definidos um conjunto de critérios para o reconhecimento de ativos e passivos relacionados com regras regulatórias. Essas regras prescrevem que uma empresa deva reconhecer nas suas demonstrações financeiras os efeitos da sua atividade operacional, desde que preste serviços cujos preços estejam sujeitos a regulação.

Só são passíveis de serem reconhecidos ativos e passivos regulatórios se, e só se: **(i)** um órgão credenciado (por exemplo, o regulador) determinar o preço que uma entidade deve cobrar aos seus clientes pelos bens ou serviços que esta presta, e que esse preço vincula os clientes a aceitá-lo, e **(ii)** o preço estabelecido pela regulação (a tarifa) é determinada de modo a recuperar gastos específicos incorridos de modo a prestar os bens ou serviços e a obter uma determinada remuneração.

A atividade da Águas do Oeste é regulada, no sentido de que os preços são fixados por uma terceira entidade (Ministério do Ambiente) sob parecer do Regulador – ERSAR, I.P., Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, I.P., estando deste modo enquadrada no âmbito deste normativo.

Resumidamente, é requerido que uma empresa reconheça ativos regulatórios ou passivos regulatórios se o regulador permitir a recuperação de gastos anteriormente incorridos ou reembolsar montantes anteriormente cobrados, e a ser remunerado sobre as suas atividades reguladas, através de ajustamentos ao preço cobrado aos seus clientes. Ou seja, quando existe o direito a aumentar ou a obrigação de diminuir as tarifas em períodos futuros em resultado da prática atual ou expectável do regulador; **(i)** uma entidade deve reconhecer um ativo regulatório de modo a recuperar um gasto anteriormente incorrido e obter uma determinada remuneração, ou; **(ii)** uma entidade deve reconhecer um passivo regulatório de modo a reembolsar valores previamente cobrados e a pagar uma determinada remuneração. O efeito de aplicar os requisitos referidos no parágrafo anterior corresponde ao reconhecimento inicial de um ativo (ou passivo), que de outro modo seriam reconhecidos em resultados, como um gasto (ou um rendimento).

Encontram-se abrangidos nesta categoria os acréscimos de gastos para investimento contratual. Assim, de acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos (e/ou passivos) deverão ser reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu gasto (e/ou reembolso do passivo) é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

2.3.2 Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria.

Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso da Águas do Oeste, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica.

Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.4 Atividade concessionada - IFRIC 12

2.4.1 Enquadramento

O IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma a Águas do Oeste presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores. Deste modo a empresa deve reconhecer e mensurar o rédito (proveito) dos serviços que presta de acordo com o disposto nos IAS 11 – Contratos de construção e IAS 18 - Rédito.

Se a empresa prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas de acordo com o IAS 11. A empresa deve reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com o IAS 18. Adicionalmente prescreve que a infraestrutura no âmbito do IFRIC 12 não deve ser reconhecida como imobilizado corpóreo do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza a infraestrutura (construção ou modernização dos serviços) utilizados para prestar serviços públicos e opera e mantém a infraestrutura (operação) durante um período específico de tempo. Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente não tem como evitar o pagamento, uma vez que o contrato tem a força de lei. O operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de operador (ou concessionária) assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência. O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Concessões, prazos e indexantes

Água e Saneamento/Resíduos	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência
Água e Saneamento	Concessão	35 anos	2001-2035	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

2.4.2 Classificação da infraestrutura

Contratualmente, a Águas do Oeste assenta num modelo tendente à classificação da infraestrutura como ativo financeiro, uma vez que não apresentam risco, tendo direito a uma remuneração (mínima) anual garantida contratualmente, cujo recebimento pode ser diferido no tempo, mas que está assegurado.

No entanto, a definição de ativo financeiro, estabelecida pelo IAS 32, não está associada ao risco mas ao direito presente e incondicional a receber dinheiro ou outro ativo financeiro. De entre os vários mecanismos de reequilíbrio dos contratos de concessão das empresas do grupo AdP, aumento de tarifas, indemnização direta do concedente e/ou extensão do prazo de concessão, a extensão de prazo não cumpre com os requisitos previstos naquela norma (IAS 32), uma vez que constitui um direito futuro a cobrar aos utilizadores, inviabilizando a opção pelo reconhecimento do ativo financeiro. Deste modo, a Águas do Oeste como concessionária de SMM classifica as infraestruturas dos sistemas que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao gasto de aquisição ou produção, incluindo os gastos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.4.3 Amortizações

O direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e a aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Salientam-se os dados apresentados na tabela em baixo:

Total do investimento do contrato de concessão	Número de anos do contrato de concessão	Total do investimento da concessão revisto (OPT 2014)	Número de anos da concessão (OPT 2014)	Taxa média de amortização do ano de 2013
298 665 598,00	35	317 083 555,33	35	4,17%

2.4.4 Valor Residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão apresentar valor residual que dará lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Estes montantes são classificados como ativos financeiros – valor a receber.

2.4.5 Rédito – serviços de construção

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, o rédito dos serviços de construção deve ser reconhecido de acordo com o IAS 11 – Contratos de construção. A Águas do Oeste na fase de construção das infraestruturas atua como um “agente”/intermediário, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), sem apropriação de qualquer margem no decurso da sua atividade operacional, pelo que o rédito e encargos com a aquisição de infraestruturas apresentam igual montante. Assim, e tendo em conta a atividade regulada da Águas do Oeste, o rédito reconhecido é aquele que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador.

2.5 Ativos intangíveis

2.5.1 Direitos de utilização de infraestruturas

Ver nota 2.3.2.

2.5.2 Outros ativos intangíveis

Os restantes ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevadas pelo seu valor de gasto líquido de amortizações acumuladas. Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos. Os sistemas corporativos e transacionais de grande parte do Grupo desenvolvidos sobre as plataformas SAP são amortizados usando o método das quotas constantes sobre a sua vida útil de 10 anos.

2.6 Ativos e passivos financeiros

As compras e vendas destes investimentos são reconhecidos à data da negociação ou da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação. No momento inicial, os investimentos são registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação, exceto para os ativos valorizados ao justo valor através de resultados, em que os gastos de transação são imediatamente reconhecidos nos resultados. Estes ativos não são reconhecidos quando: **(i)** expiram os direitos contratuais do Grupo quanto ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ou **(ii)** o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua posse, ou o controlo sobre os ativos.

2.6.1 Classificação de ativos financeiros

Os ativos financeiros da Águas do Oeste são classificados nas categorias que abaixo se descrevem. A classificação depende do objetivo de aquisição do investimento e é determinada no momento de reconhecimento inicial (data da negociação – *trade date*) dos investimentos e reavaliada em cada data de relato subsequente. O Conselho de Administração determina a classificação dos seus investimentos à data de aquisição e reavalia essa classificação numa base regular. A Águas do Oeste classifica os seus ativos financeiros nas seguintes categorias: **(i)** empréstimos e contas a receber; **(ii)** investimentos detidos até à maturidade; **(iii)** investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (detido para negociação); **(iv)** ativos financeiros disponíveis para venda.

2.6.1.1 Empréstimos e contas a receber

Correspondem a ativos financeiros não derivados, com recebimentos fixos ou determináveis para os quais não existe um mercado de cotações ativo. Estes ativos correspondem a duas naturezas: **(i)** ativos originados do decurso normal das atividades operacionais no fornecimento de água e outros serviços associados e sobre os quais não existe intenção de negociar; e **(ii)** investimentos efetuados nas empresas com concessões multimunicipais, que de acordo com as condições particulares dos contratos de concessão subjacentes, qualificam como um empréstimo concedido remunerado a uma taxa contratada.

Os empréstimos e contas a receber são registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente pelo gasto amortizado, com base na taxa de juro efetiva, deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflitam o seu valor realizável líquido.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a Águas do Oeste não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

Quando os valores a receber de clientes ou outros devedores se encontrem vencidos, e sejam objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6.1.2 Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Águas do Oeste tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos detidos até à maturidade são registados ao gasto amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.6.1.3 Ativos financeiros mensurados ao justo valor por resultados

Esta categoria engloba: **(i)** os ativos financeiros de negociação que são adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; **(ii)** os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Nesta categoria integram-se os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

As alterações de justo valor são reconhecidas diretamente em resultados do exercício, na rubrica de proveitos financeiros. Estes ativos são classificados como ativos correntes se forem detidos para venda ou se for expectável a sua realização num período de 12 meses, após a data do balanço.

2.6.1.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: **(i)** a empresa tem intenção de manter por tempo indeterminado; **(ii)** são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou **(iii)** não se enquadram nas categorias acima referidas. São apresentados como ativos não correntes, exceto se houver a intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

Após o reconhecimento individual os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a gastos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda, sendo as respetivas variações de justo valor reconhecidas diretamente nos capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor”, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. No caso dos instrumentos de capital um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do gasto é determinante para determinar a existência de imparidade.

Os instrumentos de capital que não sejam participações em empresas filiais, empreendimentos conjuntos ou associadas, são classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a IAS 39. Caso não exista valor de mercado, estes ativos são mantidos ao custo de aquisição, sujeitos a testes de imparidade.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem. O IAS 39 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias: **(i)** passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; **(ii)** outros passivos financeiros. Os outros passivos financeiros incluem empréstimos obtidos e fornecedores e outras contas a pagar.

2.6.2.1 Passivos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via de resultados, incluem passivos não derivados com o objetivo de vender no curto prazo e os instrumentos financeiros derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura, e sejam classificados desta forma no seu reconhecimento inicial. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de passivos mensurados ao justo valor através de resultados, são reconhecidos em resultados do período.

2.6.2.2 Empréstimos bancários

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de gastos de transação incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de gastos de transação incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o período de existência dos empréstimos de acordo com o método do juro efetivo. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Águas do Oeste possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo não corrente.

2.6.2.3 Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente registados pelo seu valor nominal, o qual se entende ser o seu justo valor; e subsequentemente são registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

2.7 Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pela Águas do Oeste, no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de provisões para perdas de imparidade.

Os clientes com os quais foram estabelecidos acordos de pagamentos são classificados como não correntes, quando esses acordos se estendem por mais de um exercício. O não cumprimento do acordo, implica a reclassificação do saldo como dívida corrente, vencida.

2.8 Inventários

Os inventários estão valorizados ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade

normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o gasto médio.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica "Dívidas a instituições de crédito – curto prazo", os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

2.10 Imparidade

2.10.1 Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade, quando existem indicadores objetivos que a Águas do Oeste, S.A. não irá receber todos os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como: **(i)** análise de incumprimento; **(ii)** incumprimento há mais de 3 meses; **(iii)** dificuldades financeiras do devedor; **(iv)** probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes ativos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados. Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.10.2 Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos da Águas do Oeste, são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço, tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável corresponde ao valor de uso, e esta por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexo aos contratos de concessão que são reportados anualmente no orçamento ao regulador do setor. Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da Águas do Oeste. Sempre que o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável de contas a receber de médio e longo prazo corresponde ao valor atual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como fator de desconto a taxa de juro efetiva implícita na operação original. Para os restantes ativos, a quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respetiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade. Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida. As perdas por imparidade relativas a outros ativos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

2.12 Subsídios do governo

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a Águas do Oeste cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

2.13 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade.

Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Águas do Oeste divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um efluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de efluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um efluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

2.14 Fiscalidade

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido ativo para a mesma altura e com a mesma autoridade

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias, exceto quando a Águas do Oeste, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em "Outras reservas" consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

2.15 Rédito

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos e após eliminação das vendas internas. Tal como referido na nota 2.4.5 - Rédito, as empresas concessionárias e reguladas, apenas reconhecem o rédito que resulta da aplicação das tarifas aprovadas pelo concedente e escrutinadas pelo regulador. O rédito é reconhecido como segue:

2.15.1 Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

2.15.2 Venda de bens

Atividade regulada - Serviços em "alta" - Abastecimento de água

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos garantidos; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados.

2.15.3 Juros

O rendimento de juros é reconhecido com base na taxa de juro efetiva e são registados no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização do exercício (ou do acréscimo).

2.16 Trabalhos para a própria empresa

Nesta rubrica são reconhecidos os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos financeiros capitalizados bem como alguns gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo portanto reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

2.17 Gastos e perdas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

3.1 Fatores de risco

As atividades da Águas do Oeste estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco fluxos de caixa associado à taxa de juro). O grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados, outros instrumentos não estruturados e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

3.2 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A Águas do Oeste está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. O risco de crédito relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e saneamento). Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado (a entidades estatais - Municípios). No entanto, apesar da situação económica e financeira particular do país nos últimos anos, com consequências diretas junto das autarquias locais, o montante de saldos vencidos diminuiu (ver nota 10 - clientes). Os ajustamentos de imparidade para contas a receber são calculados considerando: (i) o perfil de risco do cliente, consoante se trate de cliente institucional ou empresarial; (ii) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio; e (iii) a condição financeira do cliente.

O grupo AdP tem vindo a alertar o Governo Central para a insustentabilidade da atual situação de mora junto de alguns municípios, no sentido de encontrar alternativas que permitam cobrar os valores em dívida. O Conselho de Administração da Águas do Oeste

e da AdP SGPS encontram-se em permanência a avaliar a adoção de medidas que visem assegurar a recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios, entre as quais o acionamento do mecanismo associado ao Privilégio Creditório, o qual incide sobre as dívidas correntes, bem como o estabelecimento de acordos de pagamento. Ainda que atendendo à incerteza existente acerca dos prazos em que os clientes Municípios procederão ao cumprimento das suas obrigações, o Conselho de Administração da Águas do Oeste continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas por imparidade.

A seguinte tabela representa a exposição máxima da Águas do Oeste ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2013, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do Balanço.

Unidade: euros

Ativos financeiros bancários	31.12.2013
Depósitos à ordem	1 577 944,19
Fundo de reconstituição do capital	8 701 623,53
	10 279 567,72

Em depósitos à ordem, está cativo o montante de 617.961,70 euros a favor de terceiros, que resulta de situações em que a Águas do Oeste, por razões que estão na dependência do credor, não pode pagar ou incorre no risco de pagar à entidade incorreta, são exemplo as situações de insolvência e penhoras. Nestas condições, a Águas do Oeste efetuou a consignação dos valores num depósito específico até cumprimento das obrigações do credor, informando o credor desta operação.

Unidade: euros

Rating	31.12.2013
Ba3 (Moody's)	10 274 412,22
Baa3 (Moody's)	5 155,50
	10 279 567,72

Nota: notação de *rating* obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2014

3.3 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da Águas do Oeste pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A Águas do Oeste efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos. Neste último exercício esta prática tem sido altamente condicionada pelas conhecidas dificuldades em aceder aos mercados de crédito em Portugal, bem como pelo crescente aumento das dívidas de clientes.

Tal como o país, a Águas do Oeste atravessa uma fase de reduzida liquidez. Face a este problema a Águas do Oeste procedeu à análise dos seus compromissos de investimentos, realizando uma recalendarização dos investimentos da empresa, efetuando um mapeamento dos mesmos face a sua importância, impacto financeiro, económico, e ambiental, minimizando desta forma todos os riscos associados aos compromissos associados com as diversas entidades.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da Águas do Oeste por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, não descontados a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos).

Unidade: euros

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	9 748 010,00	14 968 730,00	106 548 860,00
Fornecedores e outros passivos	7 584 761,95	2 790 385,90	8 350 608,10

A Empresa não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a Águas do Oeste, entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

3.4 Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

O risco da taxa de juro da Águas do Oeste, advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Águas do Oeste, ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Águas do Oeste, ao risco do justo valor associado à taxa de juro. Igualmente associado à volatilidade das taxas de juro está remuneração garantida dos contratos de concessão, e consequentemente o desvio tarifário.

A tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade dos encargos financeiros da Águas do Oeste.

		Unidade: euros	
		31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	Real	1 919 534,39	2 057 184,92
Juros suportados	tx média +1%	2 353 116,16	2 642 653,21
Juros suportados	tx média -1%	1 485 952,62	1 471 716,63

3.5 Risco de capital

O objetivo da Águas do Oeste em relação à gestão de capital, infere num conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o gasto de capital.

O intuito da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da Águas do Oeste, é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos ao investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas filiais. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do gasto médio de capital.

		Unidade: euros	
		31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos não correntes		120 824 062,29	122 734 310,93
Empréstimos correntes		17 748 010,00	22 503 404,80
Disponibilidades		(1 579 144,19)	(1 739 936,01)
Dívida		136 992 928,10	143 497 779,72
Subsídios ao Investimento		92 356 235,27	96 166 018,54
Total do capital próprio		17 639 473,89	20 654 304,85
Capital		246 988 637,26	260 318 103,11
Dívida/ Total do capital		0,55	0,55

O modelo de financiamento da Empresa assenta tipicamente em dois tipos. O financiamento bancário remunerado com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

No último ano verificou-se uma diminuição das utilizações das linhas de financiamento de curto prazo contratadas.

3.6 Risco regulatório

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela Águas do Oeste. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, com todas as consequências adversas que daí resultam. De forma a minimizar estes riscos, a Empresa tem procurado acompanhar mais de perto as atividades do regulador; procurando, assim, antecipar potenciais impactos negativos decorrentes das regras emanadas pela ERSAR.

A esta data o Conselho de Administração da Águas do Oeste não tem conhecimento de eventuais decisões tomadas por parte do Concedente no âmbito da provável reestruturação do sector; reconhecendo no entanto que a ocorrerem, as mesmas podem ter um impacto relevante nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacte nas demonstrações financeiras da Águas do Oeste são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas

pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

4.1 Provisões

A Águas do Oeste, analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A Águas do Oeste, é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências. Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber; o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de efluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.2 Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de depreciação é essencial para a determinar o montante de depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão, no entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (e prazo da concessão).

4.3 Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Águas do Oeste, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o gasto de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à Águas do Oeste. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. No caso específico da Águas do Oeste, os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da empresa, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

À data de emissão das demonstrações financeiras da Águas do Oeste não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados. Se por efeito da avaliação atualmente em curso for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da Águas do Oeste.

5. Instrumentos financeiros por categoria

Unidade: euros

	Empréstimos e contas a receber	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de Balanço a 31.12.2013
Ativos intangíveis	-	-	-	218 368 748,34	218 368 748,34
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-
Investimentos financeiros	8 701 623,53	-	8 701 623,53	-	8 701 623,53
Impostos diferidos ativos	-	-	-	3 934 078,93	3 934 078,93
Clientes e outros ativos não correntes	2 394 815,47	-	2 394 815,47	-	2 394 815,47
Inventários	-	-	-	26 249,12	26 249,12
Clientes	32 762 348,82	-	32 762 348,82	-	32 762 348,82
Estado e outros entes públicos	269 974,31	-	269 974,31	-	269 974,31
Imposto sobre o rendimento do exercício	320 764,49	-	-	320 764,49	320 764,49
Fundo de Coesão a receber	12 181 704,41	-	12 181 704,41	-	12 181 704,41
Outros ativos correntes	3 591 562,82	-	3 591 562,82	-	3 591 562,82
Caixa e seus equivalentes	1 579 144,19	-	1 579 144,19	-	1 579 144,19
Total do ativo	61 801 938,04	-	61 481 173,55	222 649 840,88	284 131 014,43
Provisões	-	-	-	-	-
Empréstimos não correntes	-	120 824 062,29	120 824 062,29	-	120 824 062,29
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	11 140 994,45	11 140 994,45	-	11 140 994,45
Acréscimos de custos do investimento contratual	-	-	-	-	-
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	2 260 292,59	2 260 292,59
Amortizações de Investimento Futuro	-	-	-	9 742 847,69	9 742 847,69
Subsídios ao investimento	-	-	-	92 356 235,27	92 356 235,27
Empréstimos correntes	-	17 748 010,00	17 748 010,00	-	17 748 010,00
Fornecedores	-	7 584 761,95	7 584 761,95	-	7 584 761,95
Outros passivos correntes	-	-	-	4 478 101,60	4 478 101,60
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-
Estado e outros entes públicos	-	356 234,70	356 234,70	-	356 234,70
Total do passivo	-	157 654 063,39	157 654 063,39	108 837 477,15	266 491 540,54

6. Ativos intangíveis

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Despesas de Desenvolvimento	256 702,49	267 931,88
Propriedade industrial e outros direitos	30 610,65	31 853,95
Outros Ativos Intangíveis	4 005 171,61	4 184 881,44
Direitos de Utilização de Infraestruturas	206 306 786,04	212 516 515,31
Ativos intangíveis em curso	7 769 477,55	10 524 832,48
	218 368 748,34	227 526 015,06

6.1 Movimentos do período

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2013
Despesas de Desenvolvimento	328 540,00					328 540,00
Propriedade industrial e outros direitos	39 250,09					39 250,09
Outros Ativos Intangíveis	4 869 553,01					4 869 553,01
Direitos de Utilização de Infraestruturas	263 533 029,87	108 355,16			3 478 521,20	267 119 906,23
Ativos intangíveis em curso	10 524 832,48	723 166,27			(3 478 521,20)	7 769 477,55
	279 295 205,45	831 521,43	-	-	-	280 126 726,88
Amortizações Acumuladas	31.12.2012	Aumentos	Abates	Alienações	Transferências	31.12.2013
Despesas de Desenvolvimento	(60 608,12)	(11 229,39)				(71 837,51)
Propriedade industrial e outros direitos	(7 396,14)	(1 243,30)				(8 639,44)
Outros Ativos Intangíveis	(684 671,57)	(179 709,83)				(864 381,40)
Direitos de Utilização de Infraestruturas	(51 016 514,56)	(9 119 527,16)			(677 078,47)	(60 813 120,19)
	(51 769 190,39)	(9 311 709,68)	-	-	(677 078,47)	(61 757 978,54)
Valor líquido	227 526 015,06				(1 354 156,94)	218 368 748,34

O montante de 677.078 euros, registado em transferências para amortizações acumuladas de direitos de utilização de infraestruturas, respeita ao valor das amortizações dos bens passados a firme durante o ano de 2013, e que havia sido reconhecido em anos anteriores como acréscimo de gastos de investimento contratual.

No que respeita aos intangíveis em curso salientam-se os de maior valor:

- Empreitada de Conceção/ Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço II Fase, no valor de 116.251,97 euros;
- Empreitada de Execução de Emissários e Intercetores AdO - Candidaturas FC 2000/PT/16/C/PE/001 e FC 2004/PT/16/C/PE/006, no valor de 55.089,59 euros;
- Empreitada de Ampliação do Sistema de Saneamento de Maceira (Subsistemas de Sobreiro Curvo, Serpigeira e A-dos-Cunhados), no valor de 96.765,26 euros;
- Empreitada de execução do Sistema de Saneamento de Azambuja (Lote B), no valor de 154.969,79 euros;
- Remodelação QE ETAR Miragaia – 12.467,16 euros;

6.2 DUI - movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo inicial)	212 516 515,31	197 078 009,47
Adições	108 355,16	352 609,04
Transferências e Abates	2 801 442,73	23 801 127,87
Alienações	-	-
Amortizações do exercício	(9 119 527,16)	(8 715 231,07)
Reversões de Amortizações		
Perdas por Imparidade	-	-
Direitos de Utilização de Infraestruturas Líquido (saldo final)	206 306 786,04	212 516 515,31

7. Investimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de Reconstituição do Capital Social	8 701 623,53	7 734 117,94
	8 701 623,53	7 734 117,94

De acordo com a cláusula 18ª do Contrato de Concessão, a Águas do Oeste está obrigada a entregar em cada ano, a instituição autorizada, o montante correspondente à anuidade de amortização do capital social para criação de um Fundo de Reconstituição do Capital Social.

Na salvaguarda dos interesses dos utilizadores, uma vez que é incorporada na tarifa a margem de remuneração do capital social investido, os rendimentos do fundo serão em cada ano deduzidos aos gastos e encargos, pelo que a empresa poderá, a todo o tempo, utilizá-los.

O valor da dotação do ano de 2013, 967.505,59 euros - resulta da anuidade do capital social subscrito e integralmente realizado, no valor total de 30.000.000,00 euros.

8. Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos

Unidade: euros

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	25%	23%	23%	23%	23%
Taxa de Derrama	-	2,50%			
Ativos por Impostos Diferidos					-
Outros					-
Amortizações não aceites/ investimento contratual não realizado	12 082 685,45		1 587 146,91	(199 841,33)	13 469 991,03
Diferença Amortização/ subsídios – investimentos realizados	3 409 654,47			(832 480,32)	2 577 174,15
Custo amortizado					-
Desvio tarifário					-
Ajustamentos Transição - Subsídios	1 105 594,68			(48 069,33)	1 057 525,35
Outros (detalhe outros em comentário)					-
Base de incidência	16 597 934,60	-	1 587 146,91	(1 080 390,98)	17 104 690,53
IRC	4.149.483,00	(331 958,00)	365 043,79	(248 489,93)	3.934.078,86
Derrama	414 949,00	(414 949,00)	-	-	-
Imposto diferido ativo reconhecido	4.564.432,00	-746 907,00	365 043,79	(248 489,93)	3.934.078,86

A Águas do Oeste procede ao reconhecimento de impostos diferidos ativos resultantes dos acréscimos de custos para investimentos contratuais. De acordo com a regra de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, estes ativos são reconhecidos em balanço uma vez que a recuperação do seu custo é elegível para efeito da determinação da tarifa pelo regulador em períodos subsequentes.

Impostos diferidos passivos

Unidade: euros

Taxa de IRC	25%	23%	23%	23%	23%
Taxa de Derrama	-	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
Passivos por impostos diferidos					-
Outros					-
Ajustamentos Transição-Amortizações/ subsídios-investimento contratual não realizado	668794182%		26 501,18	(236 537,56)	6 477 905,44
Diferença Amortização fiscal/contabilística/ subsídio investimento contratual realizado	4 219 852,13			(870 398,51)	3 349 453,62
Desvio tarifário					-
Outros (detalhe outros em comentário)					-
Base de incidência	10 907 793,95	0,00	26 501,18	(1 106 936,07)	9 827 359,06
IRC	2 726 948,50	-218 155,89	6 095,27	-254 595,30	2 260 292,59
Derrama	272 694,85	-245 683,98	662,53	-27 673,40	0,00
Imposto diferido passivo reconhecido	2 999 643,35	-463 839,87	6 757,80	(282 268,70)	2 260 292,59

Até 31 de dezembro de 2009 a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias estava adstrita às instruções emanadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) na Diretriz Contabilística n.º 4/91, de 19 de dezembro, tendo sido aprovado pelas Autoridades Fiscais, a pedido da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., um entendimento que deu relevância em sede de IRC às instruções emanadas pela CNC na referida Diretriz Contabilística n.º 4/91. A partir de 1 de janeiro de 2010, com a revogação da Diretriz Contabilística n.º 4/91, pelo n.º 2 do artigo 15º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a contabilização das obrigações contratuais das Concessionárias passou a ser efetuada supletivamente (uma vez que do SNC não resultou nenhuma norma contabilística sobre os contratos de concessão) pela IFRIC 12, adotada pelo Regulamento (CE) n.º 254/2009 da Comissão, de 25 de março de 2009.

Em termos gerais, a adoção da política contabilística emanada pela IFRIC 12, para efeitos de IRC, implicou para a Águas do Oeste o desreconhecimento do montante das despesas capitalizáveis relativas ao investimento a realizar por via dos resultados transitados e o registo de uma provisão, conforme requerido na IFRIC 12, para as obrigações não regulares de manutenção e reparação de infraestruturas a efetuar no futuro, não sendo esta provisão aceite para efeitos fiscais, por não se encontrar prevista no artigo 39º do Código do IRC.

Este entendimento levou a que a Empresa tivesse procedido a ajustamentos com efeitos retroativos, desde o início da concessão, desconsiderando, por via de resultados transitados, as amortizações acumuladas dos investimentos a realizar, bem como a diferença entre as amortizações calculadas pelo prazo de concessão e pela aplicação do método de depleção e correspondente subsídio, aceites fiscalmente até à data da transição, gerando um encargo fiscal. As alterações contabilísticas que resultaram da adoção da IFRIC 12 deverão ser consideradas para efeitos fiscais retrospectivamente, desde o início de concessão, devendo a Águas do Oeste aplicar o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção da IFRIC 12, que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (Exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes. Contudo, a AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A., entendeu que este procedimento coloca em causa o princípio de balanceamento dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão celebrados com o Estado Português, não se justifica que as Concessionárias tenham de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, foi entregue uma exposição junto dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes da alteração das políticas contabilísticas devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão (até 2035), uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem pôr em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais. Assim, o valor apresentado pela Águas do Oeste respeita ao valor de imposto que deverá ser pago até ao final da Concessão.

Prejuízos fiscais não relevados como impostos diferidos (por data de extinção)	31.12.2013
2013	-
2014	-
2015	-
2016	1 395 337,12
2017	
2018	1 428 140,21
2019	
	2 823 477,33

9. Inventários

	31.12.2013	31.12.2012
Mercadorias		
Matérias-primas	26 249,12	22 992,71
Produtos acabados		
	26 249,12	22 992,71

10. Clientes

Atendendo ao prazo de vencimento das dívidas (2 anos) as empresas do Grupo têm vindo a desencadear os mecanismos legais que asseguram a recuperabilidade dos valores em causa.

No Conselho de Ministros de 14 de junho de 2012, foi aprovado o Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), que tem por objeto a regularização do pagamento de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais até 31 de março de 2012.

O PAEL abrange todos os pagamentos em atraso há mais de 90 dias dos municípios, independentemente da sua natureza comercial ou administrativa, sendo os municípios aderentes autorizados a celebrar um contrato de empréstimo com o Estado nos termos e condições definidos nesta proposta de lei.

O PAEL divide-se em dois programas: o primeiro direcionado para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado. Nesse caso, o contrato de financiamento pode chegar aos 100 por cento das dívidas. O segundo dirige-se às dívidas em atraso, pelo menos, há 90 dias, e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.

Durante o ano de 2013, alguns dos municípios que estabeleceram um contrato ao abrigo do PAEL procederam ao pagamento, no todo ou em parte, de valores em dívida à AdO, no valor de 5,1 milhões de euros.

	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios - não corrente	2 394 815,47	5 619 907,00
Clientes municípios - corrente	28 114 007,01	27 126 441,70
Clientes outros	132 687,38	415 165,56
Devedores p/ Acréscimos de rendimentos	4 515 654,43	6 218 168,37
	35 157 164,29	39 379 682,63

No valor referente à dívida corrente de municípios, está incluído o montante de 3.133.708,95 euros, correspondente a valores associados à faturação, em 2013, do diferencial entre os valores mínimos garantidos e os valores faturados em 2011.

No final de janeiro de 2013, dado o risco de prescrição da dívida, a empresa procedeu à abertura de processo de injunção aos municípios que não haviam pago os diferenciais entre os valores mínimos garantidos previstos no Contrato de Concessão e os valores faturados em 2010, assim como aos Serviços Municipalizados de Alcobaça que também não haviam pago as faturas.

Dada a posição da ERSAR, no sentido de que o valor mínimo garantido resulta da aplicação aos caudais anuais previstos, da tarifa adotada para o respetivo ano, no estudo de viabilidade económico-financeira, e não da tarifa aprovada e aplicada no ano, a Águas do Oeste procedeu, em janeiro de 2013, à correção dos valores de 2011 e 2012, resultando num acerto desfavorável para a empresa, no montante de 979.850,61 euros.

Está também reconhecido como dívida de clientes, os valores registados como acréscimo de rendimentos, no valor de 1.973.351,50,85 euros e de 1.912.428,26 euros referente ao diferencial entre o faturado de abastecimento de água e os valores mínimos garantidos respeitantes a 2012 e 2013, respetivamente, de acordo com o Decreto-Lei 195/2009 de 20 de agosto, assim como 629.874,00 euros referentes a caudal do período de 2005 a 2009, pelo facto de, em anos anteriores, se ter procedido à dedução de 5% aos caudais de abastecimento de água faturados a dois municípios.

A Águas do Oeste tem vindo a desenvolver esforços no sentido de resolver junto dos utilizadores/ clientes, a situação das dívidas vencidas, procurando estabelecer, em primeiro lugar, acordos de pagamento da dívida, tendo, contudo, em municípios em que tal não é possível, procedido à abertura de processos de injunção.

10.1 Clientes - municípios

	Unidade: euros	
	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios	13 042 318,35	14 433 392,10
Clientes municípios TRH	181 981,09	160 168,31
Clientes municípios Acordos - não corrente	2 394 815,47	5 619 907,00
Clientes municípios Acordos- corrente	1 680 325,12	1 607 886,16
Clientes municípios injunções	12 739 435,46	9 481 547,50
Clientes municípios juros de mora	469 946,99	1 443 447,63
	30 508 822,48	32 746 348,70

10.2 Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente)

	Unidade: euros	
	31.12.2013	31.12.2012
Clientes municípios não correntes	2 394 815,47	5 619 907,00
Clientes municípios correntes	28 114 007,01	27 126 441,70
	30 508 822,48	32 746 348,70

Estão classificados como dívidas de municípios não correntes, os montantes respeitantes aos acordos de pagamento celebrados com os municípios de Arruda dos Vinhos, Cadaval, Bombarral, Lourinhã e com os Serviços Municipalizados de Alcobaça e de Nazaré, cujo pagamento se estende para além de 2014.

Relativamente aos acordos celebrados com os municípios de Azambuja, de Óbidos e de Rio Maior, o valor em dívida constante nos respetivos contratos foi completamente amortizado durante o ano de 2013.

10.3 Clientes - municípios - total da dívida (corrente e não corrente) por vencimento

Unidade: euros

	Vencido até n - 2	Vencido até n - 1	Vencido até n	Total Vencido	Não vencido	Total
Alcobaça	353,40	(353,40)	2 498 849,18	2 498 849,18	3 262 813,27	5 761 662,45
Alenquer	3 740 537,77	(668,87)	1 512 001,53	5 251 870,43	586 951,02	5 838 821,45
Arruda dos Vinhos	-	-	217 465,00	217 465,00	566 246,83	783 711,83
Azambuja	54 532,38		26 017,10	80 549,48	-	80 549,48
Azambuja (AdA)	801 972,52	0,06	780 761,99	1 582 734,57	940 169,59	2 522 904,16
Bombarral	11 833,11	-	179 886,23	191 719,34	1 388 773,95	1 580 493,29
Cadaval	-	-	110 410,88	110 410,88	611 754,18	722 165,06
Caldas da Rainha	513 571,18	-	(54 484,00)	459 087,18	68 567,28	527 654,46
Lourinhã	387 082,36	-	(62 236,32)	324 846,04	1 174 775,78	1 499 621,82
Mafra-Compagnie Générale des Eaux	-	-	-	-	213 611,14	213 611,14
Óbidos	783 613,97	38 093,07	189 442,49	1 011 149,53	500 614,79	1 511 764,32
Nazaré	2 688 778,90	1 045 538,53	1 135 902,91	4 870 220,34	510 935,30	5 381 155,64
Peniche	-	-	-	-	160 432,87	160 432,87
Rio Maior	366 946,41	21 214,14	382 113,49	770 274,04	464 252,89	1 234 526,93
Sobral de Monte Agraço	-	38 159,07	880 004,97	918 164,04	144 960,19	1 063 124,23
Torres Vedras	454 806,26	-	(156 906,59)	297 899,67	1 328 723,68	1 626 623,35
	9 804 028,26	1 141 982,60	7 639 228,86	18 585 239,72	11 923 582,76	30 508 822,48

11. Estado e outros entes públicos

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
IVA a receber	232 270,77	155 636,27
Outros	37 703,54	-
EOEP ativos	269 974,31	155 636,27
IVA a pagar	(71 118,52)	-
Retenções - IRS	(64 739,55)	(78 814,27)
Retenções - Segurança Social	-	(49 786,72)
TRH	(219 132,70)	(169 832,74)
Outros	(1 243,93)	(370,40)
EOEP passivos	(356 234,70)	(298 804,13)
	(86 260,39)	(143 167,86)

12. Outros ativos correntes

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de Coesão a receber	12 181 704,41	13 494 319,43
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	21 297,97	17 106,93
Outros devedores	494 640,89	445 117,89
Devedores por acréscimos de Rendimentos	2 876 366,28	1 600 053,86
Diferimento de encargos	199 257,68	62 010,68
	15 773 267,23	15 618 608,79

No que respeita aos valores a receber junto do fundo de coesão, estes resultam de investimento realizado totalmente concluído e cujo saldo final se espera receber durante o ano de 2014.

Compreende as candidaturas:

- FC 2000/PT/I 6/C/PE/001 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 1º Grupo de Projetos de Saneamento (Despoluição da Lagoa de Óbidos e S. Martinho do Porto + Nazaré);
- FC 2004/PT/I 6/C/PE/006 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste - 2º Grupo de Projetos de Saneamento;
- FC 2004/PT/I 6/C/PE/008 - Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Oeste – 3ª Fase Abastecimento de Água.

13. Caixa e bancos

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Caixa	1 200,00	1 200,00
Depósitos à Ordem	1 577 944,19	1 738 736,01
Depósitos a Prazo	-	-
	1 579 144,19	1 739 936,01

14. Capital

Unidade: euros

		Capital Subscrito 31.12.2013	Capital Realizado 31.12.2013	Capital Subscrito 31.12.2012	Capital Realizado 31.12.2012
Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	15 300 000,00	15 300 000,00	15 300 000,00	15 300 000,00
Comunidade Intermunicipal do Oeste	0,02%	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Município de Alcoçaba	5,13%	1 540 190,00	1 540 190,00	1 540 190,00	1 540 190,00
Município de Alenquer	5,68%	1 702 670,00	1 702 670,00	1 702 670,00	1 702 670,00
Município de Arruda dos Vinhos	1,47%	439 665,00	439 665,00	439 665,00	439 665,00
Município de Azambuja	5,95%	1 784 885,00	1 784 885,00	1 784 885,00	1 784 885,00
Município de Bombarral	1,54%	462 200,00	462 200,00	462 200,00	462 200,00
Município de Cadaval	1,55%	465 230,00	465 230,00	465 230,00	465 230,00
Município de Caldas da Rainha	3,50%	1 051 340,00	1 051 340,00	1 051 340,00	1 051 340,00
Município de Lourinhã	4,02%	1 206 915,00	1 206 915,00	1 206 915,00	1 206 915,00
Município de Nazaré	1,56%	468 505,00	468 505,00	468 505,00	468 505,00
Município de Óbidos	1,67%	501 430,00	501 430,00	501 430,00	501 430,00
Município de Peniche	2,20%	660 685,00	660 685,00	660 685,00	660 685,00
Município de Rio Maior	2,63%	789 820,00	789 820,00	789 820,00	789 820,00
Município de Sobral de Monte Agraço	1,08%	324 910,00	324 910,00	324 910,00	324 910,00
Município de Torres Vedras	10,99%	3 296 555,00	3 296 555,00	3 296 555,00	3 296 555,00
	100,00%	30 000 000,00	30 000 000,00	30 000 000,00	30 000 000,00

14.1 Resultado por ação

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Resultado Líquido	(3 014 830,96)	(3 168 668,35)
Número médio de ações (5,00 eur/ cada)	6 000 000,00	6 000 000,00
	(0,50)	-0,53

14.2 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2012	Afet. Res. Líquido	Dividendos	Res. Líquido	31.12.2013
Reservas e outros ajustamentos	97 520,91	-			97 520,91
Resultados transitados	(6 274 547,71)	(3 168 668,35)			(9 443 216,06)
Resultado líquido do exercício	(3 168 668,35)	3 168 668,35		(3 014 830,96)	(3 014 830,96)
	(9 345 695,15)	(0,00)	-	(3 014 830,96)	(12 360 526,11)

15. Empréstimos

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos Bancários BEI	120 824 062,29	122 734 310,93
Empréstimos Bancários - banca comercial	-	-
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Empréstimos - Empresa-mãe	-	-
Não correntes	120 824 062,29	122 734 310,93
Empréstimos Bancários BEI	1 960 310,00	2 186 410,00
Empréstimos Bancários - banca comercial	7 787 700,00	10 924 138,72
Descobertos Bancários	-	1 392 856,08
Empréstimos - Empresa-mãe	8 000 000,00	8 000 000,00
Empréstimos - Locação financeira	-	-
Correntes	17 748 010,00	22 503 404,80
Total de empréstimos	138 572 072,29	145 237 715,73

15.1 Empréstimos por intervalos de maturidade

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 ano	17 748 010,00	22 503 404,80
De 1 a 2 anos	2 668 110,00	1 960 310,00
De 2 a 3 anos	3 227 450,00	2 668 110,00
De 3 a 4 anos	3 941 640,00	3 227 450,00
De 4 a 5 anos	5 131 530,00	3 941 640,00
Superior a 5 anos	105 855 332,29	110 936 800,93
	138 572 072,29	145 237 715,73

15.2 Empréstimos por tipo de taxa de juro

Unidade: euros

Taxa de Juro variável	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 ano	16 256 560,00	20 767 914,80
De 1 a 2 anos	524 400,00	667 720,00
De 2 a 3 anos	656 300,00	778 800,00
Superior a 3 anos	19 569 527,90	29 327 744,40
	37 006 787,90	51 542 179,20
Taxa de Juro fixa	31.12.2013	31.12.2012
Até 1 ano	1 491 450,00	1 735 490,00
De 1 a 2 anos	2 143 710,00	1 292 590,00
De 2 a 3 anos	2 571 150,00	1 889 310,00
Superior a 3 anos	95 358 974,39	88 778 146,53
	101 565 284,39	93 695 536,53
	138 572 072,29	145 237 715,73

15.3 Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Expira num ano	11 212 300,00	6 683 005,20
Expira para lá de 1 ano	-	-

A 31 de dezembro de 2013, as linhas de crédito contratadas e não utilizadas, encontram-se aprovadas junto do BES.

15.4 Justo valor dos financiamentos

Unidade: euros

	Valor contabilístico 31.12.2013	Valor contabilístico 31.12.2012	Justo valor 31.12.2013	Justo valor 31.12.2012
Empréstimos Bancários BEI	123 477 900,00	125 664 310,00	62 004 214,08	51 008 812,59
Não correntes	123 477 900,00	125 664 310,00	62 004 214,08	51 008 812,59

As taxas de juro utilizadas para o apuramento do justo valor foram as seguintes:

- Ano de 2012: 8,00%
- Ano de 2013: 6,32%

16. Fornecedores e outros passivos não correntes

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores de investimento	10 084 357,99	10 612 101,26
Dívida ao Município de Torres Vedras Infraestruturas arrendadas	1 056 636,46	1 122 248,91
Outras contas a pagar		
Outros fornecedores		
	11 140 994,45	11 734 350,17

O justo valor dos saldos acima apresentados é semelhante ao de balanço pois o valor temporal do desconto é pouco relevante.

Encontra-se registado em fornecedores de investimento o reconhecimento da dívida à EPAL pela aquisição das infraestruturas, de acordo com o contrato celebrado em 19 de dezembro de 2003, no valor de 9.520.800,59 euros, bem como 563.557,40 euros referentes a retenção a fornecedores, por conta de garantia de empreitadas e de prestações de serviços.

17. Acréscimos de custos de investimento contratual

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Acréscimos de custos de investimento contratual	9 742 847,69	8 832 779,26
	9 742 847,69	8 832 779,26

O movimento ocorrido no ano foi o seguinte:

Unidade: euros

Acréscimos de custos de investimento contratual	
Saldo a 31 de dezembro de 2012	8 832 779,26
Aumento	1 587 146,90
Transferências	(677 078,47)
Saldo a 31 de dezembro de 2013	9 742 847,69

O montante de 677.078,47 euros, corresponde ao valor transferido para amortizações acumuladas de direitos de utilização de infraestruturas, respeitante ao valor das amortizações dos bens passados a firme durante o ano de 2013.

18. Subsídios ao investimento

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Fundo de Coesão	92 356 235,27	96 166 018,54
Integração de Património	-	-
Outros Subsídios	-	-
	92 356 235,27	96 166 018,54

O valor registado diz respeito a proveitos diferidos pelo reconhecimento do direito a subsídios do Fundo de Coesão.

O reconhecimento do subsídio é feito pela aplicação do critério definido ao abrigo dos contratos de concessão e das regras regulatórias, isto é, são considerados os investimentos realizados e a quota-parte anual do investimento a realizar no futuro.

A empresa adota a mesma metodologia das amortizações para o reconhecimento dos subsídios.

18.1 Movimentos do período

Unidade: euros

	31.12.2012	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2013
Fundo de Coesão	96 166 018,54	(3 783 486,39)		(26 296,88)	92 356 235,28
Integração de Património	-				-
Outros Subsídios	-				-
	96 166 018,54	(3 783 486,39)	-	(26 296,88)	92 356 235,28

A regularização de 26 mil euros, registada em 2013, respeita à correção do valor de despesa registado pela empresa em anos anteriores, considerada como elegível, após validação por parte do POVT de pedidos de pagamento e despesa apresentada.

19. Fornecedores correntes

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores de investimentos	1 108 715,86	1 758 909,88
Fornecedores gerais	816 232,75	974 744,25
Fornecedores empresas do Grupo	4 898 009,14	3 496 377,56
Fornecedores faturas em receção e conferência	761 804,20	1 027 566,93
	7 584 761,95	7 257 598,62

20. Outros Passivos correntes

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Acréscimos com férias e subsídio de férias	331 629,11	220 529,26
Empresas do Grupo	3 206 456,02	2 590 044,02
Outros acréscimos e diferimentos	938 201,68	1 082 191,86
Outros credores	1 814,79	14 527,84
	4 478 101,60	3 907 292,98

A variação no Acréscimos com Férias e Subsídio de Férias deve-se ao facto de em 2012 não terem sido estimados o Subsídio de Férias.

21. Imposto sobre o rendimento

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Estimativa de imposto a receber	344 631,35	359 178,68
Estimativa de imposto a pagar	(23 866,86)	(12 092,62)
	320 764,49	347 086,06

21.1 Imposto do exercício

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Imposto corrente	23 866,86	12 092,62
Insuficiência de Estimativa para impostos	14 812,67	24 693,26
Imposto diferido	(108 997,53)	(138 357,42)
	(70 318,00)	(101 571,54)

21.2 Reconciliação entre base contabilística e base fiscal

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Resultados antes de impostos	(3 085 148,96)	(3 270 239,89)
Variações patrimoniais positivas	915 791,21	915 791,21
Variações patrimoniais negativas	(552 989,80)	(552 989,80)
Diferenças permanentes	104 866,46	428 277,01
Diferenças temporárias	1 224 389,41	1 083 824,36
Matéria coletável (Lucro Tributável)	(1 393 091,68)	-1 395 337,12

21.3 Detalhe do apuramento de Imposto do Exercício

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Resultados antes de impostos	(3 085 148,96)	-3 270 239,89
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	n.a.
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	25,00%	25,00%
Taxa(s) de Derrama Municipal	0,00%	0,00%
Taxa(s) de Derrama Estadual	2,50%	2,50%
Imposto sobre o rendimento	-	-
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	-
Total	-	-
Lucro Tributável	(1 393 091,68)	(1 395 337,12)
Imposto sobre o rendimento	-	-
Derrama Municipal	-	-
Derrama Estadual	-	-
Total	-	-
Tributações autónomas	23 866,86	12 092,62
Insuficiência de Estimativa de Impostos	14 812,67	24 693,26
Imposto total	38 679,53	36 785,88
Taxa média	n.a.	n.a.

21.4 Reconciliação entre a taxa normal e a taxa efetiva de imposto

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Resultados antes de impostos	(3 085 148,96)	-3 270 239,89
Taxas aplicáveis		
Taxa(s) de imposto até 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	n.a.	n.a.
Taxa(s) de imposto superior 12.500 euros (cf.n.º2, artigo 80º CIRC)	25,00%	25,00%
Taxa(s) de Derrama Municipal	0,00%	0,00%
Taxa(s) de Derrama Estadual	0,00%	0,00%
Imposto sobre o rendimento	(771 287,24)	(817 559,97)
Encargos não dedutíveis	18 613,29	109 554,64
Rendimentos não tributáveis	(1 298,63)	(2 485,39)
Variação impostos diferidos (inclui efeito dif.Taxa)	332 483,24	259 641,60
Prejuízos fiscais	312 491,80	312 491,70
Tributação autónoma	23 866,86	12 092,62
Insuficiência de estimativa	14 812,67	24 693,26
Imposto total	(70 318,00)	(101 571,54)
Taxa efetiva	2,28%	3,11%

21.5 Prejuízos fiscais

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas, e créditos fiscais não usados relativamente aos quais tenha sido reconhecido algum imposto diferido.

21.6 Diferimento fiscal dos efeitos da transição contabilística pelo prazo remanescente da concessão

No decorrer de um Pedido de Informação Vinculativo (PIV) submetido pelo grupo AdP, foi entendimento das autoridades fiscais que os acréscimos de gastos do investimento contratual deixassem de ser fiscalmente aceites com a extinção do POC, e conseqüentemente da Diretriz Contabilística n.º 4, e, a sua substituição pelas normas internacionais de contabilidade (IFRS/IAS). Saliente-se que a prática contabilística se mantém inalterada, tendo em conta o enquadramento contabilístico e regulatório a que a Águas do Oeste está vinculada. As alterações que resultaram do facto anteriormente descrito foram contabilizadas retrospectivamente, conforme preconizado nas normas, tendo a empresa aplicado o regime transitório previsto no artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho. O regime transitório prevê que os efeitos nos capitais próprios decorrentes da adoção do novo normativo (IFRS), que sejam considerados fiscalmente relevantes nos termos do Código do IRC e respetiva legislação complementar, concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do primeiro período de tributação (exercício de 2010) e dos quatro períodos de tributação seguintes.

A empresa é de opinião que este entendimento colocava em causa o princípio de balanceamento dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer), na medida em que, durante o prazo de vigência do contrato de concessão celebrado com o Estado Português, não se justifica que a Concessionária tenha de pagar impostos nos próximos 5 exercícios respeitantes a períodos de tributação anteriores, dentro de um horizonte temporal que excede claramente os 5 exercícios.

Neste contexto, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., procedeu à entrega de uma exposição em 5 de abril de 2011 junto da DGCI com conhecimento dos Ministérios das Finanças e do Ambiente, solicitando que as correções retroativas decorrentes dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual devam concorrer, em partes iguais, para a formação do lucro tributável ao longo do período remanescente da concessão, uma vez que é esse o período temporal fiscalmente relevante para efeitos contabilísticos e fiscais, tutelando assim as legítimas expectativas criadas sem por em causa a sustentabilidade económica e financeira dos Sistemas Multimunicipais, onde se enquadra a Águas do Oeste.

Assim, este foi o procedimento adotado pela Águas do Oeste, nos seus registos contabilísticos dos exercícios de 2010 e 2011, bem como nos Modelo 22 (IRC) de 2010 e 2011.

No dia 31 de dezembro de 2012 foi aprovada a Lei nº66-B/2012, onde no seu art.º 255, onde se introduziu um regime transitório nos contratos de concessão de sistemas Multimunicipais, aditando para o efeito ao Decreto-Lei nº159/2009, de 13 de julho o artigo 5º-A.

De acordo com o disposto neste artigo 5º-A, para as entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos que beneficiaram da dedutibilidade fiscal das amortizações do investimento contratual não realizado

até à entrada em vigor do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho, o prazo de regularização dos efeitos nos capitais próprios decorrentes na adoção pela primeira vez da NCRF, corresponde aos períodos de tributação remanescentes do contrato de concessão em vigor no final de cada exercício.

De acordo ainda com o disposto no nº2 do artigo 5º-A esta alteração ao regime transitório prevista no artigo 5º do Decreto-Lei nº 159/2009, de 13 de julho, tem natureza interpretativa, logo retroativa.

Assim a empresa, manteve o procedimento dos ajustamentos de transição relacionados com o investimento contratual pelo prazo remanescente da concessão concorram, em partes iguais, para a formação do lucro tributável, com exceção dos ajustamentos relacionados com o investimento já realizado à data da transição, onde estes ajustamentos concorrem para o lucro tributável, tal como está definido no Decreto-Lei nº 159/2009, ou seja 5 anos.

A empresa, irá efetuar os procedimentos fiscais e legais, para proceder as alterações dos modelos 22, já entregues, não havendo lugar a pagamento de mais imposto, em virtude de existirem prejuízos fiscais de anos anteriores.

22. Vendas e prestação de serviços

22.1 Vendas

	31.12.2013	31.12.2012
Vendas de água	19 100 186,45	18 789 872,86
Outras vendas		
Correção de exercícios anteriores	(979 850,63)	265 117,49
	18 120 335,82	19 054 990,35

Unidade: euros

A venda de água, em 2013 foi inferior à do ano anterior, tendo sido fornecidos menos 677 mil metros cúbicos, tendo o decréscimo ocorrido nos designados "municípios utilizadores em exclusivo".

Relativamente a 2013, a Águas do Oeste procedeu de igual forma ao reconhecimento dos valores associados à diferença entre os valores mínimos garantidos considerados nos contratos de fornecimento e os valores consumidos e faturados. Dado que, em 2013, a concessão da Empresa já ultrapassou o primeiro terço, a empresa apenas procedeu ao reconhecimento desses valores no caso dos "municípios clientes" e dos "utilizadores em exclusivo" em que tal tenha acontecido por motivo imputável ao utilizador, ou seja no caso em que os municípios estão a recorrer a captações próprias, como é o caso do município de Óbidos, ou no caso em que o "município cliente" não consumiu o volume previsto no respetivo contrato de fornecimento, caso de Alcobaça. Neste sentido foi reconhecido o valor de 1.912.428,26 euros, tendo por base a tarifa do Contrato de Concessão atualizada anualmente à taxa de inflação.

Ainda no que respeita aos valores mínimos garantidos, a Águas do Oeste procedeu à correção dos valores de 2011 e 2012, resultando num acerto desfavorável para a empresa no montante de 764.830,91 euros e 215.019,72 euros respetivamente. Esta correção teve por base a posição da ERSAR, que vai no sentido de que o valor mínimo garantido resulta da aplicação aos caudais anuais previstos, da tarifa adotada para o respetivo ano, no estudo de viabilidade económico-financeira, e não da tarifa aprovada e aplicada no ano em questão.

22.2 Prestação de serviços

	31.12.2013	31.12.2012
Prestação de serviços a municípios	12 998 218,63	10 824 320,84
Prestação de serviços a particulares	229 178,70	115 216,11
Correção de exercícios anteriores	(3 343,41)	9 358,59
	13 224 053,92	10 948 895,54

Unidade: euros

A atividade de saneamento, durante o ano de 2013, foi superior à do ano anterior em 2.459.470,89 metros cúbicos. O aumento do volume de efluente recolhido e tratado, está associado a maiores afluências ao Sistema Multimunicipal, decorrente de uma maior pluviosidade ocorrida face a 2012. As variações positivas foram verificadas, fundamentalmente, nos municípios que são faturados com base nos caudais medidos.

Em 2013 foi corrigido o valor correspondente ao acerto da tarifa indevidamente utilizada na facturação dos volumes de março do cliente Valorsul.

23. Gasto das vendas

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
CMVMC - Mercadorias	10 855 109,40	10 479 938,85
CMVMC - Matérias primas	25 020,19	28 611,81
CMVMC - Matérias subsidiárias	111 149,51	106 016,19
CMVMC - Diversos	420,00	21 011,94
TPPE - Ativos em curso		(175,63)
	10 991 699,10	10 635 403,16
Variação da produção	-	-
	10 991 699,10	10 635 403,16

Em relação ao Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas, a variação negativa face ao ano anterior é explicada pelo facto de a EPAL ter procedido à faturação do diferencial entre os volumes mínimos previstos no contrato entre a Águas do Oeste e a EPAL e os volumes efetivamente fornecidos em 2013. Apesar de ter ocorrido uma diminuição dos volumes fornecidos pela EPAL, face a 2012, de 694.033 metros cúbicos, verificou-se um acréscimo do volume mínimo não fornecido que foi faturado, para além do correspondente aumento da tarifa.

A Empresa à semelhança do procedimento seguido no ano anterior, reconheceu os valores de 2013 relativos ao diferencial até perfazer os volumes mínimos a pagar à EPAL, bem como o “valor suplementar” a pagar à EPAL, tal como previsto no aditamento ao contrato assinado pelas partes, em janeiro de 2011, para fazer face ao menor consumo verificado desde o início do contrato, perfazendo no total o valor de 1.768.325,47 euros.

24. Fornecimentos e serviços externos

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Subcontratos	39 449,46	295 695,58
Trabalhos especializados	1 966 826,00	1 874 711,03
Publicidade e Propaganda	3 425,42	7 677,18
Vigilância e Segurança	24 896,43	30 601,29
Honorários	6 722,57	9 832,67
Conservação e Reparação	1 794 195,13	1 513 416,59
Ferramentas e Utensílios de Desg. Rápido	34 509,56	40 935,16
Livros e Documentação Técnica	2 040,48	3 200,61
Material de Escritório	14 916,39	20 173,62
Artigos para Oferta	699,48	702,75
Energia	3 755 241,42	3 671 690,31
Combustíveis	186 339,48	191 419,40
Água	127 147,30	123 560,76
Outros Fluídos	5 149,82	3 737,25
Deslocações e Estadas	23 610,70	23 457,67
Rendas e Alugueres	296 262,58	315 391,79
Comunicação	128 817,81	136 608,57
Seguros	342 099,00	347 025,36
Contencioso e Notariado	24 018,88	7 722,88
Despesas de Representação	2 535,27	2 185,18
Limpeza Higiene e Conforto	92 468,79	90 368,75
Reprodução Documentos	2 438,62	3 359,26
Material Laboratório	37 585,75	31 715,40
Material de Fotografia	-	-
Jornais e Revistas	536,55	436,48
Jardinagem	69 966,41	65 585,86

Outros FSE's	186 247,47	197 751,24
Correções relativas a exercícios anteriores	(6 904,28)	100 357,03
	9 161 242,49	9 109 319,67
FSE's capitalizados	(50 113,08)	(190 016,90)
	9 111 129,41	8 919 302,77

Nos fornecimentos e serviços externos, salientam-se os que, face ao ano anterior, apresentam uma maior variação:

- **Subcontratos**

A variação positiva, face ao ano anterior, deve-se, no fundamental, ao facto de ter terminado a a exploração em regime de Outsourcing das ETAR de Zambujeira e de Atouguia da Baleia, que passaram a ser exploradas diretamente pela empresa.

- **Trabalhos Especializados**

Nesta rubrica, a variação negativa, face a 2012, é justificada, essencialmente, por maiores gastos na atividade de Saneamento, de cerca de 81 mil euros, com tratamento de resíduos e de cerca de 39 mil euros, com tratamento de efluentes, resultado, essencialmente, do significativo aumento de caudal verificado este ano comparativamente a 2012, de um aumento.

Contrariamente, verificou-se uma redução dos gastos com assistência técnica, de valor aproximado de 34 mil euros. A variação positiva é justificada pelo facto de não ter sido necessário, em 2013, recorrer a pedidos pontuais de assistência técnica como por exemplo aconteceu no ano anterior (monitorizações ou verificações de condições de funcionamento).

Também face ao ano anterior, os encargos com fee's de gestão foram superiores, em virtude de um maior volume de negócios face a 2012.

- **Conservação e Reparação**

Trata-se de uma rubrica cujo resultado depende, em grande medida, da ocorrência de situações não previstas e que afetam as suas infraestruturas.

O aumento de gastos verificado, está relacionado, em parte, com maiores gastos referentes a sinistros, fundamentalmente roubos e danos ocorridos em estações elevatórias e ETAR da empresa.

- **Energia**

No caso do abastecimento, verificou-se uma redução dos custos de energia, resultado de um menor volume de água fornecido (menos 2,6%), comparativamente ao ano anterior; mas também da otimização da gestão do consumo da energia, em função dos diferentes períodos tarifários, e do ganho de eficiência no consumo energia, obtido na sequência das intervenções de beneficiação realizadas em algumas instalações do abastecimento.

No que se refere à atividade de saneamento, o aumento do volume de água residual afluente ao sistema multimunicipal, face ao ano de 2012, conduziu a um aumento dos custos de energia em cerca de 21%. Para este aumento, contribuiu, fundamentalmente, a atividade de transporte, cujo agravamento, face ao ano de 2012, foi de 40%.

- **Combustíveis**

Na rubrica de combustíveis observa-se uma variação positiva, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para geradores, pelo facto de a EDP ter concretizado as ligações dos ramais de energia a algumas infraestruturas, quer pela diminuição do consumo de gasóleo para viaturas, associada a uma ligeira redução do custo dos combustíveis.

À semelhança do já realizado em 2012, a Empresa continuou a procurar a otimização de rotinas e das rotas efetuadas, permitindo a redução dos quilómetros percorridos e a diminuição da média de litros consumida, tendo inclusive adquirido *software* de gestão de frota através de GPS, para o efeito.

- **Correções relativas a exercícios anteriores**

Nesta rubrica a variação é explicada, essencialmente, pela regularização dos valores de 2012 das rendas das infraestruturas do Município de Torres Vedras.

A Águas do Oeste continuou o esforço de redução e contenção de custos, designadamente os que decorrem das orientações emanadas para o Setor Empresarial do Estado, procurando que não comprometesse a qualidade do serviço prestado.

25. Gastos com pessoal

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Remunerações	2 364 813,46	2 123 767,91
Encargos sociais sobre remunerações	520 834,92	440 198,88
Encargos com pensões	-	-
Outros custos com o pessoal	231 721,78	224 656,55
Correcções relativas a períodos anteriores	1 552,18	(29 365,71)
	3 118 922,34	2 759 257,63
Gastos com Pessoal capitalizados	(66 917,95)	(259 619,44)
	3 052 004,39	2 499 638,19

25.1 Quadro de pessoal

	31.12.2013	31.12.2012
Número médio de colaboradores durante o período		
Órgãos sociais	3	4
Trabalhadores efetivos e outros	125	131

	31.12.2013	31.12.2012
Número médio de colaboradores a 31 de Dezembro		
Órgãos sociais	3	4
Trabalhadores efetivos e outros	123	130

Nos Gastos com o pessoal é de salientar o fato de ter sido considerado inconstitucional o não pagamento do Subsídio de Férias de 2012, que resultou no pagamento e o reconhecimento em gastos nas contas da empresa do subsídio de férias de 2013, não especializado no ano anterior; em cumprimento da medida prevista na Lei n.º 39/2013 de 21 de Junho. No ano de 2013 o Subsídio de Férias foi pago na totalidade no mês de junho, aos colaboradores cuja remuneração base mensal foi superior a 600 euros, pago em dois momentos, junho e novembro, aos colaboradores cuja remuneração base foi igual ou superior a 600 euros e não excedeu o valor de 1.100 euros, e na totalidade no mês de novembro, aos colaboradores cuja remuneração base mensal foi superior a 1.100 euros.

A empresa procedeu ainda à aplicação das medidas previstas na lei 12-A/2010 de 30 de junho no que respeita às remunerações dos órgãos sociais, e aplicou a Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, mediante a redução das remunerações líquidas mensais superiores a 1.500 euros, assim como teve em consideração a Lei do Orçamento de Estado para 2014, no que respeita ao pagamento e constituição de provisão de subsídio de férias.

Apesar de um aumento no número de infraestruturas em exploração, a empresa diminuiu o seu quadro de pessoal, conforme determinação das orientações para o setor empresarial do estado.

Face ao ano anterior é de referir a variação negativa em Outras Despesas com o Pessoal, sendo a variação justificada por maiores gastos com seguro de saúde e com formação.

Na rubrica TPPE – Ativos em curso, a variação está diretamente relacionada com uma menor capitalização de gastos com o pessoal, respeitantes ao Departamento de Estudos e Sistemas de Informação e à Direção de Infraestruturas, decorrente da diminuição do investimento associado à construção das infraestruturas previstas no contrato de concessão.

26. Depreciações, amortizações e reversões do exercício

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Depreciação de propriedade de investimento		
Amortizações de ativos intangíveis	9 311 709,68	8 894 886,65
Acréscimos de custos do investimento contratual	1 587 146,90	1 584 844,90
Reversões de amortizações de ativos intangíveis		
	10 898 856,58	10 479 731,55

27. Outros gastos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Impostos	354 063,49	314 932,57
Perdas em Ativos Intangíveis	-	-
Donativos	4 035,00	1 511,90
Diferenças de câmbio em operações não financeiras	-	-
Outros gastos operacionais	134 355,95	67 503,27
	492 454,44	383 947,74

O valor registado em imposto respeita em 217.628,26 euros a taxa da ERSAR, e em 61.575,99 euros a imposto de selo sobre o crédito.

28. Outros rendimentos e ganhos operacionais

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Rendimentos suplementares	16 052,27	166 000,05
Subsídios à exploração	-	-
Outros rendimentos e ganhos operacionais	103 609,49	11 905,67
Correções relativas a exercícios anteriores	-	54 667,69
	119 661,76	232 573,41

A variação face ao ano anterior, resulta, por um lado, de menores rendimentos suplementares com faturação a terceiros de encargos incorridos e de ganhos resultantes da anulação de cheques emitidos em anos anteriores, no âmbito dos processos de servidão e expropriação e que não foram descontados ou entregues, por alterações do traçado da obra ou por não se ter chegado acordo com os proprietários, e por outro, em sinal contrário, de maiores ganhos com indemnizações de seguro de multiriscos.

29. Gastos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Juros suportados	5 220 193,96	5 946 842,25
Comissões bancárias	53 249,57	84 684,78
Desconto de dívidas	-	-
Outros gastos financeiros	843 808,93	778 012,12
	6 117 252,46	6 809 539,15
Gastos financeiros capitalizados	(267 717,25)	(371 674,20)
	5 849 535,21	6 437 864,95

Registaram-se menores gastos financeiros, face ao ano anterior, sendo justificados por uma menor taxa efetiva de juro, associada a menores necessidades de financiamento bancário de curto prazo e suprimentos. Também face ao ano anterior, os custos com comissões por utilização do crédito diminuiu.

A menor capitalização de juros deve-se, fundamentalmente, ao facto do volume de investimento ser inferior ao do ano anterior, mas também à alteração do procedimento de cálculo dos valores do imobilizado em curso considerados.

30. Rendimentos financeiros

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Juros de atualização de dívida de clientes	-	-
Juros de atualização de dívida a fornecedores de ativos Intagíveis	-	-
Juros de mora	1 597 795,30	1 719 819,04
Outros juros	465 182,02	473 343,58
Correções de exercícios anteriores	14,96	(1 399,40)
	2 062 992,28	2 191 763,22

A diminuição verificada, face ao ano anterior, em juros de mora faturados aos municípios deve-se à diminuição da dívida destes para com a empresa. A empresa pratica a taxa de juro da dívida comercial, que em 2013 foi para o primeiro semestre de 7,75% e de 7,50% para o segundo semestre, debitando juros de mora a todos os clientes que apresentem atrasos na faturação.

31. Transações com entidades relacionadas

Unidade: euros

	31.12.2013 Rendimentos	31.12.2013 Gastos	31.12.2012 Rendimentos	31.12.2012 Gastos
AdP SGPS	-	(1 895 948,75)	-	(2 209 198,82)
AdP Serviços	-	(227 089,07)	-	(279 835,59)
AdP Internacional	-	(31 593,00)	-	-
Aquasis	-	(10 550,60)	-	(53 089,00)
Epal	-	(11 179 566,90)	-	(10 914 148,82)
Valorsul	180 838,76	-	108 861,81	-
Municípios	31 105 722,82	(62 781,29)	27 868 103,25	155 339,41
Paulo José Salvador Ferreira	-	(4 002,48)	-	(3 893,22)

	31.12.2013 Ativos	31.12.2013 Passivos	31.12.2012 Ativos	31.12.2012 Passivos
AdP SGPS	-	(7 480 790,23)	-	(7 550 853,29)
AdP Serviços	-	(55 561,48)	-	(58 241,66)
AdP Internacional	-	(31 593,00)	-	-
Aquasis	-	(865,92)	-	(33 991,05)
Epal	-	(18 609 456,10)	-	(16 868 822,10)
Valorsul	17 150,69	-	357 320,57	-
Municípios	35 029 946,86	(1 160 645,41)	35 030 006,96	(1 226 257,86)
Paulo José Salvador Ferreira	-	-	-	-

Os montantes registados em ativo e em rendimentos, dizem respeito a atividade regulada - Serviços em "alta" – abastecimento de água e recolha e tratamento de efluentes.

Os montantes registados em gastos, dizem respeito a aquisição de água à EPAL para venda, aquisição de serviços partilhados nas áreas de sistemas de informação; serviços de engenharia; marketing e comunicação; compras e apoio geral; serviços jurídicos; Recursos Humanos; e de serviços financeiros e de contabilidade. Encontram-se também registados em gastos os valores decorrentes de operações financeiras, nomeadamente os suportados com juros decorrentes do apoio de tesouraria existente disponibilizado pela AdP-SGPS, S.A., assim como os gastos inerentes à montagem e gestão do financiamento obtido junto do BEI.

Os montantes registados em passivo, dizem respeito à integração das infraestruturas na concessão, a pagar aos Municípios e EPAL, conforme o definido nos contratos de concessão, empréstimo contraído junto da AdP-SGPS, S.A., assim como os valores em dívida à data de 31 de dezembro de 2013 decorrente da aquisição de água, serviços partilhados e operações financeiras.

32. Compromissos

A Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram incluídos no Balanço apresentado:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no EVEF perfazem 317.083.555,33 euros, dos quais 280.138.883,06 euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte:

Unidade: euros

Designação	Entidade	"Preços do contrato"	Valores já faturados por conta da adjudicação	Responsabilidade não relevada no Balanço
Empreitada de Construção da ETAR de Torres Vedras e do Emissário do Paúl	Consórcio Aquino/Lena/MSF	5 906 633,86	5 906 633,86	87 000,00
Empreitada de Reabilitação das ETAR Independentes da Lagoa de Óbidos+Etar (Pitar) 1º fase (Lote B)	EFACEC	4 972 572,41	4 418 982,59	55 000,00
Empreitada de Execução da ETAR de São Martinho do Porto	JOCA	3 806 366,87	3 806 366,87	116 000,00
Empreitada de Execução da ETAR da Charneca	JOCA	3 785 586,50	3 785 586,50	35 000,00
Prestação de Serviços de Manutenção do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais do Oeste (*)	Manvia/Efacec	2 799 948,79	2 718 599,71	81 349,08
Empreitada de Remodelação das ETAR de Pataias/Alpedriz e Benedita	Ecotécnica	1 595 149,86	1 521 640,00	66 000,00
Empreitada de Concepção/Construção da ETAR do Paço e Sistema de Saneamento do Paço - II Fase	Ecotécnica	1 295 520,12	1 127 546,46	167 973,66
Recolha, transporte e compostagem das lamas na área de intervenção da AdO	Cespa	69 041,00	-	69 041,00
Recolha, transporte e compostagem das lamas na área de intervenção da AdO		352 360,00	-	352 360,00
Empreitada de Ampliação do Sistema de Saneamento de Maceira (Subsistemas de Sobreiro Curvo, Serpigeira e A-dos-Cunhados)	Ambiagua	216 565,79	195 223,61	21 342,18
Empreitada de Construção - EE Compactas	ABB	194 004,38	179 836,83	14 167,55
Recolha, transporte e valorização agrícola das lamas, na área de intervenção da AdO	Terra Fértil	72 501,00	-	72 501,00
Recolha, transporte e valorização agrícola das lamas, na área de intervenção da AdO		424 548,00	-	424 548,00
Controlo analítico do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Oeste - Águas do Oeste, S.A. - Lote B - Controlo Analítico do Sistema de Saneamento de Águas Residuais	Globalab	74 575,56	-	74 575,56
Limpeza e higienização de Infraestruturas da Águas do Oeste S.A.	Euromex	53 760,72	-	53 760,72
Manutenção de espaços verdes em Infraestruturas da Águas do Oeste S.A.		64 274,00	-	64 274,00

Controlo analítico do sistema multimunicipal de abastecimento de água e saneamento do Oeste - Águas do Oeste, S.A. - Lote A - Controlo Analítico do Sistema de Abastecimento de Água	Globalab	44 673,60	-	44 673,60
Prestação de serviços para locação em regime de aluguer operacional de duas unidades Xerox ColorQube 930I	DigitOeste	28 784,80	19 417,70	9 367,10
Prestação de serviços de renovação dos certificados de conformidade da Águas do Oeste, S.A. atendendo aos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001/NP 4397	SGS – Serviços Internacionais de Certificação, Lda	12 773,38	5 724,46	7 048,92
Recolha, transporte de lamas desidratadas e areias, produzidas na área de intervenção da AdO, a destino final.		48 587,00	-	48 587,00
Prestação Serviços de Controlo de Pragas em Instalações da Águas do Oeste, S.A.	Leiripraga	6 087,00	5 060,00	1 027,00
Aluguer de viatura para transporte de efluentes e lamas, limpezas industriais e desobstruções nas infraestruturas de tratamento de águas residuais da Águas do Oeste, S.A.	Ecovislimpa	51 200,00	-	51 200,00
Prestação de Serviços de Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água para Consumo Humano da Águas do Oeste, S.A.	Manusystems	6 675,00	-	6 675,00
		25 882 189,64	23 690 618,59	1 923 471,37

33. Ativos e passivos contingentes

33.1 Garantias prestadas

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigaçã o Garantida	Montante Garantido	Data	Graduaçã o de Risco
03/162/05384	BPI	EDP	Relaçõ es Comerciais da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico- -Fornecimento de energia eléctrica às instalaçõ es do Carregal	3 959,30 €	11/Jun/03	Possível
303 337	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobaca	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizaçõ es referentes às servidõ es administrativas para execuçã o das obras afetas ao projecto de despoluiçã o da Bacia Hidogrãfica do Rio Tornada	294 656,46 €	1/Ago/03	Possível
303 610	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alcobaca	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das expropriaçõ es referentes às servidõ es administrativas para execuçã o das obras afetas ao projecto de despoluiçã o da Bacia Hidogrãfica do Rio Tornada	109 776,63 €	13/Ago/03	Possível
303 762	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizaçõ es referentes às servidõ es administrativas para execuçã o das obras afetas ao projecto de despoluiçã o da Lagoa de Óbidos	8 338,67 €	22/Ago/03	Possível
Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigaçã o Garantida	Montante Garantido	Data	Graduaçã o de Risco

308 571	BES	I.E.P-Instituto das Estradas de Portugal	Garantir ,nos termos do contrato de empreitada, o integral, pontual e regular cumprimento das obrigações emergentes do respetivo contrato, de lei ou regulamento aplicáveis à empreitada.	25 500,00 €	13/Jan/04	Possível
309 354	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projecto de despoluição da Lagoa de Óbidos	438 000,00 €	15/Abr/04	Possível
309 355	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projecto de despoluição da Lagoa de Óbidos	380 000,00 €	15/Abr/04	Possível
309 356	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o fundo indispensavel para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas para execução das obras afetas ao projecto de despoluição da Lagoa de Óbidos	200 000,00 €	15/Abr/04	Possível
310 415	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cadaval	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	22 321,89 €	27/Mai/04	Possível
310 416	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Bombarral	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	28 187,37 €	27/Mai/04	Possível
310 417	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Caldas da Rainha	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de expropriações e dos trabalhos de construção no sistema de despoluição da Lagoa de Óbidos	3 065,19 €	27/Mai/04	Possível
311 361	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de serviões administrativas no sistema de despoluição da bacia hidrográfica de Torres Vedras	233 662,00 €	12/Jul/04	Possível
311 696	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o pagamento dos encargos com indemnizações dos prejuízos decorrentes da constituição de serviões administrativas no sistema de saneamento de Maxial/ Aldeia Grande no concelho de Torres Vedras	119 022,80 €	23/Jul/04	Possível
317 510	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Runa	231 690,00 €	11/Abr/05	Possível
Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigações Garantidas	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco

317 511	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução do trabalho de reposição do pavimento das estradas, em condições consideráveis aceitáveis, em virtude da Empreitada de Execução do Sistema de Saneamento de Gosundeira	100 000,00 €	11/Abr/05	Possível
319 639	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 114- Travessia da Vala entre o Km 21+000 e o Km 21+600 da Estrada Nacional 114	45 000,00 €	5/Jul/05	Possível
319 640	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8-4 Travessia da Vala entre o Km 0+050 e o Km 0+180 e entre o Km 1+300 e o km 1+800 da Estrada Nacional 8-4	47 250,00 €	5/Jul/05	Possível
319 641	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos na EN 8- Travessia da Vala entre o Km 75+600 e o Km 75+700 da Estrada Nacional 8	15 000,00 €	5/Jul/05	Possível
319 642	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos nos pontos quilométricos: Travessias EN 248 Km 11+830; Km 12+100; Km 14+000; Km 14+400; Km 14+495; Km 0+900 da Estrada Nacional 248 ;Vala EN 115: Km 54+600 a 55+100; EN 248: Km 11+800 a 15+100 e EN 248-2 Km 0+000 a 0+9	166 850,00 €	5/Jul/05	Possível
319 815	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 14+450	1 000,00 €	7/Jul/05	Possível
319 814	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 114 ao Km 23+500	1 000,00 €	13/Jul/05	Possível
319 698	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 115 ao Km 2+200	3 000,00 €	7/Jul/05	Possível
320 151	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução dos trabalhos de Travessia da EN 374 ao Km 4+950 e o Km 6+442; Km 7+480 e o Km 9+800 e travessias perpendiculares aos Kms 7+381;7+480;8+340 e 9+800	154 880,00 €	25/Jul/05	Possível
320 236	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Gosundeira	58 002,21 €	29/Jul/05	Possível
320 237	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	156 110,21 €	29/Jul/05	Possível
320 239	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Cartaxo	Caucionar o fundo indispensável para pagamento de indemnizações referentes às servidões administrativas sobre os imóveis necessários à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Alcoentre	86 190,17 €	29/Jul/05	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
320 293	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	206 238,43 �	1/Ago/05	Possível
320 294	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Mafra	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Silveira	133,93 �	1/Ago/05	Possível
320 295	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	231 516,20 �	1/Ago/05	Possível
320 296	BES	Juiz do Tribunal de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Dois Portos	12 303,31 �	1/Ago/05	Possível
320 297	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Alenquer	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais	47 812,30 �	1/Ago/05	Possível
321 182	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento do Concelho de Torres Vedras, Turcifal e Freiria	25 225,00 �	13/Set/05	Possível
321 183	BES	Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessários � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa	35 595,92 �	13/Set/05	Possível
321 990	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 3+900 ao Km 4+000-D	166 500,00 �	17/Out/05	Possível
322 213	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos na EN 366 ao Km 4+100; Km8+700-E; EN 1-5 do Km1+500 ao Km 2+500 e EN 115 do Km 19+550 ao Km 19+750, abertura da vala e travessias da EN 1-5 ao Km 2+600 e EN 366 ao Km 4+650 e Km 8+200	280 000,00 �	26/Out/05	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
322 214	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a boa execução de trabalhos nas travessias EN 248-2 do Km 4+000-D Abertura de Vala Longitudinal e Travessia	5 000,00 €	26/Out/05	Possível
323 088	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 - Zona Centro-Lote A, na EN 114, Travessia por PH ao Km 17+250	1 650,00 €	5/Dez/05	Possível
323 185	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B EN 8-2Km 2+000/ Km 2+200(Pralelismo) e Km 2+200 (Travessia)	30 000,00 €	9/Dez/05	Possível
323 360	BES	Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações sobre os Imóveis necessários à Construção das Infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento Maxial	62 724,36 €	16/Dez/05	Possível
323 592	BES	Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Dois Portos.	70 000,00 €	27/Dez/05	Possível
323 602	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água 2 Lote B - Troço Delgada Gaeiras, Local IP6 Km 18+250 nó com a A8/IC 1 (Travessia sobre a Obra de Arte)	600,00 €	27/Dez/05	Possível
323 997	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	45 000,00 €	18/Jan/06	Possível
324 274	BES	Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Azambuja	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Alcoentre	1 169,00 €	1/Fev/06	Possível
324 275	BES	Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Silveira	6 500,00 €	1/Fev/06	Possível
324 276	BES	Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Gosundeira	6 000,00 €	1/Fev/06	Possível
324 462	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Delgada Gaeiras	262 500,00 €	9/Fev/06	Possível
324 492	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução do Sistema de Abastecimento de Água Zona Centro-Lote B-Troço Silveira /Delgada	1 14 000,00 €	9/Fev/06	Possível
327 784	BES	Meritíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Sobral de Monte Agraço	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim	65 469,68 €	3/Jul/06	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
327 785	BES	Meretíssimo Juiz do Tribunal da Comarca de Arruda dos Vinhos	Caucionar o fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às Expropriações do Sistema de Saneamento de Pontes de Monfalim	16 233,03 €	3/Jul/06	Possível
328 474	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Abastecimento de Água à Zona Centro - Lote B, licenciamento para instalação de condutas e vala sob viaduto, Local: A8 Km 70+100 Viaduto nº 101	5 700,00 €	10/Ago/06	Possível
329 784	BES	E.PE-Estradas de Portugal - Direcção de Estradas de Leiria	Execução dos trabalhos de Abastecimento de Água II - Zona Norte - Troços Figueiredo Casal do Rei da Rainha	256 750,00 €	27/Out/06	Possível
331 782	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução da Abertura de Vala na EN 374 do Km 5 + 200 ao Km 5 + 340 e Travessias ao Km 3 + 900 e ao Km 5 + 340	7 000,00 €	12/Jan/07	Possível
332 157	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Garantir a execução dos trabalhos relativos á Empreitada de Abastecimento de Água II - Troço Casais Maria Delfina - Silheira, local EN 114-Km 50,800 ao Km 51,000 + (Paralelismo) e Km 51,00 Atravessamento	21 843,38 €	2/Fev/07	Possível
332 749	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	"Execução dos trabalhos entre o km 67+235 - A8"	3 675,00 €	6/Mar/07	Possível
332 750	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	"Execução dos trabalhos entre o km 23+700 e o km 24+300 EN 114 e km 76+800 A8"	45 000,00 €	6/Mar/07	Possível
334 661	BES	EP-Estradas de Portugal, EPE	Execução de Trabalhos de Água II Parte IV e VI, na EN 8-6 Km 2 + 390/Km 2+657 e Km 5+213 / Km 5+273 (paralelismo); EN 8-6 Km 12+190 e EN 8 Km 118+243 (Travessia por Perfuração Horizontal)	32 400,00 €	5/Jun/07	Possível
337 125	BES	E.P.-Estradas de Portugal Direcção de Leiria	Execução dos trabalhos relativos à empreitada no IP6 Km 1+426 Km 2+125	11 707,50 €	11/Out/07	Possível
337 126	BES	Juiz do Tribunal de Caldas da Rainha	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II	1 386,90 €	11/Out/07	Possível
337 127	BES	Juiz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras	52 765,20 €	11/Out/07	Possível
337 128	BES	Juiz do Tribunal de Torres Vedras	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Vale da Borra	5 004,00 €	11/Out/07	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
337 129	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Bufarda	730,50 �	11/Out/07	Possível
337 130	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Cadafais"	632,50 �	11/Out/07	Possível
337 182	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsisitema de Abastecimento I"	1 222,25 �	11/Out/07	Possível
337 183	BES	Juíz do Tribunal de Cladas da Rainha	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsisitema de Abastecimento I"	171,75 �	11/Out/07	Possível
337 185	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Palhacana-Palaios"	4 713,50 �	11/Out/07	Possível
337 189	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Porto da Luz"	4 115,38 �	11/Out/07	Possível
337 195	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Runa"	3 393,68 �	11/Out/07	Possível
337 198	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento da Aldeia Gavinha"	275,50 �	11/Out/07	Possível
337 200	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsisitema de Abastecimento II"	4 123,00 �	11/Out/07	Possível
337 202	BES	Juíz do Tribunal de Alcobaça	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsisitema de Abastecimento II"	13 451,00 �	11/Out/07	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
337 205	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	13 526,61 �	11/Out/07	Possível
337 208	BES	Juíz do Tribunal de Santarém	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	7 428,09 �	11/Out/07	Possível
337 209	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento II"	4 007,40 �	11/Out/07	Possível
337 210	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões Administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas no Subsistema de Abastecimento I"	1 254,64 �	11/Out/07	Possível
339 638	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Sistema de Abastecimento de �gua I - Zona Centro - Lote B, Travessia por perfuração Horizontal - Local A8 Km 67+100"	17 550,00 �	7/Fev/08	Possível
339 983	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Execução de trabalhos de �gua I - Zona Centro - Lote B, local: A8 Km 74+000"	13 500,00 �	26/Fev/08	Possível
340 165	BES	E.P.-Estradas da Portugal Direcção de Leiria	"Construção do Sistema de Abastecimento de �gua II (Zona Norte) - Troço Senhora da Luz - Alcobaça - EN 8 - 6 Km 11+ 890 Km 12 + 190 (Paralelismo) Alteração do traçado da Conduta Adutora"	22 500,00 �	4/Mar/08	Possível
340 889	BES	E.P.-Estradas de Portugal Direcção de Leiria	"Sistema de Abastecimento de �gua II, Parte IV e VI - Travessia da A8 Km 108+650"	8 926,50 �	7/Abr/08	Possível
341 836	BES	Juíz do Tribunal do Cadaval	" Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real"	98 502,88 �	23/Mai/08	Possível
341 834	BES	Juíz do Tribunal de Alenquer	"Fundo Indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real"	4 144,08 �	23/Mai/08	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Graduação de Risco
341 833	BES	Juíz do Tribunal de Bombarral	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento do Rio Real"	90 899,39 €	23/Mai/08	Possível
341 832	BES	Juíz do Tribunal de Rio Maior	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Rio Maior"	3 848,33 €	23/Mai/08	Possível
341 831	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Vila Nova/Maçussa"	28 025,97 €	23/Mai/08	Possível
341 837	BES	Juíz do Tribunal de Azambuja	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Aveiras/Virtudes"	6 036,75 €	23/Mai/08	Possível
347 740	BES	EP-Estradas de Portugal	"Empreitada de EN 115-4 e EN 115-3"	31 000,00 €	20/Jan/09	Possível
347 888	BES	EP-Estradas de Portugal	"Trabalhos na ETAR de Pontes de Monfalm, En 248-2 ao Km 0+163 ao Km 0+240-D, Abertura de Vala Longitudinal e Travessias	5 000,00 €	5/Fev/09	Possível
348 455	BES	EP-Estradas de Portugal	"Trabalhos da Empreitada de Construção da Ampliação do Sistema de Saneamento de Rio Maior, Conduta Elevatória de Vale de Óbidos - Travessia por Perfuração Mecânica do IC2 ao Km 69,6300"	5 000,00 €	16/Fev/09	Possível
349 781	BES	EP-Estradas de Portugal	Abertura de Vala na EN242 Km 5+755 ao Km 36+600 LD (Nazaré)"	47 700,00 €	13/Abr/09	Possível
349 782	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção proviória da Linha de Interligação a 74,4 KVA/69,19 KW - ETAR de Cadafais (PFE: 290 000 047 774)"	3 829,00 €	13/Abr/09	Possível
349 783	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção proviória da Linha de Interligação a 116,25 KVA/108,11 KW - ETAR do Turcifal (PFE: 290 000 047 773)"	5 935,00 €	13/Abr/09	Possível
349 784	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção proviória da Linha de Interligação a 46,5 KVA/43,24 KW - ETAR de Porto da Luz (PFE: 290 000 047 772)"	2 425,00 €	13/Abr/09	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
349 785	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Caução de depósito de garantia necessária para a recepção proviória da Linha de Interligação a 80 KVA/74,4 KW - ETAR de Alcoentre (PFE: 290 000 039 051)"	3 829,00 €	13/Abr/09	Possível
353 573	BES	E.P. - Estradas de Portugal, SA - Delegação Regional de Lisboa	"Trabalhos de Abertura de Vala Longitudinal na EN 3 do Km 2 + 590 ao Km 1 + 900-D"	20 700,00 €	2/Out/09	Possível
353 770	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR de Runa (PFE: 290 000 047 777)"	857,64 €	1/Out/09	Possível
353 771	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR da Gozundeira (PFE: 290 000 049 183)"	740,88 €	1/Out/09	Possível
353 772	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Linha de Interligação a 160 Kva - ETAR do Maxial (PFE: 290 000 047 776)"	555,96 €	1/Out/09	Possível
354 046	BES	Juíz do Tribunal da Nazaré	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Nazaré"	1 460,00 €	15/Out/09	Possível
354 047	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Maceira"	21 937,30 €	15/Out/09	Possível
354 052	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Arruda dos Vinhos"	15 100,00 €	15/Out/09	Possível
354 051	BES	Juíz do Tribunal de Caldas da Rainha	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento da Margem Norte"	1 890,00 €	15/Out/09	Possível
354 050	BES	Juíz do Tribunal de Peniche	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias � construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Atouguia da Baleia"	13 300,00 €	15/Out/09	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Graduação de Risco
354 049	BES	Juíz do Tribunal de Vila Franca de Xira	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Santiago dos Velhos"	9 500,00 €	15/Out/09	Possível
354 048	BES	Juíz do Tribunal da Lourinhã	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas na ampliação do sistema de saneamento de Zambujeira"	30 050,00 €	15/Out/09	Possível
359 910	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura de Vala Longitudinal e Travessias (sobre berma e/ou valeta) EN 3 do Km 8+510 ao KM 10+175 - D"	50 850,00 €	5/Jul/10	Possível
359 911	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Ligação de Média Tensão do PS NZR 127 - Estrada Camarária - Nazaré (Requisição nº 290000057566)"	403,00 €	5/Jul/10	Possível
359 913	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Ligação de Média Tensão do PS NZR 126 - Estrada Nacional - Nazaré (Requisição nº 290000059124)"	757,50 €	5/Jul/10	Possível
359 983	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura de Vala Longitudinal (Berma) e Travessias por Perfuração, EN 115-2 do Km 0+000 ao Km 900D e EN 115 do Km 33+600 ao 33+900D"	10 800,00 €	5/Jul/10	Possível
360 499	BES	Juíz do Tribunal de Torres Vedras	"Fundo indispensável para pagamento das indemnizações referentes às servidões administrativas sobre imóveis necessárias à construção das infraestruturas integradas no Sistema de Saneamento de Torres Vedras, integrado no Sistema de Despoluição da Bacia Hidrográfica do Rio Sizandro"	77 100,00 €	28/Jul/10	Possível
375 059	BES	EDP- -Distribuição Energia	"Caução necessária para a recepção provisória da Linha Interligação a 160 Kva - ETAR de Dois Portos (PFE: 29000004775)"	2 528,14 €	28/Mar/12	Possível
377 368	BES	EP-Estradas de Portugal	"Empreitada do Sistema de Saneamento de Alcoentre - Travessia por Perfuração Mecânica EN1 ao Km 57+650"	5 000,00 €	5/Jul/12	Possível
377 369	BES	EP-Estradas de Portugal	"Empreitada de Ampliação do Real Travessia por Perfuração Mecânica EN 248 aos Km 6 + 100 e 8 + 700"	5 000,00 €	5/Jul/12	Possível
377 471	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura e preenchimento de valas a levar efeito na EN 115, no Interceptor de Palhais do Sistema de Saneamento do Real"	5 000,00 €	9/Jul/12	Possível
377 937	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura e Preenchimento de valas a leva efeito na EN 374 do Sistema de Saneamento de Dois Portos"	5 000,00 €	3/Ago/12	Possível
379 412	BES	EP-Estradas de Portugal	"Abertura e preenchimento de valas a levar efeito na "EN8 Km 70 + 400, Ampliação do Real"	1 000,00 €	2/Out/12	Possível

Nº Garantia	Banco	Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data	Gradação de Risco
389 127	BES	EP-Estradas de Portugal	"Execu�o de trabalhos de abertura e preenchimento de valas Sistema de Saneamento de Azambuja - EN3 - Km 9+965 ao Km 10+150 E)	5 550,00 �	4/Nov/13	Possível

33.2 Processos judiciais

A  guas do Oeste, S.A., com referência   data de 31 de dezembro de 2013, tem quatro litígios judiciais:

- **Processo n.  516/09.3TBRMR (Tribunal Judicial de Rio Maior – 2.  Juízo):**

Descri o do litígio: Os Autores Álvaro Santos e Carlos Santos intentaram uma a o de reivindica o, sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual requerem a condena o da águas do Oeste, S.A. na restituic o da propriedade de uma parcela da qual são proprietários, na qual esta instalou uma conduta de água, requerendo ainda que a  guas do Oeste retire a referida conduta. *Valor da a o:* O valor da a o   de 70.000,00 euros. *Posi o da a o em 2014.02.07:* A sentença do tribunal de 1.  instância foi desfavorável   águas do Oeste, S.A., que dela interp o recurso de apela o para o Tribunal da Rela o de Lisboa em 2013.11.13 (a parte contrária apresentou contra alega es em 2014.01.13).

- **Processo n.  1211/12.1BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):**

Descri o do litígio: A o Administrativa Comum, forma ordinária, em que a Autora   a empresa Asibel- Constru es, S.A., relativa aos contratos de "Empreitada de Constru o do Sistema de  guas Residuais de Maxial / Aldeia Grande" e de "Empreitada de Constru o do Sistema de Saneamento de Alcoentre". *Valor proposto da A o:* O valor da a o   de 1.838.439,20 euros. *Posi o da a o em 2014.02.07:* A  guas do Oeste, S.A. apresentou tréplica em 2013.03.06, tendo a Asibel - Constru es, S.A. respondido   mesma em 2013.03.18.

Não foram criadas provisões para os montantes constantes nos processos uma vez que se entende que não são devidos ou exigíveis quaisquer valores.

- **Processo n.  31/13.0TBCLD (Tribunal Judicial de Caldas da Rainha – 3.  Juízo):**

Descri o do litígio: A Autora Lidemar – Sociedade de Administra o de Imóveis, Lda. intentou uma a o sob a forma de processo sumário, no âmbito da qual requer a condena o da águas do Oeste, S.A. na remo o de materiais e entulho de um terreno do qual a primeira   proprietária, bem como a condena o no pagamento de uma indemniza o pela impossibilidade de efetuar planta es no mesmo terreno. *Valor proposto da A o:* O valor da a o   de 7.500,0 euros. *Posi o da a o em 2014.02.07:* A  guas do Oeste, S.A. contestou a a o em 2013.01.30, tendo a Autora respondido   contesta o em 2013.02.18. A Autora apresentou o respetivo requerimento probatório em 2013.12.13, tendo a  guas do Oeste, S.A. feito o mesmo em 2013.12.16.

- **Processo n.  1147/13.9BELRA (Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria):**

Descri o do litígio: A  guas do Oeste intentou esta a o contra o Município de Nazaré, em 2013.08.31, para cobrança de serviços prestados durante o ano de 2012, respeitantes   recolha, tratamento e rejei o de efluentes. *Valor proposto da A o:* O valor da a o   de 1.074.120,94 euros. *Posi o da a o em 2014.02.07:* O Município de Nazaré não contestou.

34. Informações exigidas por diplomas legais

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade Águas do Oeste, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 324.º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade Águas do Oeste, S.A., não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2012, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

35. Rendimento garantido

O Contrato de Concessão prevê a remuneração anual dos capitais próprios afetos ao projeto, a uma taxa correspondente à rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos acrescida de 3 pontos percentuais, a título de prémio de risco. Em 2013 a taxa apurada foi de 9,29% e o montante acumulado de remuneração, à data de 31 de dezembro de 2013, ascendia a 27.862.820,06 euros.

Unidade: euros

	31.12.2013	31.12.2012
Capital social realizado	30 000 000,00	30 000 000,00
Reserva legal	97 520,91	97 520,91
Rendimento Acumulado N-I	22 936 005,45	17 936 707,37
Base de incidência	53 033 526,36	48 034 228,28
Taxa de juro	6,29%	7,46%
Spread 3pp	3,00%	3,00%
	9,29%	10,46%
Remuneração acionista do ano	4 926 814,61	4 996 553,52

A evolução dos valores apurados pode ser analisada como se segue:

Unidade: euros

Remuneração em dívida por ano	Valor Anual	Valor Acumulado
2001	86 014,19	86 014,19
2002	188 086,95	274 101,14
2003	263 104,36	537 205,50
2004	297 992,89	835 198,39
2005	320 047,69	1 155 246,08
2006	921 491,29	2 076 737,37
2007	2 063 115,40	4 139 852,77
2008	2 420 511,12	6 560 363,89
2009	2 537 728,24	9 098 092,13
2010	3 255 880,18	12 353 972,31
2011	5 582 735,06	17 936 707,37
2012	4 999 298,08	22 936 005,45
2013	4 926 814,61	27 862 820,06

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

36. Eventos subsequentes

Foi determinado por indicação da AdP SGPS, que a taxa de referência para a rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos seria de 6,29%.

O Conselho de Administração



Carlos Manuel Martins,
(Presidente)

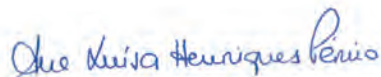


Arménio de Figueiredo,
(Administrador-Delegado)



Carlos Manuel Soares Miguel, Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras,
(Vogal)

O Técnico Oficial de Contas



Ana Luísa Henriques Pécio



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Oeste, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de 284.131.014 Euros e um total de capital próprio de 17.639.474 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 3.014.831 Euros), a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo n.º 7 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Conforme divulgado na nota 10 das notas às demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de clientes inclui o montante de 11.535 milhares de Euros (2012: 9.622 milhares de Euros), relativos ao diferencial de facturação de valores de caudais mínimos acordados, que Empresa reconheceu nas demonstrações financeiras ao abrigo do disposto no DL 195/2009 de 20 de Agosto, e em consonância com o Projecto de Parecer emitido pelo regulador no âmbito do Orçamento do Projecto Tarifário para o ano de 2013. Dado que a 31 de Dezembro de 2013 a forma e data de recuperabilidade dos montantes acima mencionados não se encontra assegurada, não estamos em condições de nos pronunciarmos sobre a recuperabilidade daquele saldo.

Opinião

8. Em nossa opinião, e excepto quanto aos efeitos decorrentes da situação mencionada no parágrafo nº 7 anterior, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Oeste, S.A., em 31 de Dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

10. Sem afectar a opinião expressa sobre as demonstrações financeiras, chamamos a atenção para os seguintes factos:

10.1 Conforme descrito no Decreto-Lei que regula a actividade da Empresa e no contrato de concessão, as tarifas e os preços devem ser fixados anualmente de forma a permitir a recuperação dos custos inerentes à concessão e remunerar os capitais investidos, e, assim, assegurar o equilíbrio económico-financeiro da concessão. Atendendo a que ainda não foram aprovados pelas entidades competentes os mecanismos tendentes a reflectir os eventuais excessos ou insuficiências das tarifas e preços, a Empresa optou por não reflectir esta situação nas demonstrações financeiras.

10.2 As demonstrações financeiras foram preparadas com base na informação mais actualizada sobre a concessão, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento e caudais. Os pressupostos utilizados são parte integrante do estudo de viabilidade económica e financeira submetido à aprovação do Concedente, a qual ainda não foi obtida. Na eventualidade do referido estudo de viabilidade económica e financeira não vir a ser aprovado pelo Concedente, a revisão das estimativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras poderá ter um efeito significativo sobre as mesmas.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2014

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)



**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Oeste, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Aferir sobre o cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

Alertámos o Conselho de Administração e os Serviços para o facto de, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 225/08 de 20 de Novembro, a Empresa classificar-se como entidade de interesse público, devendo em consequência disso ser adoptadas as medidas que assegurem a alteração do actual modelo de fiscalização através da designação de um Conselho Fiscal.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas com uma reserva e com ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Oeste, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2013 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2013 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) A Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2013, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis se salvaguardada a reserva incluída na Certificação Legal das Contas;
- (d) A avaliação do nível de cumprimento das orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado divulgada no Relatório de Gestão, designadamente o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, merece a nossa concordância.

Lisboa, 25 de Fevereiro de 2014

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:



Rui Abel Serra Martins (ROC nº 1119)

Contactos:

Águas do Oeste, S.A.
Convento de S. Miguel das Gaeiras
2510 - 718 Óbidos
Tel.: + 351 262 955 200
Fax: + 351 262 955 201
e-mail: geral@aguasdooeste.com
www.aguasdooeste.pt

Edição:

Águas do Oeste, S. A.

Design Gráfico:

AdP - Águas de Portugal Serviços Ambientais S. A.
Direção de Marketing e Comunicação

Maquetização:

Várzea da Rainha Impressores - Óbidos



Ver certificados n.ºs PT08/02358, PT08/02463 e PT11/03801